

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PROJETOS PROFISSIONAIS JUVENIS E A PERSPECTIVA DE
REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Lucas Coradini

Porto Alegre, 2011

Lucas Coradini

**PROJETOS PROFISSIONAIS JUVENIS E A PERSPECTIVA DE
REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Professora Dr.^a Anita Brumer

Porto Alegre
2011

“Não há fatos eternos, como não há verdades absolutas”

Friedrich Nietzsche

AGRADECIMENTOS

A concepção da pesquisa que origina esta dissertação de mestrado foi possível somente com a colaboração de diversos agentes que, em diferentes medidas, oportunizaram tanto a operacionalização deste estudo quanto o desenvolvimento pessoal e acadêmico na carreira de sociólogo. A estes, gostaria de expor os mais respeitosos agradecimentos:

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo apoio institucional e pela excelência do ensino proporcionado, mérito que de forma justa a coloca em reconhecido papel no globo.

À estimada orientadora, Dra. Anita Brumer, pela dedicação e seriedade com a qual tratou este estudo, por seus ensinamentos e exemplo enquanto profissional.

A todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pelo reconhecido esforço em formar quadros qualificados em pós-graduação.

Aos colegas que, nesta longa trajetória desde os tempos da graduação, tornaram-se amigos e contribuíram de forma inestimável para meu crescimento intelectual nas rodas de conversa dos momentos extraclasse, mostrando que o conhecimento não se limita à sala de aula.

Um especial agradecimento aos meus pais, agricultores familiares que migraram para a cidade em busca de melhores condições de trabalho, pelo incentivo incontestado e pela inspiração no dia-a-dia. E à Graziela, minha companheira, cúmplice das dificuldades e felicidades vivenciadas no desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Neste estudo examina-se como são elaborados os projetos profissionais juvenis das novas gerações de agricultores familiares e a perspectiva de reprodução do modo de produção familiar. A tarefa sociológica proposta é a de apontar os traços distintivos da situação juvenil na agricultura familiar, buscando identificar os elementos considerados na elaboração de seus projetos profissionais. Os objetivos da pesquisa são assim enumerados: 1) analisar as perspectivas de reprodução do modo de produção familiar em uma localidade do Rio Grande do Sul a partir dos projetos profissionais juvenis; 2) identificar os projetos profissionais de jovens que em alguma medida ocupam-se em atividades agrícolas em unidades de produção familiar; 3) identificar os elementos considerados pelos jovens na formulação de seus projetos profissionais e o grau de importância atribuído; 4) examinar as avaliações que os jovens formulam sobre o trabalho agrícola e as perspectivas de permanência na agricultura familiar. A concepção deste estudo fundamenta-se, inicialmente, na análise de dados secundários sobre a agricultura familiar no Brasil, com destaque para as pesquisas que tomam os jovens agricultores como unidade de análise. Num segundo momento, opta-se pela produção de dados qualitativos, o que é feito a partir de um estudo do caso dos jovens agricultores residentes na cidade de Faxinal do Soturno, município pertencente à Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul. Procedeu-se à realização de 36 entrevistas, constituídas de questões abertas, seguindo um roteiro semi-estruturado, que foram examinadas através do método da análise de conteúdo. Entre os resultados, vislumbra-se um quadro marcado por projetos profissionais que rompem com a lógica de reprodução do trabalho agrícola familiar, predominantemente voltado para ocupações que proporcionem maiores rendimentos e mais elevado status social. As áreas de atuação dessas profissões concentram-se no mercado de trabalho urbano. Em relação às avaliações e representações presentes nos discursos juvenis, identificam-se contradições na preferência pelo local de moradia e o local de atuação profissional almejado. Destacam-se as avaliações negativas sobre o trabalho agrícola, sobretudo em questões relacionadas à saúde, salubridade do trabalho e condições de envelhecimento no meio rural. Questões familiares, afetivas e aspectos específicos da condição juvenil, marcada pela busca de autonomia e emancipação, permeiam os projetos profissionais em elaboração e denotam um complexo quadro analítico, que ampliam os fatores explicativos do fluxo migratório juvenil.

Palavras-chaves: agricultura familiar; projetos profissionais; reprodução social; sucessão geracional.

ABSTRACT

This study examines how the youth's professional projects in new generation of family farmers are prepared and the perspective of reproduction of the familiar mode of production. The sociological task is to specify the distinctive features of the situation of the youth in family farming, seeking to identify the elements considered in the preparation of their professional projects. The purposes of this study were: 1) to analyze the perspectives of the familiar mode of production starting the youth professional projects; 2) to identify the professional projects of young people associated in agricultural activities in family production units; 3) to identify the aspects considered by young people to assemble their professional projects including their attributed degree of importance; 4) to examine the impressions of young people about the agricultural work and the perspective of permanence in family farming. The conception of this study is initially based on the analysis of secondary data regarding family farming in Brazil, highlighting the studies that consider young farmers as unit of analysis. Subsequent qualitative data were produced by a case study of young farmers who lives in the city of Faxinal do Soturno, a municipality belonging to the fourth colony of Italian immigration in Rio Grande do Sul, Brazil. We performed 36 interviews, consisting of open questions, adopting a semi-structured script, which were examined by the method of content analysis. Among the results were observed a context marked by professional projects that breaks with the succession of the family farm work, converging to occupations that offers higher incomes and an elevated social status. The practice areas of these professions are concentrated in the urban labor market. Regarding the evaluations and representations present in the discourses of the youth, we identify contradictions related to preferences for residential location in relation to the desired location of professional practice. The negative ratings on agricultural work stand out, particularly on issues related to health, salubrity of work and conditions of aging in rural areas. Family and emotional issues, and also specific aspects of the juvenile condition, marked by the pursuit of autonomy and emancipation, permeate the professional projects in development and show a complex analytical framework, which amplify the explanatory factors of migration of youth.

Keywords: family agriculture; professional projects; social reproduction; generational succession.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento
CPPP – Centro de Pesquisas para Pequenas Propriedades
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO – Food and Agriculture Organization
FEE – Fundação de Economia e Estatística
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
OMS – Organização Mundial da Saúde
PEA – População Economicamente Ativa
PEIES – Programa de Ingresso ao Ensino Superior
PhD – *Philosophical Doctor*
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PSF – Programa de Saúde Familiar
SPSS – *Statistical Package for Social Sciences*
UPF – Unidade de Produção Familiar
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2 OBJETIVOS	17
1.3 HIPÓTESES	18
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	21
2. A NOÇÃO DE REPRODUÇÃO SOCIAL E PROJETO PROFISSIONAL NA TEORIA SOCIOLÓGICA	23
2.1 AS ESPECIFICIDADES DO PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR	27
2.2 A MIGRAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES REPRESENTA MOBILIDADE SOCIAL?	32
3. CARACTERIZANDO O UNIVERSO DA PESQUISA	38
3.1 BREVE PANORAMA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	38
3.2 A AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL	41
3.3 PESQUISAS RECENTES SOBRE A PARTICIPAÇÃO JUVENIL NA AGRICULTURA FAMILIAR E O PROCESSO SUCESSÓRIO	42
4. ANALISANDO PROJETOS PROFISSIONAIS	52
4.1 O JOVEM AGRICULTOR GLOBALIZADO	53
4.2 A PREOCUPAÇÃO COM A ESCOLARIZAÇÃO	54
4.3 MORAR “NA CIDADE” OU MORAR “PRA FORA”	58
4.4 O LAZER ACESSADO E O LAZER DESEJADO	60
4.5 A QUESTÃO FAMILIAR E O MATRIMÔNIO	64
4.6 O MUNDO DO TRABALHO AGRÍCOLA: ARGUMENTOS PARA FICAR E PARA SAIR	68
4.7 A INVISIBILIDADE FEMININA NO TRABALHO AGRÍCOLA	74
4.8 AS CONDIÇÕES DE ENVELHECIMENTO NO MEIO RURAL COMO ELEMENTO DE RECUSA DO TRABALHO AGRÍCOLA	76

5. DISCUSSÃO	80
6. CONCLUSÕES	87
7. REFERÊNCIAS	91

ANEXOS

I - QUADRO SÍNTESE DAS DIMENSÕES TEMÁTICAS E ANALÍTICAS DA PESQUISA	102
II - A QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA: ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E DEMOGRÁFICOS	103
III – ROTEIRO DA ENTREVISTA	114

TABELAS

Tabela 01 – Área dos estabelecimentos familiares segundo o extrato de área, Brasil - 1885/2006.....	39
Tabela 02. Preferência de local de moradia entre jovens agricultores (f e %).....	60
Tabela 03. Avaliação dos jovens sobre o trabalho familiar agrícola (f e %).....	72
Tabela 04. Avaliação dos jovens sobre o modo de vida dos pais (f e %).....	72

QUADROS

Quadro 01. Dimensões temáticas e analíticas da pesquisa	102
Quadro 02. Distribuição populacional da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana.....	108
Quadro 03. Distribuição populacional nos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana.....	108
Quadro 04. Comparação de indicadores sociais.....	113

GRÁFICOS

Gráfico 01. Evolução populacional em Faxinal do Soturno.....	112
--------------------------------------------------------------	-----

FIGURAS

Figura 01. Mapa do município de faxinal do Soturno.....	111
---------------------------------------------------------	-----

1. INTRODUÇÃO

Neste estudo examina-se como são elaborados os projetos profissionais juvenis das novas gerações de agricultores familiares e a perspectiva de reprodução do modo de produção familiar em uma localidade específica. O entendimento de como ocorre o processo de elaboração dos projetos profissionais de jovens agricultores elucida questões relacionadas à dinâmica migratória, fazendo da temática pauta de pesquisadores da questão agrária contemporânea, especialmente dos que se dedicam ao estudo do processo de trabalho familiar (CHAMPAGNE, 1986, ABRAMOVAY, 1998, BRUMER, 2004, CARNEIRO, 2007, WANDERLEY, 2008, entre outros). Este objeto não é tomado para análise arbitrariamente, pelo contrário, expressa uma dimensão intrinsecamente associada à própria reprodução geracional da agricultura familiar.

Considerando que a sucessão na agricultura familiar usualmente ocorre de forma endógena (com um dos filhos sucedendo os pais no trabalho agrícola), a reprodução do modo de produção familiar em uma unidade produtiva depende necessariamente da disposição das novas gerações em fazê-lo. Por isso as pesquisas sobre migração e reprodução geracional na agricultura familiar observaram com especial atenção os jovens agricultores, que em muitas delas são tomados como objeto de análise. São estudos em que as representações juvenis, suas avaliações, os processos de socialização e questões de gênero são analisadas (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1997, BRUMER, 2004; DEERE; LÉON, 2002; PAULILO, 2004; SPANEVELLO, 2008; WEISHEIMER, 2007; BRUMER; SPANEVELLO, 2008), fornecendo aporte teórico e dados recentes de significativa qualidade.

Segundo Manheim, é característica fundamental da sociedade o surgimento contínuo de novos participantes no processo cultural, ao passo que antigos participantes do processo estão continuamente desaparecendo (MANHEIM, 1982). Neste sentido, torna-se necessário transmitir continuamente a herança cultural acumulada, o que ocorre através de um processo contínuo entre gerações. Os jovens emergem como fator propulsor da dinâmica da sociedade, constituindo importantes agentes de mudanças e transformações culturais e das relações sociais, uma vez que “uma nova geração não está completamente enredada no *status quo* da sociedade” (MANHEIM, 1968, p. 73). São as novas gerações que protagonizam os embates com a ordem social já estabelecida, revelando as contradições mais agudas da própria organização social.

Esta abordagem é especialmente emblemática no debate sobre a reprodução do processo de trabalho agrícola familiar, no qual nos focamos. O jovem agricultor familiar expressa os conflitos e tensões sobre a manutenção de determinado modo de vida, negando ou reafirmando a tradição cultural que lhe foi transmitida através do processo de socialização. O futuro da agricultura familiar passa pela visão que os jovens têm sobre seu próprio futuro, a partir das avaliações e representações que elaboram sobre o universo rural e urbano e sobre o trabalho agrícola e não-agrícola.

O leitor pode questionar-se sobre a originalidade em desenvolver um estudo sobre este tema, tão exaustivamente discutido no âmbito acadêmico. A problemática da migração rural-urbana e as conseqüências para a sucessão geracional na agricultura familiar têm sido examinadas há décadas, mas em cada período configura-se sobre condições diversas. Se, em tempos passados, fatores de estagnação do meio rural ou de atração do meio urbano eram suficientes para explicar este fluxo migratório, atualmente há de se considerar a complexidade da sociedade moderna e a insurgência de novos determinantes para este quadro. Para além dos determinantes econômicos (tamanho das propriedades, volume de produção, renda, oferta de emprego, etc.), considera-se também a existência de fatores associados a aspectos sociais e culturais que podem explicar de forma apropriada o êxodo dos jovens rurais. Adicionalmente, pesquisas realizadas em contextos específicos e em períodos distintos contribuem com a ampliação do conhecimento sobre o tema.

É necessário considerar, também, a co-existência de fenômenos que produzem transformações constantes sobre o universo rural, como o processo de modernização da agricultura, que mudou profundamente as relações de trabalho no campo; a insurgência do termo agricultor familiar como categoria política, com reivindicações próprias e organização sindical que levaram à maior visibilidade e criação de políticas públicas específicas; as mudanças nos padrões de consumo nas comunidades rurais, o acesso a meios de comunicação e tecnologias que “encurtam” a distância entre o universo rural e urbano.

Considera-se também que as especificidades regionais dificultam o desenvolvimento de teorias generalistas sobre este tema. Os estudos que se dedicaram ao entendimento dos padrões comportamentais dos jovens agricultores no processo sucessório e que arriscam a formulação de esquemas explicativos da migração, apresentam, ainda, pontos de contradição e divergência, o que suscita novos debates e novas produções científicas.

A tarefa sociológica aqui proposta é a de apontar os traços distintivos da situação juvenil na agricultura familiar a partir dos elementos considerados na elaboração de seus projetos profissionais. Preocupamo-nos em analisar de forma detalhada como estes sujeitos percebem a condição de jovem e de agricultor, trazendo à discussão suas avaliações e seus esquemas de percepção da realidade e, a partir destes elementos, discutem-se as perspectivas de reprodução da agricultura familiar, considerando a atual conjuntura do campo analisado.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A agricultura familiar se caracteriza por uma intensa inserção produtiva dos jovens que, desde a infância, são socializados no trabalho agrícola. A participação juvenil não é apenas um incremento na força de trabalho das unidades, mas representa a própria perspectiva de continuidade desta atividade no futuro. É inerente à reprodução do modo de produção familiar a transferência dos saberes e responsabilidades para os jovens, com vistas à sucessão geracional nas propriedades (CHAMPAGNE, 1986)

Alguns estudos apresentaram dados sobre a masculinização e o envelhecimento de comunidades rurais, causado, além da diminuição das taxas de fecundidade, pelo fluxo migratório juvenil do meio rural (BAENINGER, 1998; CAMARANO & ABRAMOVAY, 1997). Esses processos se constituem antes como problemas sociais do que como problemas sociológicos. A migração dos jovens é um problema social uma vez que representa a diminuição da força de trabalho da agricultura familiar e coloca em risco sua reprodução; e um problema sociológico se analisarmos as motivações para a ação dos indivíduos e tomarmos a migração juvenil como um fato social.

Para compreendermos as atividades humanas no âmbito de determinada sociedade, devemos proceder ao exame do conhecimento que os próprios atores sociais têm de sua realidade. Para Giddens, a avaliação ou monitoramento, por parte dos agentes humanos, das circunstâncias e contextos de interação social capacita os atores sociais de apresentarem as razões do que fazem, como fazem e por que fazem em suas vidas cotidianas (GIDDENS, 1989).

A pesquisa social deve ser sensível às habilidades complexas que os atores possuem para coordenar os contextos de seu comportamento cotidiano. Por isso, o foco deste estudo incide sobre o modo como os atores sociais avaliam questões práticas em suas vidas, na vida de seus pais, e os desdobramentos destas avaliações sobre os projetos profissionais.

O projeto profissional juvenil agrega-se a esta análise como um indicador para mensurar as expectativas de continuidade ou descontinuidade com a atividade agrícola. Embora seja uma abstração, um *vir a ser*, algo que só existe no plano das ideias, expressa de forma mais substancial a reflexividade dos jovens em relação ao ambiente rural e à estrutura de oportunidades disponível.

Estes projetos, que podem se distinguir do projeto familiar, emergem em função de interações e experiências fora do âmbito das relações familiares como, por exemplo, na escola, no mercado de trabalho e nos espaços de lazer (VELHO, 2003). Woortmann (1990) chama a atenção para o fato de que, com a emergência de projetos individuais, fica cada vez mais difícil construir o sucessor da unidade produtiva. Segundo este autor, “o coletivismo interno da família tem sido um dos fatores de permanência do campesinato através da história, mas hoje ele parece se chocar com os projetos individuais” (WOORTMANN, 1990, p. 73).

Os projetos expressam a unidade dialética entre o indivíduo e a sociedade. Ele é individual dentro de um plano de realização pessoal e estratégias particulares; e social devido ao fato de realizar-se num contexto histórico e cultural específico, influenciado por fatores que independem da vontade individual, e na interação com outros atores sociais e seus projetos individuais e coletivos (VELHO, 2003; BOUTINET, 2005). Inicialmente, o “projeto” pode ser entendido como uma representação de objetivos futuros que, partindo das experiências passadas, confere sentido às ações presentes e às interações na vida cotidiana. Nas palavras do antropólogo Jean-Pierre Boutinet (2005, p. 279): “o projeto traduz, de certo modo, a recusa da presença atual e sua preocupação com uma presença nova que dá um sentido a nossa interação momentânea”.

Durante o processo de elaboração dos projetos profissionais juvenis os jovens interagem com um sistema variado de valores (na escola, na família, na comunidade, nos meios de comunicação), que são absorvidos ou rejeitados, atuando tanto no sentido de reforçar os laços identitários com a cultura original quanto no sentido de negá-los (CARNEIRO, 2007). Essa mobilidade simbólica, que permite sentir-se pertencente a uma e a outra cultura, supõe uma margem de interação entre estes níveis distintos de

realidade, o que é específico da condição do jovem, cuja identidade está em vias de afirmação.

Cada vez mais as relações entre o urbano e o rural se estreitam com a difusão de tecnologias e o maior acesso aos meios de informação e comunicação. Os jovens agricultores assimilam com facilidade os novos recursos, acessam a internet, interagem com pessoas e realidades distintas. A experiência vivenciada por um jovem agricultor quando passa a conviver de forma mais íntima com os produtos culturais da cidade, em seu aspecto mais simbólico, equivale a entrar em contato com a modernidade e a quebrar os laços de dependência e de proteção familiar (CARNEIRO, 2007). Significa construir a sua individualidade, descobrir e realizar seus desejos e projetos. Significa, em segunda instância, a criação de um ambiente favorável à reavaliação dos próprios negócios familiares, na medida em que novos valores passaram a ser incorporados (CARNEIRO, 2007).

Da ambiguidade da relação entre os mundos “urbano” e “rural” resulta a elaboração de um novo sistema cultural e de novas identidades sociais, e essa situação de mobilidade material e simbólica é responsável também por novas tensões e conflitos entre os diferentes níveis de realidade (VELHO, 1994). Diferentemente da referência exclusiva a um único sistema cultural – fundamentado na organização social camponesa – definidor de uma identidade “tradicional”, esses jovens estariam vivenciando uma situação complexa, resultante da combinação singular de sistemas simbólicos particulares e universos culturais distintos, onde novas identidades estão sendo elaboradas com interferência na formulação de projetos e trajetórias individuais (CARNEIRO, 2007).

Portanto, quando se considera a atual possibilidade de uma redefinição de identidades, deve-se perceber o conjunto de avaliações que os jovens formulam sobre o ambiente em que vivem e sobre as perspectivas de mudança. A concomitância dos valores tradicionais com os novos valores acessados propicia a reelaboração do sistema de valores vigente, e novas identidades sócio-profissionais podem emergir. Nesse sentido, examinaremos a articulação entre as avaliações juvenis e os projetos profissionais formulados, um importante indicador das perspectivas de reprodução do modo de produção familiar.

Cabe destacar que a associação dentre projetos profissionais e reprodução da agricultura familiar não se coloca como um modelo causal, em relação de causa-efeito. O projeto, como o próprio termo subentende, é algo que existe apenas no plano nas

idéias, que não foi concretizado e, portanto, sujeito a mudanças. Os projetos podem oscilar, por exemplo, entre a permanência na agricultura ou a inserção no mercado de trabalho não-agrícola, a espera de melhores condições em um ou em outro. Esta margem de ponderação deve ser considerada, assim como a possibilidade de não realização de projetos aparentemente consolidados. Dessa forma, os projetos são trazidos, em primeiro lugar, como um indicador da disposição dos jovens agricultores em reproduzir o modo de produção familiar nas propriedades em que residem; e, em segundo lugar, como um instrumento de mensuração dos níveis de satisfação com a atividade agrícola, uma vez que revelam as avaliações e representações formuladas sobre o trabalho na agricultura e o trabalho não-agrícola, o que nos leva ao melhor entendimento de como são tomadas as decisões que envolvem a sucessão geracional.

1.2 OBJETIVOS

Objetivo geral:

- Aprofundar a análise das perspectivas de reprodução do modo de produção agrícola familiar a partir dos projetos profissionais juvenis.

Objetivos específicos:

- Identificar os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares;
- Compreender os elementos considerados pelos jovens na elaboração dos projetos profissionais, o grau de importância e o sentido atribuído a cada um.
- Examinar as avaliações dos jovens sobre o trabalho agrícola e as perspectivas de permanência na agricultura familiar.

1.3 HIPÓTESES

H1 – Os projetos profissionais juvenis na localidade estudada são predominantemente de rompimento com a atividade agrícola familiar.

H3 – Diversos aspectos são considerados no processo de elaboração dos projetos profissionais, sobretudo aspectos subjetivos, o que inclui questões afetivas, de identidade, familiares e razões específicas da condição e imaginários juvenis, numa fase marcada pela busca de autonomia e emancipação.

H4 – Há reduzidas perspectivas de sucessão geracional na atividade agrícola uma vez que as avaliações que os jovens tecem sobre o trabalho agrícola o qualificam como uma atividade insalubre, de baixa compensação financeira e incapaz de proporcionar qualidade de vida e auto-realização profissional.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A concepção deste estudo fundamenta-se, inicialmente, na análise de dados secundários sobre a agricultura familiar no Brasil, a partir das pesquisas mais recentes produzidas que, de alguma forma, trataram as questões afins a esta problemática. Destaque é dado para as pesquisas que tomam os jovens agricultores como unidade de análise, pois contribuem de forma decisiva para o entendimento da condição juvenil no trabalho familiar e para o exame de diversas variáveis que incidem sobre os projetos profissionais e de vida. Segue uma caracterização do universo da pesquisa, abordando-se os indicadores sócio-econômicos da agricultura familiar em nível nacional e regional, bem como aspectos demográficos e socioculturais da colonização italiana na localidade estudada.

Num segundo momento, opta-se pela produção de dados qualitativos para aprofundar questões suscitadas no debate acadêmico emergente, o que é feito a partir de um estudo do caso dos jovens agricultores residentes na cidade de Faxinal do Soturno, município pertencente à Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul (divisão administrativa estabelecida pelo COREDE – Conselho regional de Desenvolvimento da Região Central - composta pelos municípios de Nova Palma, Silveira Martins, Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Pinhal Grande, São João do Polesnie e Restinga Seca).

A escolha da Quarta Colônia de imigração italiana justifica-se por representar uma área tipicamente caracterizada pela produção agropecuária do tipo familiar, possuir índices sócio-econômicos próximos à média das demais regiões do Estado (PIB, PIB per capita e IDH) e, principalmente, pela possibilidade de acesso a dados qualitativos dificilmente acessíveis a pesquisadores não familiarizados com a comunidade local, uma vez que já haviam sido construídos laços de confiança com informantes residentes naquela região por ocasião de pesquisas anteriormente realizadas. Entende-se que muitos dos aspectos subjetivos abordados não são passíveis de serem apreendidos numa única interação, como nos casos em que se opta pela realização de entrevistas estruturadas, aplicação de questionários ou *surveys*. Por vezes, as motivações para os comportamentos dos indivíduos são mesmo para estes incompreensíveis ou fazem parte de um inconsciente coletivo não-inteligível imediatamente, o que requer a busca de métodos alternativos para sua obtenção.

A coleta dos dados primários ocorreu em dois períodos, a primeira no mês de abril e a segunda em julho de 2010. Durante 20 dias (15 dias no primeiro período e 05 dias no segundo) participou-se de atividades da vida comunitária da cidade, oportunidade em que se realizaram observações e entrevistas. Foram realizadas 32 entrevistas baseadas em roteiro semi-estruturado e com perguntas abertas, direcionadas a jovens agricultores cujas idades variavam entre 14 e 25 anos. Além das entrevistas, no período de coleta dos dados foi produzido um diário de campo com informações obtidas a partir da observação, o que detalha aspectos complementares à análise.

Salienta-se que a categoria etária “jovem”, empregada na pesquisa, não é definida por um critério biológico, e sim por uma característica situacional de pertencimento a uma fase de transição entre a adolescência e a vida adulta. É uma situação marcada pela subordinação à autoridade paterna, mas em vias de obtenção da autonomia. Por isso, caracteriza-se também por ser um momento complexo de tomadas

de decisões, tanto pela perspectiva juvenil de eminente emancipação, quanto pela expectativa depositada pela família na constituição de uma identidade profissional, muitas vezes à espera do retorno de um investimento educacional ofertado.

As entrevistas seguiram um roteiro previamente estabelecido (Anexo III), mas que foi flexibilizado de acordo com as condições de sua realização. Houve casos em que a disposição do informante e a qualidade das informações fornecidas suscitaram questões novas, que, da mesma forma, foram registradas e agregadas à análise. Os jovens entrevistados foram localizados a partir da identificação de alguns “informantes-chave”, os quais, por sua vez, indicaram amigos, vizinhos, colegas, permitindo que uma rede de relações fosse acessada. Durante o período de coleta dos dados houve a oportunidade de hospedar-se nas residências de alguns agricultores, o que possibilitou o estreitamento da relação entrevistador-entrevistado e resultou num alto nível de cooperação. Este foi um fator essencial para a produção de dados complexos que exigiam reflexões sobre questões pessoais e alta disponibilidade de tempo do entrevistado.

A realização de um estudo de caso presume um levantamento diverso de aspectos qualitativos muitas vezes de difícil mensuração. O intuito é o de aprofundar questões, identificar “tipos”, e não o de imprimir generalização ou elaborar um modelo causal que limite a variável “projetos profissionais” a alguns aspectos levantados. Isto porque os aspectos que incidem sobre os projetos profissionais são os mais diversos e variam de acordo com a região estudada, com a matriz produtiva local, com a idade, o sexo, o nível de escolarização, questões materiais, diferenças na estrutura de oportunidades envolvente, entre outros. Deve-se ter em mente que muitos destes aspectos são subjetivos e as motivações para a escolha profissional podem ser inconscientes para os próprios sujeitos analisados.

As entrevistas foram examinadas através do método da análise de conteúdo. A análise de conteúdo é considerada um método para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (VERGARA, 2005, p. 15). Bardin conceitua a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, P. 42). A finalidade da análise de conteúdo é produzir inferência,

trabalhando com vestígios e índices postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos (PUGLISI; FRANCO, 2005, p. 25).

Embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo culmina em descrições numéricas de algumas características do corpo do texto, a atenção maior é dada aos “tipos”, “qualidades” e “distinções” presentes nas falas. Em suas primeiras utilizações, a análise de conteúdo assemelha-se muito ao processo de categorização e tabulação de respostas a questões abertas, o que é feito também, mas vai além ao analisar o sentido subjacente ao conteúdo manifesto. Pode-se imaginar que o resultado dessa análise temática poderia ser colocado em tabelas; mas, em lugar de números, as células da tabela conteriam as falas particulares dos sujeitos entrevistados. No entanto, como as entrevistas abordam questões distintas, células preenchidas para alguns ficariam vazias para outros.

Como cada entrevista é tratada em profundidade sendo o quadro de estudo sobretudo qualitativo, as questões de amostragem se tornam secundárias. A seleção dos entrevistados, contudo, observa os objetivos propostos, tomando para a análise apenas os jovens que se encontram na condição situacional de agricultor, ainda que em tempo parcial.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

No próximo capítulo (Capítulo 2), trazemos à discussão o percurso teórico dos conceitos de reprodução e projeto profissional. O conceito de reprodução social é abordado em suas interfaces a partir dos teóricos mais influentes nesta temática: Althusser, Lefebvre, Bourdieu, Passeron e Giddens. Retomam-se a evolução do conceito, os principais pontos de conexão e divergência em cada teoria e a contribuição metodológica legada em cada concepção. Posteriormente, explora-se a reprodução social com vistas à aplicabilidade sobre a leitura do universo rural contemporâneo, percebendo, através de estudos empíricos já realizados, o potencial explicativo da teoria da reprodução social para a compreensão dos fenômenos que levam à crise na sucessão do modo de produção agrícola familiar. Neste aspecto, merecem atenção as abordagens

sobre o processo sucessório e o enfoque geracional sobre a reprodução, contemplando as especificidades do modo de produção familiar. Produz-se também uma discussão sobre a migração rural-urbana e sua relação com a mobilidade social, em que se apresentam as principais teorias brasileiras sobre mobilidade e suas leituras da dinâmica migratória entre agricultores.

No capítulo 3 realiza-se a caracterização do universo da pesquisa e apresentam-se os mais recentes dados sobre a agricultura familiar em âmbito nacional e no Rio Grande do Sul. Retomam-se os estudos desenvolvidos no Sul do Brasil e que consideraram os jovens agricultores em suas abordagens ao analisar a reprodução social da agricultura familiar, os nuances do processo sucessório e os projetos profissionais juvenis. A caracterização do universo da pesquisa é complementada por aspectos sociais, culturais e demográficos da Quarta Colônia de Imigração Italiana, região em que se realizou a coleta dos dados, que constam no anexo II da dissertação.

O Capítulo 4 intitula-se “Analisando Projetos Profissionais” e nele apresentam-se os resultados da pesquisa de campo. Através das falas dos jovens agricultores, produz-se uma análise do conteúdo dos discursos, buscando os sentidos atribuídos a cada avaliação, opinião ou projeto. Cada tema insurgente nas entrevistas é explorado e são dadas as bases para a discussão sobre as perspectivas de reprodução social do modo de produção familiar naquela localidade.

No Capítulo 5 desenvolve-se o aprofundamento de questões surgidas com os dados de campo e analisam-se as avaliações juvenis e seus projetos aos olhos das teorias sociológicas contemporâneas. Ao mesmo tempo, comparam-se os resultados obtidos com os de outras pesquisas que compartilham da mesma temática, apontando seus pontos de convergência e divergência, assim como os avanços realizados na construção do conhecimento sobre as relações sociais na agricultura familiar. Consequente a este, apresentam-se as principais conclusões permitidas pela análise.

2. A NOÇÃO DE REPRODUÇÃO SOCIAL E PROJETO PROFISSIONAL NA TEORIA SOCIOLÓGICA

A teoria da reprodução surge na sociologia não como uma necessidade abstrata da teoria social, mas como uma resposta intelectual às questões sobre a continuidade ou descontinuidade dos padrões comportamentais e das relações sociais através das gerações, bem como do próprio modo de produção de uma sociedade . Segundo Althusser, toda sociedade, baseada num dado modo de produção, deve reproduzir tanto suas próprias forças produtivas quanto as relações existentes de produção (ALTHUSSER, 1971). Reproduzir as forças produtivas, para este autor, representa não apenas reproduzir bens materiais como ferramentas e máquinas, mas também força de trabalho. A reprodução da força de trabalho seria uma tarefa da escolarização formal, uma vez que a escola não apenas ensina habilidades básicas, mas também as regras de comportamento e atitudes apropriadas para as posições na produção para as quais as novas gerações são destinadas, como trabalhadores ou como agentes do capital. Neste sentido, para este autor, a escola consistiria no aparato ideológico dominante no capitalismo e meio chave pelo qual as relações capitalistas de produção são reproduzidas.

Althusser, ao reformular a teoria marxista do estado e da ideologia, entende que a reprodução das relações de classe é tarefa do estado, que atua através de dois tipos de instituições que se apóiam mutuamente: os “aparatos repressivos do estado” e os “aparatos ideológicos do estado”. Para o autor, o aparato educacional tornou-se o mais importante no capitalismo moderno, o que o leva a ser o canal pelo qual as relações capitalistas de produção são reproduzidas.

Lefebvre traça uma análise diferente quando apresenta suas idéias em *The survival of capitalism*, explorando a reprodução social a partir de mecanismos de dominação presentes no cotidiano. Para além da crítica sobre a educação e os meios de comunicação de massa, ou da linguagem, este autor considera a estrutura de poder como um todo, atuando no próprio sentido de organização do espaço. Segundo Lefebvre, o capitalismo atuou de forma incisiva na transformação do campo e da cidade, levando a novas formas de organização que reproduzem as relações de classe que deram origem a esta transformação.

Há aspectos comuns nas teorias da reprodução de Althusser e Lefebvre. Ambos fazem distinção entre reprodução dos meios de produção e reprodução das relações de produção e focalizam na segunda. Eles vêem a reprodução no domínio da vida cotidiana, que no passado parecia marginal à análise de classe. Althusser fundamenta seus argumentos na escola; Lefebvre toma o espaço urbano como mote, mas ambos vêem no Estado o coordenador e organizador do processo. Lefebvre distancia-se de Althusser, entretanto, em relação ao método. Ele se recusa a tomar o modo capitalista de produção como um sistema logicamente coerente, cuja reprodução possa ser explorada teoricamente. Ao invés disso, vê o capitalismo como uma tendência incoerente, fragmentária, vastamente irregular, cuja coerência é uma meta da estratégia das classes dominantes (agindo através do estado). Segundo este autor, não há nenhuma “lógica de reprodução”, nem um processo automático, mas se trata de algo indeterminado e historicamente específico, fruto das tensões de classe (LEFEBVRE, 1976).

Na obra de Giddens, a expressão “reprodução social” geralmente se encontra vinculada à transmissão de normas e valores culturais de geração em geração. Uma reprodução é uma repetição da mesma coisa. A reprodução social consiste na transmissão e aquisição de valores, normas e costumes sem proceder a alterações significativas, sem inovar, sem mudar o legado recebido (GIDDENS, 2002). Essa reprodução é assegurada por diversos mecanismos através dos quais é mantida e assegurada a continuidade da experiência social ao longo do tempo. Em amplo aspecto, a reprodução social pode ser entendida como um processo mediante o qual os grupos sociais, através de diversos mecanismos, reproduzem a sua própria estrutura.

A reprodução social não consiste apenas na repetição da cultura atualmente existente, mas também na repetição e manutenção da própria estrutura social e do sistema de estatutos e papéis sociais de um grupo. Os agentes de socialização, ao promoverem a aprendizagem da cultura de uma sociedade e a integração do indivíduo na sociedade e em grupos sociais específicos, promovem simultaneamente a reprodução da estrutura social existente num dado momento – promovem o “status quo” (GIDDENS, 2002). Ou seja: levam o indivíduo a aceitar como “naturais” os estatutos atribuídos, a limitação do leque dos estatutos adquiridos e a definição dos direitos inerentes a cada estatuto social e dos deveres inerentes a cada papel social.

Há que se destacar as relações entre reprodução social e transformação social. A reprodução social diz respeito ao modo como as sociedades persistem no tempo. A transformação social refere-se às mudanças pelas quais as sociedades passam. Segundo

Giddens, a reprodução social tem lugar na medida em que há uma continuidade entre o que as pessoas fazem de dia para dia e de ano para ano e as práticas sociais que seguem.

Uma das mais frutíferas teorias sobre a reprodução social é a desenvolvida pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Este autor relaciona a reprodução com a perpetuação de práticas sociais, afastando-se dos determinismos estruturais ou do voluntarismo. Através do conceito de *habitus* e seus desdobramentos sobre a ação dos indivíduos, adquirem-se meios de traçar uma análise sobre o processo de reprodução geracional. Este autor apresenta um quadro bastante interessante para a análise da sucessão na agricultura familiar, considerando o investimento biológico (fecundação e sistema matrimonial na reprodução em curto prazo), a sucessão (transmissão do patrimônio material), a transmissão dos saberes e práticas educativas do grupo, o investimento econômico e em capital social (instaurando relações e laços de obrigação) e o investimento simbólico, presentes nas ações de reconhecimento.

Bourdieu utiliza o conceito de *habitus* para explicar os mecanismos através dos quais os indivíduos aprendem a fazer parte de uma sociedade e a reproduzi-la continuamente através de suas ações. É a partir do *habitus*, um conjunto de disposições permanentes, que os indivíduos podem produzir pensamentos, percepções, expressões, ações, e que têm sempre como limite as próprias condições históricas e socialmente determinadas em que ele próprio é produzido (BOURDIEU, 2004). Ou seja, sendo produto de um conjunto de condicionamentos, o *habitus* tenderia a reproduzir a lógica desses mesmos condicionamentos.

O *habitus* relaciona-se à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir. É o produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação, ao término do qual uma identidade social é instituída, tornando-se uma lei social incorporada. Se realiza sempre em determinadas condições sociais, logo, um *habitus* só é compreensível a partir de um campo. Há dois esquemas de percepção interiorizados que compõem o *habitus*: a) o *ethos*, princípios e valores em estado prático, forma interiorizada não-consciente que regula a conduta cotidiana; b) e a *hexis* corporal, que consiste nas posturas e disposições do corpo interiorizadas inconscientemente pelo indivíduo ao longo de sua história.

Para Bourdieu, os agentes incorporam a estrutura social ao mesmo tempo que a produzem, legitimam e reproduzem. A reprodução social consiste no processo mediante o qual uma sociedade, através de diversos mecanismos, reproduz a sua própria estrutura.

Neste processo, a socialização, e em particular a socialização primária, é determinante, na medida em que ocorre numa fase da vida em que as experiências tendem a ser mais marcantes e, portanto, mais duráveis.

Como o habitus tende a garantir a sua própria constância, ele gera mecanismos de seleção de novas informações, rejeitando aquelas que possam pôr em causa as informações até aí acumuladas e desfavorecendo também a exposição a essas informações - é assim que, por exemplo, tendemos a relacionar-nos com indivíduos que possuem situações sociais idênticas às nossas, não só porque são mais "parecidos" conosco, facilitando a interação, mas também porque tendemos a procurar relacionarmo-nos com os nossos pares. Ou seja, a própria possibilidade de nos confrontarmos com pessoas cujo habitus é muito diferente do nosso é mais limitada do que a possibilidade de nos vermos perante aqueles que mais se assemelham a nós, traduzindo-se numa limitação da possibilidade de transformação ou reconversão das nossas percepções, valores, normas, ações, etc.

Do ponto de vista da sociedade global, essas pequenas ações que cotidianamente pomos em prática, permitem garantir certa continuidade do sistema social existente, isto é, reproduzi-lo tal como ele é. É assim que, por exemplo, Bourdieu e Passeron analisam os fenômenos de sucesso e insucesso escolar, de escolha de cursos e também de mobilidade social, concluindo pela existência de mecanismos que, não impedindo a transformação da estrutura social, a limitam. Todavia, nenhum sistema social é absolutamente imóvel, e, embora todas as sociedades tenham mecanismos que tendem à reprodução das suas próprias condições de existência, existem também modificações que terão tanto maior peso e que operarão tanto mais depressa quanto mais aberta for essa sociedade.

Na teoria de Bourdieu, a reprodução da vida social só é possível através de transformações e adaptações viabilizadas pelas estratégias desenvolvidas pelos próprios indivíduos, marcadamente caracterizadas pela produção e reprodução das condições de sobrevivência. Por outro lado, nem sempre os indivíduos concretizam estratégias como as planejam, uma vez que são afetados pelas condições cotidianas de sobrevivência, pelas dimensões sociocultural, econômica e políticas (BOURDIEU, 1992). Dessa forma, as estratégias familiares não se configuram como um ato livre das escolhas dos indivíduos, mas como síntese dos projetos formulados e as condições dadas pelo universo social do qual fazem parte.

Como se pode perceber, as teorias sobre a reprodução social apresentam descontinuidades em suas abordagens, uma vez que o problema estudado é diferente em cada caso. Enquanto alguns autores dedicaram-se à análise da reprodução de modos de produção, de estruturas de poder ou de classes – especialmente para o entendimento das relações de poder no capitalismo, outros, concentram suas análises na reprodução das relações sociais na vida cotidiana, buscando compreender como são perpetuadas as normas e valores culturais através das gerações. A análise que empreende-se neste estudo serve-se da síntese destas teorias, uma vez que trata-se ao mesmo tempo da reprodução de um modo de produção (o fazer agrícola familiar) bem como da reprodução no nível da transmissão dos saberes e fazeres agrícolas através das gerações, o que ocorre no processo de socialização dos jovens pesquisados.

2.1 AS ESPECIFICIDADES DO PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

As unidades de produção familiares configuram-se de forma distinta das empresas capitalistas uma vez que possuem uma base social e material específicas. Neste modo de produção, o trabalho, o trabalhador e o capital encontram-se indissociáveis. Segundo Chayanov, na agricultura familiar, a família detém os meios de produção, emprega sua própria força de trabalho e recebe ao final da safra uma quantia que é revertida para a manutenção da propriedade e a subsistência de todos os membros da família, não havendo, portanto, salários, estrutura de lucro líquido, renda e juro do capital como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra (CHAYANOV, 1981).

É a família que detém o controle sobre o próprio trabalho e do processo produtivo, ainda que haja uma divisão do trabalho segmentada que confere diferentes níveis de responsabilidade e importância ao trabalho de cada membro. O objetivo último do trabalho familiar é a satisfação das necessidades da família com o menor grau de auto-exploração do trabalho, e o elemento que designa a necessidade do trabalho é a reprodução da família e do patrimônio familiar, ou seja, os meios de produção. Outra especificidade do modo de produção agrícola familiar é a indivisibilidade do

rendimento. Entre os agricultores familiares, o resultado da produção constitui um rendimento indivisível do qual não se pode separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo capital ou com a renda da terra (WANDERLEY, 1998).

Ao pensar a reprodução das populações rurais, especialmente entre os agricultores familiares, é importante salientar os diferentes enfoques estabelecidos sobre a temática: tanto a reprodução em curto prazo quanto a reprodução em longo prazo, ambos intimamente ligados à produção e reprodução dos estabelecimentos e indivíduos nela envolvidos. Segundo Wanderley (2001), há entre as famílias de agricultores um esforço tanto em prover as necessidades imediatas do grupo doméstico como a reprodução das gerações futuras. Para esta autora, a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes (WANDERLEY, 2001, p. 27). Na agricultura familiar, as famílias produzem diferentes esforços para assegurar a reprodução das gerações, tais como a constituição de patrimônio fundiário, alocação de diversos membros para trabalhar dentro ou fora do estabelecimento ou associações informais entre parentes e vizinhos (WANDERLEY, 2001).

Esta abordagem assemelha-se à desenvolvida por Almeida (1986), que traça um perfil dos processos de reprodução dos estabelecimentos familiares em curto prazo, ou ciclo curto, e em longo prazo, ou geracional. Na reprodução a ciclo curto encontram-se fatores relacionados ao trabalho, ao conhecimento tradicional e recursos necessários para a manutenção do processo produtivo. A reprodução em curto prazo é associada às necessidades imediatas da família, à lógica econômica, como o trabalho e o consumo; enquanto que a reprodução em longo prazo diz respeito ao ciclo geracional, de perpetuação da família, destacando aspectos relacionados ao casamento, fecundidade, transmissão dos saberes, morte e herança (ALMEIDA, 1986). A reprodução em longo prazo também compreende a preservação e a valorização da propriedade e do meio ambiente, tendo em vista a possibilidade de seu uso pelas próximas gerações.

As famílias de agricultores visam à reprodução através das gerações através de estratégias ou respostas específicas, tanto no curto como no longo prazo, frente às pressões macroeconômicas capitalistas, políticas e a excessiva fragmentação das propriedades através da divisão na herança, o que pode inviabilizar a continuidade dos grupos domésticos (SPANVELLO, 2008). No ciclo longo, está a possibilidade da migração, do controle da natalidade, da exclusão de herdeiros legais, de famílias

poderem atingir uma dimensão corporativa ou mesmo fazer surgir famílias-tronco (ALMEIDA, 1986).

Com vistas a elucidar o processo de reprodução em longo prazo, servimo-nos da teoria de Gasson e Errington (1993), que se foca na reprodução intergeracional a partir do estudo de três momentos: a sucessão, a partilha da herança e a retirada ou aposentadoria dos pais. Por sucessão entendemos a transferência do gerenciamento da unidade familiar pelos membros das novas gerações; por herança, a transferência legal do patrimônio; e por aposentadoria ou retirada dos pais, a conclusão do processo de transmissão das atividades de gestão (GASSON; ERRINGTON, 1993).

O que há de comum nas teorias sobre a reprodução social entre agricultores familiares é que a sucessão deve ser entendida como um processo, composto por diferentes fases, e que este processo tem início com as atividades de socialização das novas gerações nas atividades laborais dentro da unidade produtiva. É na socialização das crianças nas atividades produtivas que ocorre a transmissão dos saberes e habilidades, necessárias para assumir gradativamente a gestão do estabelecimento. Autores como Burton e Walford (2005) sugerem que a sucessão é baseada no ciclo de vida da família através de quatro diferentes estágios: 1) primeiramente as crianças dedicam-se aos estudos e participam das primeiras atividades sob a supervisão dos pais; 2) Num segundo momento, intensifica-se a participação das crianças no trabalho; 3) As responsabilidades sobre o trabalho aumentam em termos técnicos e produtivos, aumentando também a importância para a própria família; 4) Finalmente o pai se retira da administração da propriedade e transfere totalmente o patrimônio para a geração seguinte.

Na agricultura familiar, os filhos aprendem a desenvolver a atividade agrícola no interior do próprio estabelecimento, através da transmissão dos saberes por lenta “impregnação” (CHAMPAGNE, 1986). No processo de socialização dos jovens filhos de agricultores familiares, o trabalho aparece como elemento central. Diferentemente da socialização dos demais jovens da nossa sociedade, os filhos de agricultores são socializados no âmbito do trabalho, participando desde a infância das atividades desenvolvidas na propriedade. Considerando a socialização como o processo através do qual o indivíduo aprende a ser um membro da sociedade, através da interiorização das regras sociais e da sua inserção no meio social, outros elementos também aparecem como importantes agentes socializadores dos jovens agricultores, como a escola, os

grupos de pares, os meios de comunicação e a participação na vida comunitária, o que torna os processos de socialização contemporâneos bastante complexos.

A permanência na agricultura através da sucessão é um processo coordenado pelos próprios agricultores e, segundo Patrick Champagne, a centralidade da família garante o domínio dos pais em torno da sucessão (CHAMPAGNE, 1986). Esse domínio familiar se materializa no processo sucessório, uma vez que a família se constitui como o principal espaço de socialização dos jovens, impondo seus estilos de vida, valores e sua definição profissional, pois havia uma escassa “concorrência” com outros agentes socializadores devido ao isolamento do meio rural (BOURDIEU, 1996, 2000, CHAMPAGNE, 2002). Entretanto, como veremos mais adiante, no contexto atual da agricultura familiar no Brasil a família passa a “concorrer” com outros agentes socializadores e sua influência no processo de sucessão deve ser relativizado. Além do isolamento, é característica marcante da agricultura familiar a precoce inserção no trabalho, desde a mais tenra idade, e a intensa participação infantil e juvenil no trabalho, caracterizado pelas elevadas jornadas de trabalho, como apontam dados de estudos recentes desenvolvidos no Rio Grande do Sul (WEISHEIMER, 2007).

Patrick Champagne (1986) atribui à recusa do modo de vida dos pais a falta de desejo dos filhos em serem sucessores na propriedade familiar. O autor constata que a atividade agrícola (em comparação com outras atividades) é vista de forma negativa pelos jovens, principalmente pelas moças. Contrariando este argumento como explicativo para a migração juvenil, estudos recentes realizados no sul do Brasil apontam que as avaliações de rapazes e moças acerca do modo de vida no meio rural, assim como sobre o modo de vida de seus pais, configuram-se majoritariamente de forma positiva; no entanto, há um baixo reconhecimento do papel da mulher na unidade produtiva, sobretudo por parte dos homens (BRUMER et al., 2008).

Os jovens convivem com a cultura local de suas comunidades, a religião, o lazer e outras formas de interação social entre os habitantes destas comunidades, o que contribui de maneira subjetiva para a tendência à perpetuação e à reprodução dos grupos (BOURDIEU, 2000; CHAMPAGNE, 2002). São exemplos destas dimensões subjetivas as relações sociais de amizade, namoros e casamentos entre filhos de famílias residentes na mesma comunidade. Especificamente em relação aos casamentos, Bourdieu afirma existir um “mercado matrimonial” local auto-regulado, praticamente limitado aos espaços geográficos e sociais dos agricultores (BOURDIEU, 2000) e, muitas vezes, o

casamento reveste-se do propósito de assegurar a preservação do patrimônio (WOORTMAN, 1995).

Os papéis desempenhados pelos indivíduos em qualquer etapa de sua vida, na interação com indivíduos de outras gerações, devem “*aguçar*” e reforçar seu papel como transmissor e receptor da herança cultural e social (EISENSTADT, 1976). Conseqüentemente, as relações entre gerações e a ênfase dada às diferenças etárias decorrem das características básicas do processo de socialização. Portanto: “A função das definições de idade é tornar o indivíduo capaz de aprender e adquirir novos papéis para tornar-se um adulto, e, desta maneira, manter a continuidade social” (EISENSTADT, 1976, p. 7). Nesta perspectiva, a socialização aparece como um mecanismo de modelagem das personalidades que estruturam as condutas essenciais ao funcionamento social.

Esta dimensão relacional da socialização, que produz a incorporação das disposições de classe, através de um *habitus* de classes significa o entendimento de que os indivíduos tendem a querer apenas o que têm chance de conseguir. Ou seja, este mecanismo assegura a adesão dos agentes à reprodução de sua posição social e a sua participação ativa neste processo de reprodução. Disto se pode sustentar que a disposição de um jovem agricultor familiar será de orientar-se “por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições” e reagirá a elas como aprendeu precocemente a fazer, contribuindo, assim, para a reprodução de seu grupo social. Isto porque o *habitus* nada mais é do que a cultura do seu grupo de origem, incorporada à sua personalidade através dos processos de socialização.

A socialização produz a incorporação duradoura de disposições de maneiras de pensar e de agir, em conformidade com os valores culturais e sociais de seu grupo de origem. Deste modo, é preciso estar atento para o fato de que esta socialização se, por um lado, engendra estratégias objetivas que cumprem funções de reprodução; por outro, é orientada para a conservação ou para o aumento do patrimônio. Ou seja, não se pode negar que, na verdade, reproduzir as condições de produção implica querer alcançar um *status* superior e não manter a mesma posição da origem (BOURDIEU, 2004). Sem esta possibilidade de progressão, via adaptação a novos contextos e desenvolvimento de inovações, a própria reprodução passa a estar em risco.

2.2. A MIGRAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES REPRESENTA MOBILIDADE SOCIAL?

A evasão do trabalho agrícola para outros segmentos profissionais representa em última análise a busca por melhores condições de vida. Esta mobilidade ocupacional, na maioria das vezes, objetiva a ascensão social, embora, segundo Pastore, o intenso movimento de sobe e desce na estrutura social não signifique efetivamente a redução das desigualdades de acesso às novas e melhores oportunidades sociais (PASTORE, 2000). Para elucidar esta questão faz-se um adendo neste capítulo para examinar, aos olhos das principais teorias sobre mobilidade social, os desdobramentos do fluxo migratório das novas gerações de agricultores.

Este estudo, embora imprima uma análise sobre as perspectivas de mudança ocupacional entre agricultores familiares – tomando os projetos profissionais juvenis como objeto – não representa um estudo sobre mobilidade social propriamente dito, embora este tema permeie a problemática da pesquisa. Não se constitui como tal porque estudos de mobilidade social não podem ser realizados num curto prazo, pelo contrário, necessitam o acompanhamento da dinâmica e evolução de indivíduos ao longo de décadas ou um estudo longitudinal de acompanhamento de uma geração. Contudo, considera-se pertinente entender o significado de mobilidade social e seus determinantes uma vez que, para os indivíduos da pesquisa, a mudança ocupacional é uma realidade iminente e a ascensão no status social é um objetivo frequentemente atrelado aos projetos em elaboração, como veremos mais adiante. Adicionalmente, não há estudo sobre mobilidade social no Brasil que desconsidere a dinâmica migratória rural-urbana e as trocas de posições no mercado de trabalho destes dois universos.

A estrutura social brasileira caracteriza-se por ser bastante desigual e por sofrer mudanças de forma muito rápida, uma vez que passou de uma sociedade essencialmente agrária para uma sociedade industrial em poucas décadas, o que implicou uma completa reordenação da estrutura ocupacional do país (BIAGIONI, 2006). Em uma geração, muitos postos de trabalho no setor primário foram extintos (seja pela modernização da agricultura ou pela excessiva divisão de terras) e novas posições nos setores industriais e de serviços foram criadas. Como conseqüência, muitos deixaram de seguir a atividade

de seus pais para ingressar em carreiras novas e geralmente de maior *status*, quadro que sensivelmente reflete o que está acontecendo entre os jovens agricultores familiares.

Um respeitável estudo sobre mobilidade social no Brasil foi desenvolvido por Maria Celi Scalon. Nele, propõe-se uma forma de abordar a mobilidade social baseada não mais no estudo de hierarquias de *status*, mas na "análise de classes" ou "mobilidade de classes". Assim, a autora procura não apenas descrever as barreiras de classe mais difíceis de serem transpostas, mas também discutir os efeitos da interação entre gênero e classe nos padrões de mobilidade social. Ao invés de "grupos de *status*" ordenados hierarquicamente entre baixo e alto, elabora-se um mapa de nove classes sociais, que indicam posições distintas em uma estrutura de classes definida por diferentes condições de mercado e trabalho. As classes utilizadas são: I — Profissionais; II — Administradores e gerentes; III — Proprietários empregadores (urbanos); IV — Não-manual de rotina (em geral pessoal de escritório, vendas e comércio); V — Proprietários por conta própria (pequenos proprietários sem empregados); VI — Manual qualificado; VII — Manual não-qualificado; VIII — Empregadores rurais; IX — Empregados (trabalhadores) rurais (SCALON, 1999).

Os resultados do estudo de Scalon mostram que a estrutura de classes no Brasil é extremamente rígida e as chances relativas de mobilidade para as classes mais privilegiadas não são, nem de longe, distribuídas igualmente para indivíduos com origem nas diversas classes sociais (SCALON, M. 1999). A pesquisa aponta ainda dados surpreendentes sobre a situação dos jovens agricultores. Uma inferência preocupante é o das chances relativas de filhos de trabalhadores rurais alcançarem a classe de profissionais (administradores, gerentes) em relação às chances que um filho de profissional tem de seguir os passos de seu pai. Segundo o estudo de Scalon, um filho de agricultor tem 1.140 vezes menos chances de se tornar um profissional do que o filho de um profissional. E a filha de um agricultor tem 1.462 vezes menos chances de se tornar uma profissional do que a filha de um profissional. Já as chances de o filho de um trabalhador não-qualificado (classe VII) — digamos, um porteiro — se tornar um profissional — digamos, um médico — é 133 vezes menor do que as chances de um filho de profissional seguir os passos de seu pai (SCALON, M. 1999).

Os padrões de mobilidade ou fluxos de saída indicam uma expressiva transferência de mão-de-obra com origem rural para as demais classes. Segundo Ribeiro

e Scalon, mesmo na classe de profissionais e administradores há um grande percentual de indivíduos com origem nas classes trabalhadoras rurais e urbanas. Chama a atenção o fato de que um terço dos profissionais, administradores e gerentes é recrutado em classes rurais. Contudo, mais da metade da classe trabalhadora urbana no Brasil provém de classes ligadas ao meio rural (66% dos trabalhadores manuais urbanos em 1973 tinham origem rural). Embora essa proporção tenha caído para 59% em 1988 e 52% em 1996, ela continuou mais elevada do que a de qualquer país europeu nos anos 70 (RIBEIRO; SCALON, 2001, p.12).

Contrastando com a heterogeneidade das origens das classes urbanas, identifica-se que a classe dos trabalhadores manuais rurais é muito fechada e homogênea. No estudo desenvolvido por Ribeiro e Scalon, aponta-se que na pequena agricultura o recrutamento interno responde por cerca de 90% de sua composição nos três anos examinados, 1973, 1988 e 1996 (RIBEIRO; SCALON, 2001). Esta endogenia faz com que a evasão de jovens agricultores do meio rural esteja associada a uma crise na reprodução do processo de trabalho familiar, uma vez que, na maioria das unidades produtivas familiares, a sucessão geracional coloca-se como uma condição para manutenção da vocação agrícola da propriedade.

Conforme Ribeiro e Scalon, os migrantes rurais no Brasil foram absorvidos tanto pela classe manual urbana quanto pela elite, mas a maioria dos trabalhadores rurais direcionou-se para ocupações manuais urbanas. Quanto à composição das classes sociais, verifica-se que tanto nas classes trabalhadoras urbanas como nas classes de profissionais e administradores há um percentual alto de pessoas com origem nas classes rurais, sendo que na classe de trabalhadores manuais urbanos, de cada três pessoas duas têm origem no setor rural, enquanto somente uma tem origem na própria classe manual urbana.

Outro importante estudo sobre mobilidade é o de Pastore e Silva, que adota uma perspectiva teórica definida como "estudos da mobilidade de *status*" ou de "hierarquias socioeconômicas", com o objetivo de analisar as mudanças na mobilidade social e na estrutura ocupacional brasileira ocorrida entre as décadas de 1970 e 1990. O que caracteriza a opção teórica destes autores é a escolha de um "esquema de classes", ou melhor, de "grupos de *status*" ordenados hierarquicamente, de acordo com características de renda e educação, em seis categorias: (1) baixo-inferior; (2) baixo-

superior; (3) médio-inferior; (4) médio-médio; (5) médio-superior e (6) alto. Ao escolher esta classificação hierárquica de *status*, os autores estão definindo a estrutura social como uma hierarquia.

Embora os quadros teóricos sejam distintos, os dois estudos mencionados fundamentam suas análises em metodologia semelhante, pois descrevem taxas absolutas e relativas de mobilidade social. As taxas absolutas de mobilidade social são definidas por cálculos percentuais simples usando a tabela de mobilidade — tabelas cruzando ocupação do pai e ocupação do filho, e primeira ocupação e ocupação atual. As taxas relativas de mobilidade são derivadas de modelos estatísticos aplicados às tabelas de mobilidade (RIBEIRO, 2000). Outra maneira de se entender a diferença entre taxas absolutas e relativas de mobilidade é pensar em termos de desigualdades de posição e de acesso ou oportunidade (ver Marshall *et al.*, 1997). As mudanças ou diferenças nas taxas absolutas são indicadores da desigualdade de posições, enquanto as taxas relativas indicam o nível de desigualdade de acesso a estas posições (RIBEIRO, 2000).

Usando taxas absolutas de mobilidade, Pastore e Silva mostram que em 1996 as pessoas estavam, em média, ocupando posições de *status* mais altas e melhores do que as posições que seus pais e as pessoas em geral ocupavam em 1973. Para isso, realizaram um exame da dinâmica da mobilidade social entre homens chefes de família no País, entre os anos 1973 e 1996, tendo como base de dados as respectivas PNADs. Assim, pode-se afirmar que, de uma maneira geral, as condições de vida, ou padrões de vida das pessoas melhoraram. Segundo os resultados da pesquisa, no período analisado mais indivíduos passaram a ter acesso a serviços de saúde, educação, moradia e melhor qualidade de vida. Em contrapartida, as desigualdades de acesso ou oportunidade, definidas pelas taxas relativas de mobilidade social, continuaram estagnadas ou mudaram muito pouco. O acesso às melhores posições de *status*, e portanto às melhores condições de vida, continua sendo tão desigual em 1996 quanto era em 1973 (PASTORE; SILVA, 2000).

Entre as teorias comumente utilizadas para elucidar os determinantes da mobilidade, há duas que merecem referência: a Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1964) e a Teoria de Segmentação do Mercado de Trabalho (PIORE, 1970; DOERINGER e PIRE, 1971). A primeira tem as variáveis de capital humano como determinantes do sucesso dos indivíduos no mercado de trabalho. Se qualificado, mais

elevada a produtividade e a sua empregabilidade. A Teoria de Segmentação do Mercado de Trabalho, por sua vez, considera a estrutura ocupacional como um todo segmentado e que possui preferências na seleção dos indivíduos ao ocuparem postos de trabalho. Assim, existe o mercado de trabalho primário e o secundário; um com bom retorno para o trabalhador e outro com baixo retorno. A Teoria do Capital Humano adota a visão da *oferta* e a qualificação da mão-de-obra no mercado de trabalho. A Teoria da Segmentação do Mercado de Trabalho possui a visão de *demanda* das instituições empregadoras de mão-de-obra. Portanto, cada teoria possui uma visão oposta do mercado de trabalho. Uma pela oferta, outra pela demanda. Essa distinção justifica a escolha de ambas teorias no estudo dos determinantes da mobilidade social.

A teoria do Capital Humano tem como foco observar os efeitos da qualificação, principalmente a educação, no incremento da produtividade. A maior produtividade geraria maior rendimento para o empregador e, por isso, maior aceitação dos indivíduos qualificados no mercado de trabalho. A produtividade e empregabilidade são fatores de ingresso no mercado de trabalho, assim como contribuem para a elevação do rendimento (e da mobilidade ascendente). Para Schultz (1964), a educação é tida como um investimento feito como garantia de entrada no mercado de trabalho e acesso a boa remuneração mediante o desempenho de ocupações que demandem qualificação. Mas não só a escolaridade é fator de capital humano. O treinamento no desempenho do cargo (experiência) e a migração são tidos como formas de capital humano. O treinamento como complemento da qualificação para o desempenho satisfatório de funções do cargo mediante as exigências do posto; a migração como um indicador de ambição pessoal, onde o trabalhador dará o máximo de si para conseguir ingressar em boa situação ocupacional e maximizar os rendimentos do seu trabalho.

Há ainda outros determinantes presentes nos estudos da mobilidade social e que condicionam segmentos da sociedade a um comportamento diferenciado. É o caso, por exemplo, quando, dentro de uma mesma classe, identificam-se perspectivas diferenciadas de mudança em função do sexo, etnia ou local de moradia. Ao distinguir taxas absolutas e relativas de mobilidade, ou entre desigualdades de posição e de acesso, Scalon mostra que homens ocupam posições mais vantajosas do que mulheres na estrutura de classes — por exemplo, são mais frequentemente proprietários empregadores. Em contraste, homens e mulheres têm chances de acesso semelhantes quando pertencem à mesma classe social, ou seja, as chances de acesso a melhores

posições na estrutura de classes são definidas antes pelas classes de origem do que pelo sexo das pessoas.

Vivemos atualmente na chamada sociedade do conhecimento, uma vez que o conhecimento tornou-se um ativo econômico cada vez mais valorizado. A escolarização é condição fundamental para a formação do conhecimento como ativo e cada nível de educação têm a sua importância específica, sendo a superior particularmente importante sob o ponto de vista do desenvolvimento tecnológico.

Embora o Brasil, na década de 1990, tenha supostamente erradicado o analfabetismo infantil, universalizado a educação fundamental e elevado significativamente as taxas de escolarização média e superior, não foi possível constatar índices significativos de mobilidade social ascendente. A explicação é que as taxas de mobilidade registradas nas décadas de 1930, 1940 e 1970 eram decorrentes de transformações estruturais (industrialização e urbanização), o que ocasionava índices coletivos de grandes proporções e significância. É possível dizer que o Brasil, hoje, se mantém na condição de país onde existe mobilidade social. Evidentemente os índices não são os mesmos dos outros períodos mencionados (as condições estruturais são outras). É possível identificar que os índices de desemprego diminuem na medida em que se avança no nível de formação do trabalhador e que cada ano de estudo resulta em aumento do seu salário médio.

3. CARACTERIZANDO O UNIVERSO DA PESQUISA

3.1 BREVE PANORAMA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O termo “agricultura familiar” configura-se tanto como uma categoria política – uma classe – como por uma categoria sociológica, produtora de cultura e relações sociais específicas. Os agricultores familiares passam a ganhar visibilidade a partir de um processo que envolveu questões políticas e acadêmicas ao longo da década de 1990, sendo os movimentos sociais do campo os primeiros a utilizar o termo em busca da defesa de seus interesses. O Estado, por sua vez, legitima e institucionaliza a categoria através de ações como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), conferindo-lhe um tratamento próprio na sociedade civil. No campo científico, destacam-se os trabalhos que apontaram as especificidades deste modo de produção familiar (VEIGA, 1991; LAMARCHE, 1993; 1998), os que discutiram os aspectos do processo sucessório e reprodução social (ABRAMOVAY et al, 1998; CARNEIRO, 2001; SPANEVELLO, 2008) e os que abordaram as questões relacionadas aos conflitos de gênero nele presentes (BRUMER, 1989), entre outros.

A agricultura familiar é caracterizada por uma grande diversidade de situações, no entanto, sua definição pode ser estabelecida tendo como base a relação existente entre a família e três elementos: a gestão, a propriedade e o trabalho (ABRAMOVAY, 1997). Neste tipo de produção encontram-se os membros que compõem o grupo familiar envolvidos nestes três elementos: têm a posse da propriedade, gerem a unidade econômica e trabalham diretamente na produção.

Para Wanderley (2001), a associação entre família, produção e trabalho gera consequências fundamentais nas ações econômicas e sociais deste segmento. O modo de produção familiar atende às necessidades do grupo doméstico e à reprodução das gerações futuras. Segundo Wanderley (2001), a conjugação destes dois elementos confere a especificidade do processo, seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar.

A Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, define no Art. 3º, o que é considerado, para efeitos das políticas públicas

nacionais, agricultor familiar e empreendedor familiar rural. Além de desenvolver atividades rurais, a categoria é definida por:

- a) Não deter, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais;
- b) Utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- c) Possuir renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- d) Administrar seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

No Brasil, evidencia-se ainda a concentração de terras por grandes propriedades rurais. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, há 4.367.902 unidades produtivas agrícolas de tipo familiar, o que representa 84,4% do total de estabelecimentos agropecuários do país. Esses estabelecimentos ocupavam uma área equivalente a 80,25 milhões de hectares, correspondente a 24,3% das áreas utilizadas na produção agrícola. Em contrapartida, os estabelecimentos não familiares - 15,6% do total de estabelecimentos - ocupavam 75,7% das áreas ocupadas pelo setor agropecuário no Brasil.

Analisando a concentração de terras a partir da comparação dos dados dos últimos três Censos Agropecuários, demonstra-se que a manutenção da desigualdade na distribuição de terras se configura um problema histórico, como se observa na tabela abaixo:

Tabela 01. Área dos estabelecimentos rurais segundo o extrato de área, Brasil – 1985/2006

Estrato de área	Área dos estabelecimentos rurais (ha)		
	1985	1995	2006
Total	374 924 421	353 611 246	329 941 393
Menos de 10 ha	9 986 637	7 882 194	7 798 607
De 10 ha a menos de 100 ha	69 565 161	62 693 585	62 893 091
De 100 ha a menos de 1 000 ha	131 432 667	123 541 517	112 696 478
1 000 ha e mais	163 940 667	159 493 949	146 553 218

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1985/2006.

Há que se destacar o importante papel que agricultura familiar desenvolve no fornecimento de alimentos para o mercado interno e na garantia de segurança alimentar do país. Em 2006, as unidades de produção familiar (UPF) produziam 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 58% do leite, 46% do milho, 38% do

café, 34% do arroz e 21% do trigo. Além disso, possuíam 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves e 30% dos bovinos (IBGE, Censo Agropecuário 2006). É preciso considerar, porém, que dentro da categoria de agricultores familiares há grande heterogeneidade, existindo, de um lado, uma relativamente baixa proporção de produtores com altos indicadores de produção mercantil e, de outro, uma grande proporção de produtores que se reduzem à produção de subsistência.

Os estabelecimentos familiares são também os que empregam maior contingente de trabalhadores. Em 2006 havia 12,3 milhões de pessoas ocupadas nas unidades produtivas familiares, as UPFs (74,4% do total), enquanto às unidades não familiares estavam vinculadas 4,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 25,6% da força de trabalho. Estes dados ilustram a importância econômica e social da agricultura familiar, não somente pelo expressivo volume da produção de alimentos - que abastece parcela significativa da população - mas pelo número de pessoas que ocupa neste processo. A produção agrícola familiar movimentava toda uma cadeia de produção, transporte e distribuição dos seus produtos. O número de trabalhadores diretamente ocupados na atividade agrícola indica a importância desta atividade para o próprio tecido social do campo e para a formação das identidades profissionais destas populações.

Sobre a caracterização destes trabalhadores, ressalta-se a assimetria demográfica em relação ao sexo: cerca de dois terços dos indivíduos ocupados na atividade agrícola são homens (IBGE, 2006). Este cenário de masculinização, com alguma frequência, é apontado como um dos indicadores das desigualdades de gênero presentes nas relações sociais na agricultura familiar e pode, ainda, ser colocado como mais um embaraço à reprodução deste modo de produção, uma vez que a falta de perspectivas matrimoniais e de constituição de família afetam a sucessão geracional da unidade produtiva.

Em 2006 as UPFs foram responsáveis por 1/3 do faturamento obtido pelos estabelecimentos agropecuários do país. A baixa participação no faturamento do setor pode ser explicada, em parte, pelo fato de que 31% dos agricultores familiares declararam não ter obtido renda com a atividade agrícola no ano de 2006. Há grandes diferenças entre as regiões brasileiras no que se refere ao volume de produção, aos índices de comercialização e às características da produção. Entre os agricultores familiares que declararam ter obtido receita através da venda dos produtos agrícolas (cerca de três milhões de agricultores), a receita média daquele ano foi de R\$13.600,00. A principal fonte de receita foi a venda de produtos vegetais, responsável por 67,5% do faturamento do grupo, como segunda principal fonte de receita apareceu a

comercialização de animais e seus produtos, representando 21% do faturamento dos estabelecimentos (IBGE, 2006).

3.2 A AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL

O contexto gaúcho de distribuição das terras ocupadas pela produção agropecuária não se distingue da situação nacional, na qual predomina a concentração de terras pelas grandes unidades produtivas. O Censo Agropecuário de 2006 levantou a existência de 441.467 estabelecimentos agrícolas no Rio Grande do Sul, dos quais 378.546 são considerados – de acordo com a Lei Federal 11.326 – unidades de produção familiar. Embora a agricultura familiar represente 85,7% dos estabelecimentos agrícolas do estado, a área ocupada por este tipo de unidade produtiva corresponde a apenas 30,6% do total ocupado pelos estabelecimentos agropecuários, ficando o restante (69,4%) sob a posse de grandes produtores rurais. Ainda assim, supera a produção daquelas em muitas culturas, sobretudo as destinadas ao consumo interno do país: feijão, mandioca, milho, leite, aves e suínos (IBGE, 2006).

Na agricultura familiar do Rio Grande do Sul há, percentualmente, menos mulheres no comando dos estabelecimentos agrícolas, quando comparados aos índices da agricultura familiar do país (9,3% e 13,7%, respectivamente). Também é inferior neste estado o percentual de produtores que desenvolve atividades fora do estabelecimento: no Rio Grande do Sul 17,3% dos produtores realizam atividades fora da propriedade agrícola, enquanto que para o Brasil esse percentual é de 26% (IBGE, 2006).

No que se refere à participação no faturamento agropecuário, os produtores familiares gaúchos estão em vantagem em relação aos dados nacionais. Enquanto no Brasil a agricultura familiar foi responsável por 1/3 da renda obtida pelo setor, os produtores gaúchos participaram em quase metade da renda agropecuária do estado (49,6%). Quando é comparada a receita média auferida através da venda dos produtos agrícolas, a situação dos produtores familiares do Rio Grande do Sul revela-se novamente vantajosa em relação à situação constatada nos dados nacionais: no ano de 2006, a renda média obtida com a comercialização de produtos agropecuários foi de

R\$13.600,00 entre os produtores brasileiros, enquanto os produtores gaúchos faturam, em média, R\$22.038,00 no mesmo período (IBGE, 2006).

3.3 PESQUISAS RECENTES SOBRE A PARTICIPAÇÃO JUVENIL NA AGRICULTURA FAMILIAR E O PROCESSO SUCESSÓRIO

De acordo com o Censo Demográfico dos anos de 1991 e de 2000, houve uma redução da participação dos jovens no trabalho agrícola familiar. A saída dos jovens do trabalho agrícola tem despertado o interesse de alguns pesquisadores, e cuidado especial tem sido dado aos desdobramentos dessa evasão sobre a reprodução do modo de produção familiar.

Há estudos recentes sobre a agricultura familiar no sul do Brasil cuja leitura e conhecimento do conteúdo são imprescindíveis para a análise proposta neste trabalho, tanto pela abrangência analítica destas pesquisas (que compartilham a idéia de tomar os jovens agricultores como objeto de análise), quanto pelo potencial explicativo dos fatores que determinam o processo sucessório e a reprodução da agricultura familiar. Abaixo, descrevem-se as principais contribuições de cada um destes estudos:

- Embora menos recente, é salutar fazer referência ao estudo desenvolvido por Ricardo Abramovay e pesquisadores do Centro de Pesquisas para as Pequenas Propriedades (CPPP/Epagri), *Agricultura familiar e Sucessão profissional: novos desafios* (2001). Este estudo, desenvolvido no oeste de Santa Catarina, faz parte de uma linha de pesquisa mais específica que trata da questão sucessória na agricultura familiar, em que se discutem alguns fatores determinantes na formação profissional de uma nova geração de agricultores. Os dados analisados foram obtidos em uma pesquisa de campo realizada em dez municípios, em que se entrevistaram os pais, os filhos e as filhas de 116 estabelecimentos, segundo o autor, representativos de um universo de aproximadamente 70 mil unidades familiares de produção.

Entre os resultados, constatou-se um impressionante atraso educacional, entre os jovens que pararam de estudar e que são os mais prováveis sucessores, o

que dificulta o desempenho da atividade agrícola e principalmente a organização e o desenvolvimento das novas atividades que se colocam para o meio rural. O nível de escolaridade atual compromete o próprio exercício de cidadania, uma vez que eles não conseguem sequer ter acesso aos direitos legalmente constituídos, como por exemplo, a obtenção da condição de agricultor através do "bloco do produtor" (ABRAMOVAY et al., 2001).

A pesquisa possibilitou constatar que a região Oeste catarinense começa apresentar vazios demográficos que comprometem o desenvolvimento regional. Nestes espaços já estão sendo destruídas as relações sociais anteriormente existentes, limitando as possibilidades da população remanescente. Esta situação aumenta o isolamento da população local diminuindo as chances de construção de projetos de desenvolvimento.

Entretanto, surpreende o fato de que há um forte desejo de continuidade na agricultura familiar por parte dos rapazes, mesmo no caso daqueles que vivem em unidades com rendimento econômico precário; porém há uma visão bastante negativa das moças a respeito desta alternativa profissional.

- Na pesquisa desenvolvida por Anita Brumer e Rosani Spanevello (*Jovens agricultores familiares da Região Sul do Brasil*, 2008) foram aplicados mais de 1700 questionários a jovens rurais de três estados da região Sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entre as principais contribuições deste estudo estão: a) a perspectiva comparativa dos jovens agricultores nos três estados do Sul do Brasil; b) o aprofundamento da questão de gênero, que permitiu uma compreensão mais apurada dos interesses e aspirações de rapazes e moças, fundados em suas experiências e socialização anteriores; c) o detalhamento das avaliações dos jovens de ambos os sexos sobre a vida atual e futura no meio rural, e das atividades desenvolvidas pelos pais; d) a ampliação da análise das motivações para seguir ou não a profissão de agricultor(a).

A conclusão mais importante desta pesquisa diz respeito a diferenças de gênero, que possibilitam estabelecer conexões entre a maneira como os rapazes e as moças se envolvem na divisão do trabalho e na partilha da renda, no interior dos estabelecimentos familiares agrícolas, e suas aspirações educacionais e ocupacionais.

Neste estudo constatou-se que, ao formularem as perspectivas futuras, os jovens baseiam-se em suas experiências anteriores e nas avaliações que fazem sobre seu modo de vida atual. Integram estas avaliações o modo como avaliam as atividades realizadas pelo pai e pela mãe, quando, em maior proporção, há uma percepção das atividades do pai como profissional da agricultura e das atividades realizadas pela mãe como tendo caráter subalterno.

As diferenças entre os sexos são melhores visualizadas no detalhamento da perspectiva de sucessão na propriedade familiar e nas aspirações educacionais e ocupacionais dos jovens. No primeiro aspecto, os jovens do sexo masculino têm maiores chances do que os do sexo feminino de serem sucessores das propriedades familiares no futuro. De fato, apenas 26% das moças informaram ser sucessoras, o que ocorreu com 46% dos rapazes; adicionalmente, entre os que já sabem que não herdarão terra, uma proporção maior de rapazes (58%) do que de moças (42%) pretende permanecer residindo no meio rural. No segundo aspecto, as jovens mulheres demonstram maior propensão do que os rapazes na continuidade dos estudos e na motivação para ter uma atividade não agrícola e para sair do meio rural.

Outra dimensão analisada no estudo de Brumer e Spanevello diz respeito ao lazer acessado pelo jovem agricultor. Se considerarmos que as práticas de lazer significam a aderência a uma cultura própria, os jovens agricultores familiares da Região Sul do Brasil caracterizam-se predominantemente pela freqüência à igreja, prática de esportes e participação em bailes e festas. Essas práticas estão presentes em seu cotidiano e ocorrem com freqüência, no caso das duas primeiras e menos frequentemente no caso de bailes e festas. Entretanto, constata-se que os jovens estão ávidos pelo convívio social com os jovens urbanos e, quando encontram meios de fazê-lo, freqüentam ambientes onde podem encontrá-los. Eles também demonstram interesse em assistir a shows e outras atividades culturais, mas são limitados pela distância, recursos econômicos e tempo livre.

Em relação às perspectivas educacionais e ocupacionais, identificou-se entre as moças o convívio de interesses voltados ao meio urbano (47% pretendem investir em estudos para se inserir no mercado de trabalho urbano ou adquirir imóvel na cidade) e voltados ao meio rural (42% pretendem investir em estudos relacionados ao trabalho rural ou em terras e equipamentos agrícolas).

Entre os rapazes, há maior inclinação para investimento na atividade agrícola familiar, sendo 64% os que pretendem comprar de terras e equipamentos agrícolas ou investir em estudos voltados ao trabalho rural.

Quando explicitam seus ‘sonhos’, isto é, o que gostariam de realizar no futuro, os jovens de ambos os sexos reforçam suas respostas às questões anteriores: as moças destacam a realização de curso superior (41%), ter uma vida estável (18%), formar família e ter emprego (14%), estabelecer-se como agricultora (12%) e fazer curso superior voltado ao rural (6%); os rapazes apontam primeiramente o estabelecimento como agricultor (27%), seguido de fazer curso superior (23%), ter uma vida estável (16%), formar família e ter emprego (15%) e fazer curso superior voltado ao rural (4%). Vemos, assim, que embora o acesso a um trabalho e à renda faça parte dos projetos de jovens do sexo masculino e feminino, eles se diferenciam no que tange o tipo de trabalho desejado e a forma de obtenção de renda.

Examinando as tendências apresentadas pelos jovens dos três estados, parece haver indícios de relação entre a percepção positiva do modo de vida dos pais e da vida no meio rural, mesmo acompanhados de menor autonomia dos jovens, com o desejo de permanência na atividade agrícola e no meio rural. A situação econômica pode, em algumas situações, influenciar na direção contrária, levando os jovens a optar pela mobilidade social e independência financeira, o que pode ser consequência da maior disparidade das situações de moças e rapazes (como no caso de Santa Catarina); em outras terem maiores possibilidades de garantir um sucessor (como é o caso do Rio Grande do Sul).

Os resultados desta pesquisa representam alguns avanços em relação a estudos anteriores realizadas no Brasil, devido ao número de jovens que participaram da amostra, da análise comparativa e da inclusão de questões que ampliam a perspectiva analítica da juventude rural. No entanto, devido à utilização de questionários padronizados e auto-aplicados, as autoras não puderam aprofundar aspectos analíticos suscitados em pela pesquisa.

- Há outro estudo desenvolvido por Spanevello bastante pertinente às questões que se pretende abordar neste trabalho e que compartilha do mesmo lócus de coleta de dados. Neste, enfoca-se as possibilidades de permanência dos filhos de agricultores na atividade agrícola abordando as diferentes configurações do

processo sucessório de acordo com as condições econômicas e sociais de cada unidade produtiva. Para isso, a autora analisou o processo sucessório entre agricultores familiares nos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca, ambos localizados na Quarta Colônia de Imigração Italiana, no Rio Grande do Sul, realizando 43 entrevistas com agricultores sem sucessores (17 entrevistas) e com sucessores (26 entrevistas). As entrevistas foram constituídas por questões abertas e fechadas e posteriormente analisadas de forma qualitativa. Verificaram-se sob quais condições produtivas, econômicas (rendas e investimentos) e sociais (percepção sobre a ocupação agrícola e estímulo aos filhos em seguirem a atividade) os agricultores asseguram ou podem assegurar a sucessão ou não-sucessão dos seus estabelecimentos bem como a transmissão do patrimônio em casos de sucessão e de não sucessão.

Com a escolha de dois grupos de agricultores – sem sucessão e com sucessão – Spanevello observou as condições produtivas, econômicas e sociais distintas para cada um dos grupos analisados. Neste comparativo, coube ao grupo dos agricultores com sucessores as melhores condições produtivas, econômicas e também o estímulo dos filhos continuarem na agricultura. Quanto aos arranjos relativos à transmissão do patrimônio, os agricultores com sucessão demarcam a transmissão do patrimônio como um processo tardio e asseguram o estabelecimento para os filhos, majoritariamente um só filho homem, com arranjos variados de compensação aos demais. Os agricultores sem sucessores apresentam como arranjos a venda ou passagem do estabelecimento para os filhos, numa tentativa de assegurar a assistência aos pais na velhice.

A divisão entre agricultores sem e com sucessão estabelecida por Spanevello é particularmente interessante, pois dimensiona fatores que favorecem ou desfavorecem a sucessão. Embora o estudo se detenha sobre questões econômicas e sociais objetivas, aponta ainda entre os motivos que interferem na decisão dos jovens de permanecer ou sair da agricultura as mudanças nas relações entre pais e filhos e o “afrouxamento” do papel dos pais na decisão sobre o destino dos filhos; a maior circulação dos jovens em espaços urbanos; as condições produtivas desfavoráveis dos estabelecimentos; a busca de autonomia financeira e prosseguimento dos estudos; bem como sua preferência pelo lazer urbano.

- Outro estudo recente realizado no Rio Grande do Sul e que não se poderia deixar de citar é o proposto por Nilson Weisheimer (*A situação juvenil na agricultura familiar*, 2008). O objetivo geral do autor foi identificar os traços distintivos da situação juvenil na agricultura familiar e explicar a construção de seus projetos profissionais. Para isto, realizou uma pesquisa abrangendo jovens ocupados na agricultura familiar nas diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul, numa amostragem definida a partir das características demográficas de cada região. Realizaram-se entrevistas estruturadas com base em questionário padronizado junto a 681 jovens de 15 a 29 anos de ambos os sexos.

Em relação à caracterização dos jovens agricultores, o autor constatou que os entrevistados encontravam-se vinculados a propriedades com extensão média de 31,4 hectares, sendo que 60% deles estavam em unidades produtivas com tamanho inferior a 20 hectares. Em sua maioria, a produção está voltada para a comercialização e encontra-se vinculada a grandes cooperativas e agroindústrias. O baixo faturamento proveniente da atividade agrícola, que não passa de R\$20.000,00 ao ano para 85% dos entrevistados, demonstra que estes jovens estão em unidades produtivas com poucos recursos econômicos (WEISHIMER, 2009).

Segundo Weisheimer, os jovens são inseridos de maneira subordinada aos pais no processo de trabalho familiar, o qual é organizado com base em desigualdades de gênero e de idade, reservando às moças e aos adolescentes as posições mais subalternas. Há um baixo acesso dos jovens à renda agrícola e os recursos são controlados exclusivamente pelos pais. Verificou-se ainda, que o acesso à renda é inferior entre as entrevistadas mulheres e os jovens adolescentes, quando comparado aos homens e aos jovens adultos. Assim, o autor concluiu que a situação juvenil na agricultura familiar é marcada por uma baixa autonomia material e uma distribuição desigual de recursos entre os sexos e as idades.

Sua principal contribuição teórica foi a proposta um modelo descritivo da situação juvenil em quatro dimensões analíticas: dos recursos materiais, dos processos de socialização, das representações sociais e dos projetos juvenis. Entre as principais conclusões, caracteriza-se o jovem agricultor familiar como uma categoria social que surge da socialização no processo de trabalho familiar

agrícola, sendo a situação juvenil na agricultura familiar caracterizada por uma baixa autonomia material; por uma intensa socialização no processo de trabalho familiar agrícola e pelo predomínio de representações positivas sobre esta atividade.

Os dados obtidos por Weisheimer permitem concluir que os projetos profissionais derivam da própria situação juvenil na agricultura familiar, com suas diferenciações sexuais e etárias, que estão presentes na estrutura das práticas do trabalho e na incorporação das disposições necessárias a sua reprodução. Com base nisto, explicam-se porque mesmo em condições de baixa autonomia material predominam entre a maioria dos entrevistados projetos profissionais agrícolas e a recusa por parte das mulheres jovens adolescentes de permanecer nesta atividade.

Quanto às avaliações sobre o modo de vida dos pais, predominam avaliações positivas por meio das respostas “ótimo” e “bom”. Sobre este assunto, também se verificou que os posicionamentos mais críticos partem das entrevistadas mulheres e principalmente das jovens mulheres adolescentes. Questionou-se se os jovens gostariam de viver como seus pais e se pretendiam sucedê-los na gestão da unidade produtiva. A maioria deles pretende ser sucessor dos pais, sendo os que não o querem são, novamente, as jovens adolescentes. Elas também manifestam, com maior frequência, a percepção de que não herdaram a propriedade da terra, sendo que predomina, entre os casos estudados, a expectativa de uma distribuição igualitária da herança

Por último, empreendeu-se a análise dos projetos juvenis. Estes foram entendidos como um olhar consciente sobre o futuro em aberto, apresentando-se como um esforço reflexivo dos jovens para antecipar posições desejadas quanto à escolarização, à profissão e à vida futura (conjugal e residencial) que mostram diferenças por sexo e idades dos entrevistados. Os projetos de escolarização são mais frequentes e amplos entre os jovens adolescentes, com destaque para as mulheres. Também os projetos profissionais apresentam diferenças segundo estes critérios, com projetos de permanência na agricultura mais frequentes entre os homens e mulheres jovens com mais de 20 anos de idade, enquanto as jovens adolescentes, predominantemente, elaboram projetos profissionais não-agrícolas.

A partir destes resultados, buscou-se identificar as relações entre os projetos profissionais formulados por jovens agricultores familiares e as

dimensões da situação juvenil (recursos materiais; processo de socialização e representações sociais). Constatou-se que estes projetos são influenciados, em diferentes graus, pelas oportunidades objetivas de reprodução das unidades de produção familiar das quais os jovens entrevistados fazem parte.

Contudo, a estrutura objetiva desta reprodução não se limita às formas de acesso à propriedade fundiária, mas a efetiva alocação de recursos materiais que possibilitem aos jovens dispor de autonomia para tomarem suas próprias decisões e acessarem os resultados de seus esforços produtivos. Isto explica o fato dos projetos profissionais se diferenciarem mais com relação ao grau de autonomia material dos jovens do que em relação à condição fundiária de suas famílias. Verificou-se, também, que os processos de socialização atuam como um fator objetivo fundamental, visto que é por meio destes que se internalizam os conhecimentos, os valores e a ética própria do trabalho familiar agrícola, gerando as disposições necessárias à sua reprodução geracional. Neste sentido, a socialização no trabalho agrícola pode ser percebida como o principal instrumento na reprodução social na agricultura familiar, porque produz uma nova geração de agricultores familiares.

Um aspecto particular desta pesquisa foi considerar na categoria “jovem” indivíduos na faixa de 25 a 29 anos, uma vez que a maioria dos trabalhos conceitua jovens os indivíduos entre 15 e 24 anos. Como resultado do alargamento da categoria “juventude” há um significativo percentual de agricultores já estabelecidos como agricultores familiares, com projetos profissionais e matrimoniais consolidados, o que requer que as análises das avaliações, representações e projetos juvenis seja realizada observando criteriosamente os extratos etários.

(...)

Como se pode perceber, há considerável massa crítica sobre a problemática da sucessão e reprodução social na agricultura familiar. Utilizando diferentes métodos, os pesquisadores que se dedicaram a esta temática contribuíram para a construção de um aporte teórico que, cada vez mais, torna complexa a leitura que se tem sobre o universo

rural brasileiro. Apesar disso, muitos aspectos estão longe de indicarem consenso, o que dificulta a própria elaboração de programas e intervenções, por parte do estado e da sociedade civil, com vistas à superação do problema social que a evasão juvenil do meio rural representa. O que há de se destacar a partir da revisão dos estudos anteriores e que ilustra o *estado da arte* do tema pode ser resumido da seguinte forma:

- 1) A continuidade da atividade agrícola depende necessariamente da sucessão da unidade produtiva familiar por um dos herdeiros, o que torna obrigatória a atenção sobre o papel do jovem neste processo;
- 2) Neste sentido, questões referentes à socialização dos jovens, suas representações, avaliações, projetos profissionais e condições materiais objetivas de sucessão também devem ser pautadas; Não há consenso, contudo, sobre os diferentes graus em que cada uma destas dimensões atua no processo de reprodução social da agricultura familiar, sendo este juízo resultado do contexto e do público analisado. Da mesma forma, percebem-se multivariados os fatores explicativos para a migração juvenil, que oscilam entre aspectos relacionados à estrutura material (renda, propriedade de terras, distribuição do capital e herança, empregabilidade nos meios urbano e rural, fatores socioeconômicos de atração e repulsão) e aspectos relacionados ao universo simbólico (aspirações, projetos, representações, avaliações sobre o modo de vida, sobre a vida afetiva, escolha conjugal, lazer e socialização, qualidade de vida, entre outros).
- 3) Qualquer análise sobre as relações sociais na agricultura familiar deve considerar não somente os aspectos locais mas também os da sociedade envolvente, uma vez que o rural vive em intensa e constante interação com o urbano. O próprio estreitamento desta interação, por si só, já constitui um objeto de análise que merece atenção. Da mesma forma, relações de gênero e geracionais influenciam significativamente nas diferentes configurações que o processo sucessório pode apresentar;
- 4) Os estudos sobre a sucessão na agricultura familiar que tomaram os jovens agricultores como objeto de análise e utilizaram as opiniões juvenis como fonte de dados, embora sustentem teorias bastante consolidadas, apresentam, ainda, conclusões divergentes em alguns aspectos (mesmo quando compartilham o mesmo *locus* de coleta de dados). Estes aspectos estão principalmente relacionados à preferência profissional, pelo local de moradia, e às avaliações

tecidas sobre o trabalho agrícola e o modo de vida dos pais. Não raro, estas contradições estão presentes nas falas dos próprios jovens.

4. ANALISANDO PROJETOS PROFISSIONAIS

O projeto profissional é algo em elaboração, um “vir a ser”, que está sujeito a mudanças de acordo com a trajetória individual de cada sujeito. Nem sempre é possível perguntar “em que profissão você pretende atuar no futuro?” e obter uma resposta pronta ou definitiva. Por isso torna-se necessário, antes de conhecer o projeto profissional, entender a partir de quais elementos é formulado e identificar os aspectos considerados em sua elaboração.

Daí a importância de analisar os argumentos juvenis em profundidade. A opção por entrevistas constituídas de questões abertas propiciou o surgimento de temas orbitais ao problema de pesquisa analisado e permitiu que a análise fosse direcionada para dimensões imprevistas. Deu-se liberdade aos interlocutores para apresentar suas opiniões e a partir destas analisou-se não apenas a semântica das falas, mas também a interpretação do sentido que o indivíduo atribui às mensagens.

Os testemunhos registrados nas entrevistas foram textualizados e classificados pela afinidade temática. Para cada dimensão temática identificada verificaram-se as expressões e categorias mais recorrentes, buscando os sentidos que os atores lhes atribuíam. Os temas predominantes nas entrevistas foram agrupados de acordo com a afinidade temática e podem ser sintetizados nas seguintes categorias: lazer, moradia, matrimônio, projeto educacional, envelhecimento e trabalho na agricultura. Estes foram os seis temas que em maior grau vincularam-se aos argumentos sobre o projeto profissional e as perspectivas de permanência na atividade agrícola.

Destaca-se o tema “trabalho agrícola”, que se sobrepõe aos demais pela frequência em que está presente na fala dos entrevistados e pelo grau de importância que lhe foi atribuído, principalmente em aspectos relacionados à qualidade do trabalho, à compensação financeira e ao trabalho como realização pessoal. A questão do trabalho é muito presente para os jovens entrevistados, uma vez que a socialização neste ocorre de forma intensa e desde a mais tenra idade. Em segundo lugar, a disposição em reproduzir o tipo de força de trabalho necessário na produção familiar implica em uma avaliação prévia das vantagens e desvantagens em fazê-lo. Este ato reflexivo é inerente ao processo de elaboração do projeto profissional. Dessa forma, optou-se por abordar a categoria “trabalho agrícola” com uma dimensão à parte, considerando que esta apresenta um conteúdo de informações diferenciado.

Para fins ilustrativos, é possível dividir o conjunto de discursos dos jovens em dois segmentos: o mundo da vida e o mundo do trabalho. O mundo da vida abrange as questões essenciais da convivência em sociedade, como o matrimônio, a escolha do melhor lugar para morar, o lazer, os projetos educacionais, enfim, preferências individuais que determinam um modo do viver específico; e o mundo do trabalho, constituído de questões relativas à avaliação tecidas sobre o trabalho que desenvolvem na propriedade, o trabalho em que vêem seus pais obtendo o sustento da família e as perspectivas de realização profissional nesta atividade. Esta divisão, contudo, é artificial: representa apenas o agrupamento dos conteúdos das entrevistas em dois foros distintos, dada a relevância que as questões sobre o trabalho agrícola apresentaram, embora o “mundo do trabalho” não deixe de fazer parte do “mundo da vida” e também determine um modo de viver específico.

Estas dimensões temáticas e as categorias delas decorrentes são sintetizadas no quadro em anexo (Anexo I).

4.1 O JOVEM AGRICULTOR GLOBALIZADO

Traçar o perfil do jovem agricultor familiar na contemporaneidade não é tarefa simples. Não há mais espaços para os clichês comportamentais do “ser colono” ou “ser cidadão”. A dualidade entre o tradicional e o moderno, entre a cultura transmitida através das gerações de colonizadores e a cultura global – tão acessível através dos meios de comunicação de massa – se fazem presentes no cotidiano das novas gerações de agricultores familiares.

No município de Faxinal do Soturno não ocorre de forma diferente. Dos 32 jovens entrevistados, 28 possuem computadores em casa e metade destes possui conexão com a internet em suas residências. Adicionalmente, todos os entrevistados têm condições de acessar a computadores e internet em suas escolas. Se há pouco tempo o meio rural era marcado pelo atraso e distanciamento das tecnologias, essa realidade, hoje, não pode ser generalizada. Os serviços de energia elétrica, água encanada e suporte para telecomunicações não representam um problema para a maioria dos

municípios rurais do Sul do Brasil. O mesmo não pode ser dito, entretanto, em relação ao sistema de saúde, em que a maiorias das especialidades médicas e recursos técnicos ainda concentram-se nos centros urbanos.

A pesquisa de campo revelou grande proximidade dos jovens agricultores com as tecnologias da atualidade ao passo que consomem itens como telefones celulares, videogames e notebooks. O domínio das tecnologias da comunicação verificou-se também a partir da utilização de sites de relacionamento, ou redes sociais virtuais, que se constatou amplamente difundido entre os entrevistados (Orkut, Facebook, Twiter, MSN). Estas redes, por vezes, aproximam indivíduos que antes eram distanciados por questões geográficas inerentes às próprias características do espaço rural e do trabalho agrícola. O uso da informática foi citado também para a realização de trabalhos escolares, acesso a filmes, músicas, jogos, etc.

Percebe-se que há uma interação mais rápida com os produtos culturais do urbano, o que leva também à assimilação de modas e tendências a *real time*. As distâncias se encurtam. Da mesma forma, produtos culturais do rural também são oferecidos ao mercado cultural urbano, que passam a valorizar aspectos relativos ao modo de vida mais próxima à natureza, à causa ambientalista, à alimentação saudável (orgânicos, produtos ecológicos) e a um estilo de vida que se contrapõe ao vivenciado nos grandes centros, o que tem propiciado o desenvolvimento do turismo rural em certa medida. Nesse sentido falamos no jovem agricultor globalizado, caracterizando-o como indivíduo que tem acesso a qualquer informação disponível no meio urbano, que se apropria dos produtos culturais que lhe convém e que é também fornecedor de valores e produtos culturais.

4.2 A PREOCUPAÇÃO COM A ESCOLARIZAÇÃO

Outro dado que chama atenção é que a quase totalidade dos entrevistados está estudando e pretende fazer curso superior. Evidentemente a faixa etária estudada se constitui predominantemente por indivíduos em idade escolar, porém surpreende tanto pela não-evasão escolar, comum entre trabalhadores rurais, quanto pela ambição de formação educacional: dos 32 entrevistados 27 pretendem cursar uma faculdade; 01 já

está cursando o nível superior; e os 04 demais ainda não definiram seus projetos educacionais. É válido lembrar que a totalidade dos entrevistados ocupa-se em atividades agrícolas ao menos parcialmente, em jornadas diárias de trabalho que variam entre 4h e 8h, de modo que alguns destes desenvolvem seus estudos no turno da noite. A exceção se dá em um dos jovens que cursa atualmente o nível superior em Santa Maria, mas que auxilia nas tarefas da propriedade nos finais de semana e nos períodos de férias escolares (situação identificada em outros jovens da região mas que não foram incorporados à análise).

Entre os entrevistados que almejam o ingresso na Universidade, alguns já vêm realizando os testes anuais que a Universidade Federal de Santa Maria utiliza no processo seletivo (PEIS, uma prova que é feita ao final de cada ano do ensino médio). Outros ainda afirmaram que vão pleitear uma bolsa PROUNI (Programa Universidade para Todos) para ingressar em uma Universidade particular.

O cenário encontrado, entretanto, não representa a realidade dos agricultores em âmbito nacional, como mostra o Censo Agropecuário 2006. Este revelou que a maioria dos agricultores são analfabetos ou sabem ler e escrever, mas não têm nenhum estudo (39%) ou têm ensino fundamental incompleto (43%), totalizando mais de 80% dos produtores rurais. Entre as mulheres, que respondem por cerca de 13% dos estabelecimentos agropecuários, o analfabetismo chega a 45,7%, enquanto entre os homens, essa taxa é de 38,1%. As taxas para os outros níveis de ensino são: 8%, para ensino fundamental completo, 7% para técnico agrícola ou nível médio completos, e apenas 3% com nível superior. As regiões Norte (38%) e Nordeste (58%) concentram os maiores percentuais de produtores analfabetos ou sem nenhum ano de estudo, enquanto Centro-Oeste (13%) e Sudeste (11%) têm os maiores percentuais de produtores com técnico agrícola ou ensino médio completo. Cabe ressaltar que este dado é referente a toda população de agricultores do país, o que inclui os indivíduos adultos.

A maior parte dos entrevistados cursa atualmente o nível médio de ensino e almeja o ingresso em um curso superior. Em Faxinal do Soturno há uma significativa estrutura de universidades que se colocam à disposição dos jovens agricultores, tendo em vista a proximidade ao Município de Santa Maria (cerca de 40Km), sendo a Universidade Federal a mais citada na preferência dos entrevistados em função da gratuidade do ensino. Entre as carreiras almejadas, destacam-se as direcionadas para a

área da saúde: medicina, enfermagem, educação física, fisioterapia e psicologia são as mais citadas (posteriormente serão apresentadas as justificativas para esta preferência quando tratarmos do envelhecimento no meio rural). Fazem-se presentes ainda nos projetos educacionais destes jovens as carreiras ligadas às áreas das engenharias, ciências biológicas, jornalismo, advocacia e docência.

Quando se conversa com o jovem agricultor sobre a continuidade dos estudos, o seu projeto educacional, intrinsecamente vem à tona o projeto profissional almejado, já que o investimento educacional é parte do próprio processo de escolha profissional. Neste sentido, a argumentação sobre o projeto educacional revelou, para a maior parte dos entrevistados, a recusa em permanecer na atividade agrícola. Há uma nítida preferência por profissões cujos conhecimentos se distanciam dos necessários para a manutenção da atividade agropecuária, ao passo que cursos técnicos agrícolas, de agronomia ou veterinária, não foram citados.

De um modo geral, parece haver um antagonismo entre o investimento educacional e o desenvolvimento da atividade agrícola, como se a segunda não necessitasse da primeira, ou como se existisse grande distância entre ambas. É importante que mais estudos sobre a escola nas comunidades rurais reflitam este tema e examinem o quanto as instituições de ensino estão preparadas para atuar em comunidades cuja matriz produtiva resida na atividade agrícola.

Na pesquisa recentemente realizada por Weisheimer no Rio Grande do Sul, em que 681 jovens com idades entre 15 e 29 anos foram entrevistados (WEISHEIMER, 2007), perguntou-se a estes sobre a importância da escola na preparação do jovem para as atividades agrícolas. Observou-se que a maior parte destes (45,8%) considera que a escola ajuda “pouco” ou “nada” para a preparação para ser agricultor, enquanto 31,3% considerou que ajuda “mais ou menos” e 22,9% afirmaram que ajuda “muito”. Assim como constatado em nossa pesquisa de campo, as escolas que recebem os filhos dos agricultores familiares, na opinião destes, parecem não estar em sintonia com o seu público. A contextualização dos conteúdos e a correta transposição didática destes para a realidade das famílias de agricultores familiares é essencial para que o investimento educacional não implique necessariamente no investimento em uma formação escolar voltada para o mercado de trabalho não-agrícola. As frases a seguir são emblemáticas para expressar este distanciamento:

“Nunca passou pela minha cabeça ficar na agricultura porque eu gosto de estudar, eu sempre estudei, não tem como estudar e ficar na agricultura, ou é um ou é outro”

(L.C., 18 anos, sexo feminino, Faxinal do Soturno, Sítio dos Melos)

“A mãe fala pra gente estudar, para ter um emprego bom um dia. Eu não quero ter que levar o mesmo tipo de vida que eles levaram na roça, por isso estou estudando (...) se fosse para ficar na roça não precisava ter estudando até agora”.

(R.P., 18 anos, sexo masculino, Novo paraíso, interior de Nova Palma)

É possível também que os conhecimentos acessados pelos jovens agricultores na escola tenham uma baixa valorização por encontrem restrições quanto à sua utilização nas propriedades de suas famílias. A centralização da gestão da propriedade nas mãos dos pais coloca o jovem agricultor numa posição subordinada em relação à tomada de decisões, o que pode gerar um “choque de gerações” quando os conhecimentos tradicionais passam a confrontar-se com os conhecimentos trazidos pelos jovens.

Este assunto já foi tema de estudos anteriores, que verificaram que há pouca abertura para os sucessores dentro do estabelecimento, seja na gestão dos negócios ou no comando de determinadas atividades (ABRAMOVAY, et. al. 1998) Em nosso estudo, contudo, este conflito se manifestou apenas na fala de um dos entrevistados e em uma entrevista realizada com o secretário da agricultura do município, conforme se selecionou abaixo:

“Aos 15 anos eu já queria me meter na administração da propriedade. Eu via todos os vizinhos crescendo, comprando carro do ano, e o pai parado, sempre na mesma. Precisava de adubo, eu falava pro pai e ele dizia: ‘te vira’. Eu dizia pra ele como é que tinha que fazer mas ele queria fazer tudo do jeito dele. Então eu trabalhava de peão pros vizinhos para juntar dinheiro e aplicar na terra. Eu dei um jeito de arrumar dinheiro sem precisar dele e aí fiz do jeito que eu achava que tinha que fazer. Fiquei uns dois anos de mal com o pai até ele se convencer de que eu estava certo. Aí a lavoura começou a crescer, aumentou a produção, eu fiz a casa dos meus pais, que era de madeira, comprei trator...”.

(S.J., 25 anos, sexo masculino, Vila Cruz, interior de Nova Palma).

“Tivemos alguns projetos de incentivo à agroindústria, gostaríamos que os jovens agricultores se colocassem mais nesse ramo. Hoje a gente faz curso de queijo, de inseminação, damos o conhecimento, mas há medo em empreender. É um problema de organização. Tem escola desativada para usar, com toda a infra-estrutura.” (...) “E tem também o problema do serviço de inspeção municipal, tem que ‘dar o rótulo’, certificar, nisso tem que inspecionar o leite, ver se não tem bactérias, dar garantia de qualidade. Estamos tentando avançar nisso, mas os agricultores não se enquadram nos padrões de qualidade. É uma coisa que tem que mudar na mentalidade do agricultor”.

(Secretário da Agricultura do município de Faxinal do Soturno).

4.3 MORAR “NA CIDADE” OU MORAR “PRA FORA”

Uma parcela significativa dos jovens entrevistados afirma que os pais pretendem morar “na cidade” quando se aposentarem. Esta parece ser uma tendência em muitos lares com os quais se manteve contato durante o trabalho de campo. Entende-se por “cidade”, aqui, o centro do Município de Faxinal do Soturno, onde estão presentes os serviços mais básicos de educação, saúde, os bancos, mercados, etc. No centro os idosos sentem-se menos isolados e mais seguros perante os desafios que a idade lhes impõe. Há também melhores condições de estradas e transporte. Em 21 entrevistas os jovens mencionaram que os pais ou avós estão comprando terreno no centro, ou já compraram, ou estão construindo uma casa no terreno comprado. Destes, a quase totalidade (18) afirma que a família não venderá a propriedade: eventualmente poderão arrendar terras para vizinhos e parentes, mas o desejo predominante é o da manutenção da propriedade como uma alternativa de lazer ou como meio de preservação da memória e tradição familiar (“é a terra em que eu nasci”, “terra em que meus pais nasceram...”). Os outros 03 entrevistados não sabiam as intenções da família sobre o futuro da propriedade.

Questões relativas à estrutura de oportunidades envolvente e os atrativos das grandes cidades apresentaram importância menor dentro do conjunto de elementos

trazidos à tona quando o assunto era a preferência de local para residir. Os jovens entrevistados em raras vezes se reportaram aos fatores de atração dos centros urbanos. Pelo contrário, as breves explanações sobre o tema revelaram um conteúdo de opiniões negativas em relação ao “urbano” por aspectos relacionados principalmente a violência, criminalidade, poluição e, em menor grau, ao desemprego. Entende-se o termo “meio urbano”, nestas interlocuções, como as cidades maiores da região, como Santa Maria, ou a capital do Estado, Porto Alegre, já que o centro administrativo do Município de Faxinal do Soturno, embora seja urbanizado, é chamado pelos jovens de “cidade” ou “povoado”.

Quando perguntados se preferem morar no meio rural ou urbano, o meio rural apresentou-se como a melhor opção em 27 entrevistas. Quando indagados sobre a justificativa desta preferência, questões relativas à qualidade de vida foram mais recorrentes (24), o que era essencialmente descrito através dos adjetivos “tranquilidade” e “saudável”, ou simplesmente expressa na frase “aqui tem mais qualidade de vida”.

Neste aspecto, há de se destacar a ambiguidade existente entre o projeto profissional em elaboração e a representação de um modo de vida tido como ideal. Os jovens entrevistados, por mais que vislumbrem a atuação profissional em um mercado de trabalho essencialmente concentrado nos espaços urbanos, demonstram relação profunda com o ambiente em que passaram suas infâncias e adolescência e que há gerações é ocupado por seus ascendentes. Foram recorrentes as manifestações de apreço as belezas naturais da localidade, a exaltação do contato com a natureza (o banho de rio, o contato com os animais, contato com a terra), além da adjetivação positiva da qualidade de vida só encontrada no meio rural.

A ambigüidade reside no fato de a maioria das profissões almejadas possuírem possibilidades de atuação severamente limitadas nestas localidades. Os próprios jovens entrevistados reconhecem haver poucas chances de exercerem a profissão ambicionada na localidade em que vivem. De início, a formação profissional de nível superior já impõe ao jovem agricultor o distanciamento de sua comunidade. Desta inferência, pelo menos duas situações podem decorrer: ou a preferência de fixação de residência no meio rural não se materializará; ou presenciaremos a configuração de um fluxo migratório do tipo pendular, com o trânsito constante entre os dois ambientes, rural e urbano.

Os dados obtidos sobre a preferência de moradia parecem ser uma tendência no Estado do Rio Grande do Sul e corroboram os obtidos por Weisheimer em pesquisa recentemente realizada, conforme se apresentam na tabela abaixo:

Tabela 02. Preferência de local de moradia entre jovens agricultores (*f* e %).

ONDE VOCÊ PRETENDE MORAR?		
	f	%
Meio Rural	483	70,9
Meio Urbano	187	27,5
Total	670	98,4
NS/NR	11	1,6
Total	681	100,0

Fonte: Relatório: Caracterização Jovens na Agricultura Familiar do RS – MDA/FAURGS 2007.

4.4 O LAZER ACESSADO E O LAZER DESEJADO

Uma das maiores reclamações dos jovens agricultores é em relação às limitadas alternativas de lazer. Num primeiro momento, parece que não há nada de divertido que um jovem possa fazer se ele “morar pra fora”. Quando se pergunta um aspecto negativo de morar no meio rural a um jovem agricultor, este será uma dos argumentos: “não tem nada de bom pro jovem fazer aqui”. Abaixo algumas falas obtidas nas entrevistas ilustram este pensamento:

“Não há nada de interessante para fazer por aqui, é muito monótono. Eu nem saio aqui (em Faxinal do Soturno), vou para outras cidades, como Nova Palma, Agudo, lá tem mais barzinhos, é mais movimentado”

(B. M., sexo feminino, 18 anos, Faxinal do Soturno)

“Pra se divertir... tem o salão da comunidade, tem o ginásio lá, mas é mais pros mais velhos que jogam baralho, a maioria são velhos dos que vão lá. Pro jovem mesmo não tem muita coisa”.

(S. D., sexo feminino, 16 anos, Sassonia, interior de Faxinal do Soturno)

“Eu não saio muito, assim, em festa eu nunca vou, só em aniversários Nos bailes dá muita bagunça, os caras exageram na bebida, e fora isso não tem muita coisa, só o ginásio e o campo de futebol”.

(S. L., sexo masculino, 17 anos, Sassonia, interior de Faxinal do Soturno)

De fato, no Município de Faxinal do Soturno há poucos atrativos de entretenimento, como em qualquer município do mesmo porte. Não há estrutura de cinemas, parques, teatros, tampouco uma agenda de exposições e atividades culturais. Da mesma forma, o número de clubes, casas noturnas, bares e restaurantes é proporcional ao potencial de frequentadores. Há um bar no centro da cidade, que costuma atrair jovens nas noites de sexta-feira e sábado (o “Barril”), onde estes se encontram para tomar cerveja, e uma boate em que há festas duas vezes por mês. O maior espaço de sociabilidade, entretanto, parecem ser os ginásios de esportes das comunidades.

Cada bairro da cidade, além de uma capela, possui um ginásio de esportes ou um salão comunitário, geralmente vinculado à Igreja. Nestes salões ocorrem as práticas esportivas, principalmente o futebol, além de festas comunitárias que atraem os moradores de outras localidades. Geralmente equipados com cozinhas e churrasqueiras, organizam-se nestes salões almoços e jantares festivos, sendo a festividade mais importante a do padroeiro da comunidade (festa de São Marcos em Novo Treviso, festa do Santo Anjo da guarda em Santos Anjos, festa de nossa Senhora dos Navegantes em Dona Francisca, etc.).

“Eu gosto das olimpíadas entre as comunidades. Tem várias provas, corrida de 100m, 50m, corrida dos casais (...) na corrida dos casais o marido coloca a mulher dentro do carrinho de mão e leva até um lugar, aí nesse lugar ele tem que serrar um tronco de eucalipto e voltar (...) Tem também jogo de 3-7 (“três-sete”, um jogo com baralho), bocha, sempre tem alguma coisa no salão...”

(P.R., sexo masculino, 18 anos, Novo Paraíso, interior de Nova Palma)

“Final de semana que vêm, por exemplo, tem a festa de São Marcos, que é a festa do padroeiro aqui de Novo Treviso. Aí a gente ajuda na festa, tem que ajudar, porque vem gente de tudo que é lugar, até de Santa Maria. Um dia antes já começam a vender cucas, pães, biscoitos... essa estrada aqui, no domingo que vem, tu vai ver, vai ter carro passando o dia todo, indo e voltando, porque tem gente que vem só pra comprar as coisas daqui, tem pessoal que encomenda antes (...) aí no domingo tem a missa pela manhã e depois vai todo mundo pro salão. Nem todo mundo que vem na festa vai na missa, porque nem caberia na igreja, mas eles vem pro almoço. O almoço, no caso, é churrasco, risoto, sopa de capeletti, tem pão, cuca (...) os jovens são os que mais trabalham, a parte das bebidas e de servir o churrasco nas mesas é com a gente. Os velhos cuidam do bar e do assado, a gente serve as mesas e as gurias ajudam na cozinha”.

(S.R., sexo masculino, 21 anos, estudante universitário que reside atualmente em Santa Maria e que trabalha na agricultura nos finais de semana, na casa dos pais, em Novo Treviso, interior de Faxinal do Soturno).

Analisando de forma mais aprofundada, percebemos que há uma oferta significativa de atividades de lazer e festas nestas comunidades. Mesmo que a estrutura de entretenimento não seja sofisticada, o jovem que a todo final de semana quiser sair para uma festa terá uma opção ao seu dispor. Instigando os entrevistados sobre esta questão percebemos que o que mais os incomoda não é a ausência de atividades de lazer, mas as limitações das próprias redes de sociabilidade. Os discursos deixam transparecer que uma boa festa, ou um bom evento cultural, é um evento que atrai pessoas “de fora”, pessoas diferentes, se possível, de outras cidades. Há uma necessidade de ver e interagir com outros indivíduos, de expandir a rede de relações. O que está por trás do discurso da falta de lazer, na verdade, é a monotonia de encontrar-se sempre com as mesmas pessoas, de ir a algum lugar e encontrar as moças e rapazes com quem convive a anos na escola, na igreja, no time de futebol, na vizinhança, etc.

Da mesma forma, ir para as festas nas outras cidades também é um imperativo. É nesta oportunidade que o jovem poderá fugir do controle imposto pela família e pela própria comunidade. Os laços de vizinhança e parentesco muito próximos não fazem das festas comunitárias um ambiente propício para os namoros e paqueras típicos da faixa etária analisada. Por vezes é constrangedor para o jovem agricultor manifestar-se

de forma autêntica em uma situação de interação social pois há um grande risco de ser inibido pela rígida estrutura moral presente.

Abaixo algumas citações sobre o tema:

“A mãe deixa a gente ir nas festas, mas o pai é mais quieto. Tem que se cuidar, quando a gente está numa festa ele não deixa a gente sair para fora do salão porque os outros ficam falando, mas a gente sai igual”

(L. S., sexo feminino, 16 anos, Sítio Alto, interior de Faxinal do Soturno).

Na fala acima, “sair para fora do salão” implica no risco da moça estar com algum rapaz no lado de fora do ginásio de esportes. Assim funciona a interação entre os jovens de sexo opostos nas festas promovidas pelas comunidades: geralmente rapazes e moças ficam separados, em lugares distintos, e algum amigo ou amiga serve de mensageiro, ou “pombo-correio” para recados amorosos, com o objetivo de providenciar o encontro dos interessados do lado de fora do salão. Lá eles poderão conversar distantes das vistas dos pais e irmãos, que geralmente estão presentes nas festas das comunidades.

“Aqui não tem muita coisa para fazer como na cidade, mas dá pra se divertir, tem festas, tem bailes. Eu tenho bastante amigos por aqui. Teve reunião dançante esses dias, mas é difícil dos guris dançarem, eles tem vergonha. É meio chato ir nessas festas porque tu só encontra quem tu já conhece. Mas a gente sai também, eu e meus irmãos, já fomos uma vez na Oktoberfest em Santa Cruz, numa viagem do grupo de jovens (referindo-se ao grupo de jovens da igreja).(…) Mas no dia-a-dia mesmo mais é ouvir música em casa, não tem muita coisa”.

(C. J., sexo feminino, 17 anos, Faxinal do Soturno)

“Santos Anjos é muito abandonado, os jovens daqui não saem muito, só ‘quando troca o papa’. Os guris são mais tímidos. Quem sai pra estudar se solta mais. Os que ficam vão para as festas para ficar sentados vendo os outros se divertindo. A arquibancada é deles! (referência às festas realizadas no ginásio de esportes da comunidade, em que a quadra é ocupada pelas pessoas que

dançam enquanto nas arquibancadas ficavam os rapazes mais tímidos, observando os demais).

(B. F., sexo feminino, 16 anos, Santos Anjos, distrito de Faxinal do Soturno)

A questão da reputação e da imagem é muito importante para as famílias da Quarta Colônia, uma vez que todos se conhecem e se reconhecem pelo sobrenome, “os Bevilaqua”, “os Mainardi”, “os Prevedello”, “os Balsan”. São famílias que convivem entre si há gerações, desde a chegada dos primeiros imigrantes. Ainda hoje – e inclusive entre os jovens – a questão familiar se coloca como algo importante na vida em comunidade.

Em uma das festividades observadas na comunidade de Novo Treviso, por exemplo, chamou a atenção como as famílias organizaram-se na produção do evento. Há uma divisão de tarefas, desde os preparativos para a missa (decoração da capela, ensaio das canções, ensaio da liturgia da celebração), a preparação do almoço (os responsáveis pelo risoto, os responsáveis pela carne de gado, pela carne de ovelha, pelas louças e talheres), os preparativos para o baile, etc. Cada família empenhava-se em fazer a sua parte da melhor forma uma vez que a reputação perante o grupo estava em jogo.

Na capela de Novo Treviso, uma constatação curiosa: cada vitral, os bancos, as pinturas nas paredes e até a porta possuíam impressos o sobrenome de famílias da região. Cada objeto da capela continha a frase “Oferta da família π ” (fotos no anexo I), no sentido de tornar público a família que fez ou custeou sua aquisição. Sendo a religião um dos maiores marcadores identitários dessa população e a igreja um espaço de sociabilidade centralizador, a participação das famílias na construção da igreja e em sua manutenção denota a importância que os núcleos familiares possuem para a ordem social como um todo.

4.5 A QUESTÃO FAMILIAR E O MATRIMÔNIO

Como vimos, as limitações nas alternativas de lazer e o controle social presenciada nos espaços de sociabilidade produzem efeitos nas relações amorosas dos

jovens e, por conseqüência, no potencial de surgimento de relacionamentos conjugais. A primeira barreira surge nos próprios núcleos familiares, onde a preocupação com a “imagem dos filhos” ou a “reputação da família” restringe a liberdade de relacionamento. Já que não há muitas opções matrimoniais, devido ao envelhecimento e masculinização das comunidades rurais (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1997), os pais recomendam aos filhos que se “preservem” de relacionamentos esporádicos até que se materialize uma “proposta séria”, ou seja, um namoro que potencialmente leve à união conjugal. Namorar várias pessoas pode ser mal visto, na palavra dos entrevistados, diz-se que “a pessoa fica falada” ter dificuldades em relacionamentos futuros.

A família e a religião são duas instituições muito presentes na organização social dos municípios da Quarta Colônia. A religião católica esteve inserida em segmentos importantes da vida social camponesa uma vez que a educação estava concentrada em escolas católicas e o clero era imbuído de significativa autoridade e poder. Por vezes, a própria ordem em vigor era resultado do sistema moral determinado pela igreja, o que produziu efeitos sobre os estilos de vida dos agricultores.

Embora as heranças culturais da moral católica sejam muito presentes, já não apresentam o mesmo vigor entre as novas gerações. A efemeridade das relações afetivas, a liberdade de escolha e mudança, típicas da modernidade, em alguma medida confronta-se com os preceitos da velha moral, o que em algumas famílias pode levar a um “choque de gerações”. O diálogo abaixo transcrito e as demais falas ilustram em parte estas considerações:

Entrevistador: *Você costuma sair para se divertir com seus amigos ou para namorar?*

Entrevistado: “Eu não saio muito, até por isso eu não tenho namorado. A mãe diz que é pra gente se cuidar porque o meu irmão teve filho antes do casamento e teve que se casar, por isso ela fala sempre pra gente se cuidar”.

Entrevistador: *O que significa se cuidar? Utilizar métodos contraceptivos?*

“É, também, mas na verdade a mãe não fala muito nisso porque pra ela o sexo é só após o casamento. A minha avó é ministra da Igreja, então eles são muito religiosos. Eu também, por exemplo, se eu for estudar em Santa Maria eu vou continuar indo na Missa, mas as coisas mudaram, hoje em dia ninguém mais espera o casamento. Só que também não dá para ficar de namoro com qualquer um, porque quem namora muito depois acaba não casando com ninguém.

Porque é assim, se tu ficar trocando de namorado tu não dá certo com ninguém, e sabe como é cidade pequena, logo tu “fica falada”.

(L. C., sexo feminino, 18 anos, Sítio dos Melos, interior de Faxinal do Soturno)

(...) mas aí eu comecei a namorar uma guria da cidade, aí tive que sair de casa, não tinha como levar ela para casa dos meus pais. Lá não tinha liberdade para namorar, para ficar sozinho com a guria, entende? Os velhos são muito conservadores, tem coisas que eles ainda não aceitam. Nisso a gente acaba brigando porque eles pensam que nem os velhos de antigamente. A criação deles foi assim, eles não tem culpa... por isso achei melhor eu sair. E também o pai não dava dinheiro para as festas, virava a carteira de cabeça para baixo e não caía um pila (risos).

(S. J., sexo masculino, 25 anos, Vila cruz, interior de Nova Palma).

“O pai não quer que eu case, ele é muito ciumento. Eu levava meu namorado em casa mas eles não gostavam, diziam que era muito cedo para eu namorar (entre os 15 e os 17 anos). Ele diz que é pra eu pensar nisso depois que eu estiver na faculdade (...) dormir na casa do namorado ou ele na minha, nem pensar!! Nem quando eu tiver morando em Santa Maria eles podem ficar sabendo!”.

(M. B., sexo feminino, 18 anos, Faxinal do Soturno)

Outro fator creditado à dificuldade de relacionamento no meio rural diz respeito desvalorização dos jovens agricultores dentro do “mercado matrimonial”, em comparação com os jovens da cidade. Principalmente na opinião dos homens, as garotas do meio rural preferem casar-se com os jovens da cidade, o que é duplamente conflituoso já que as garotas da cidade também não dão chances aos jovens agricultores. Este assunto que já foi tratado em estudo do sociólogo Pierre Bourdieu em 1967, no livro *O baile dos celibatários*, toma notas de atualidade quando analisamos as falas dos jovens moradores da quarta colônia de imigração italiana:

“Pra quem vive no meio rural não é um lugar bom pra arrumar namorada, porque as gurias daqui na hora de firmar para casar mudam a cabeça, elas não

querem essa vida de tratar bichos, fazer limpeza, fazer comida; as gurias do interior que estão na roça ainda querem estudar, sair da roça. E as da cidade, nem se fala, nem olham pra gente. Não querem ‘namorar um grosso’.”

(S. J., sexo masculino, 25 anos, Vila Cruz, interior de Nova Palma)

“Eu acho que as gurias daqui preferem os rapazes de fora porque eles tem mais dinheiro. E também elas não querem ficar na roça mesmo”

(D. L., sexo feminino, 18 anos, Faxinal do Soturno)

“As garotas da cidade têm preconceito contra os colonos, elas nunca que vão namorar um colono sem dinheiro, o que é errado já que é em torno do colono que gira toda a cidade, o comércio”.

(B. M., sexo feminino, 18 anos, Faxinal do Soturno)

Percebe-se que o agricultor é desprestigiado no mercado matrimonial não por “ser colono”, pela rusticidade, ou pelas diferenças identitárias, mas por duas questões a) pelo entendimento de que casar com um agricultor implica em um projeto de vida voltado à agricultura, o que é bastante recusado pelas jovens; b) por que ser agricultor está associado a baixos rendimentos, infortúnio que, na opinião dos rapazes, os coloca em desigualdade de condições no mercado matrimonial.

O pensamento masculino não é um despropósito. Na visão das mulheres, mesmo quando há a disposição em permanecer no meio rural e na atividade agrícola, percebe-se certa preocupação em relação ao estilo de vida que terão e à autonomia financeira. É inconcebível para a maioria das jovens da atualidade reproduzir o modo de vida de suas mães, ocupadas numa posição secundária dentro da unidade produtiva e financeiramente subordinada ao cônjuge.

“O meu namorado é agricultor, ele tem um pensamento mais para o futuro, quer ter a casa própria, comprar mais terra. Ele quer continuar na agricultura, plantar com os pais, com os irmãos. Eles plantam de tudo, dá para viver bem, tirar um bom lucro. Eu não me importo de ficar no meio rural, estou acostumada. Dá para viver tranquilo, vou ajudar ele no que eu posso, mas vou tentar um emprego nem que seja meio turno, para não ter que depender do marido, ter meu dinheiro. Ele é muito mão fechada, controla muito o dinheiro”.

(B. C., sexo feminino, 19 anos, Faxinal do Soturno)

4.6 O MUNDO DO TRABALHO AGRÍCOLA: ARGUMENTOS PARA FICAR E PARA SAIR

Nas avaliações dos jovens sobre o trabalho agrícola e as perspectivas de permanência na atividade encontram-se as questões mais emblemáticas do problema da reprodução social do modo de produção familiar. Percebe-se de forma muito clara a predominância de avaliações negativas sobre o trabalho agrícola, que se constituem em argumentos de recusa da agricultura como projeto profissional.

De início, chama à atenção a forma como foram obtidas as opiniões sobre as vantagens e as desvantagens do trabalho agrícola. As respostas sobre as vantagens do trabalho agrícola eram mais curtas e mais difíceis de serem elaboradas. O jovem tinha que “pensar mais” para encontrar alguma vantagem e, não raras vezes, a fala sobre a vantagem era seguida da fala da desvantagem, espontaneamente. Os argumentos sobre os aspectos negativos surgiam com superior fluência, em respostas convictas e elaboradas, o que apontavam para uma prévia reflexão sobre o tema.

Os aspectos mais levantados pelos entrevistados referiam-se à insalubridade do trabalho, às baixas compensações financeiras e à instabilidade gerada pelas variações climáticas. Estas avaliações negativas foram referendadas tanto por homens quanto por mulheres e em todas as entrevistas realizadas algum destes aspectos foi mencionado.

Em relação à insalubridade do trabalho as expressões mais recorrentes foram “trabalho pesado”, “trabalho duro” e “trabalho sofrido”. As condições de trabalho são tidas como ruins, tanto pela necessidade de grande esforço físico, quanto pela vulnerabilidade ao calor, insolação, chuvas, frio, umidade, etc. Em muitas propriedades da Quarta Região de Colonização Italiana as características topográficas não permitem a utilização de máquinas e tratores, o que torna o trabalho desenvolvido bastante intensivo e manual.

Foi citada também a utilização de defensivos agrícolas (“veneno”, na expressão dos jovens) como algo negativo, referenciando inclusive situações de intoxicação. Segundo os dados do último censo agropecuário (IBGE, 2006), os estabelecimentos dirigidos há 10 anos ou mais pelo mesmo produtor (61,1%) são os que mais utilizam agrotóxicos (66,1%). À medida que aumenta o número de anos que o produtor dirige o estabelecimento, aumenta também o número de estabelecimentos que usam agrotóxicos.

A maioria dos estabelecimentos onde houve utilização de agrotóxicos não recebeu orientação técnica (785 mil ou 56,3%), e apenas 21,1% (294 mil) a receberam regularmente. Este dado é importante de ser trazido à discussão uma vez que o estado com maior número de estabelecimentos que utilizavam agrotóxicos é Rio Grande do Sul (273,85 mil).

As situações de intoxicação decorrem geralmente da não utilização dos equipamentos de proteção na aplicação dos defensivos agrícolas. Os jovens entrevistados que desenvolviam esta atividade nas propriedades eram enfáticos ao afirmar a impossibilidade de trabalhar caminhando horas sob o sol, no meio da lavoura, com 20L de veneno nas costas, utilizando o equipamento de proteção (constituído por botas, macacão, luvas e máscara). Esta realidade, contudo, não chega a ser incomum em outras regiões do país: em cerca de 20% das propriedades que aplicaram agrotóxicos não se utilizava equipamento de proteção. No Brasil, o pulverizador costal é o equipamento de aplicação que apresenta maior potencial de exposição aos agrotóxicos e é o mais utilizado nos estabelecimentos que os empregam (70,7%).

Questões relativas ao retorno financeiro com a atividade agrícola aparecem logo em seguida, através de expressões “muito trabalho pra pouco retorno”, “não dá lucro”, “só dá prejuízo”, ou “os produtos não tem preço”. Os jovens reclamam a desvalorização da atividade a partir dos baixos rendimentos obtidos com a venda de seus produtos, o que também se coloca como uma negativa à sucessão na profissão de seus pais. Da mesma forma, a vulnerabilidade da produção às condições climáticas faz do retorno financeiro algo instável. Os problemas advindos de enchentes ou estiagens, por mais que existam sistemas de seguridade, fazem diminuir as disposições de investimento na agricultura.

Quanto às vantagens do trabalho agrícola, foram levantados aspectos relativos à autonomia do trabalho (“não ter patrão”, “não ser mandado”, “fazer o próprio horário”); a vantagem de “já conhecer o trabalho ou negócio”, em referência à conveniência em dar seguimento a um trabalho que já vem sendo desenvolvido a gerações; ou mencionava-se apenas que na agricultura “não falta nada”, em referência à oferta de alimentos na produção para subsistência.

A seguir, falas que ilustram a forma como estes aspectos foram trazidos à discussão:

“No rural o cara já sabe o serviço, já conhece, é só continuar o trabalho do pai, por isso é melhor viver no meio rural”.

(J. S., sexo masculino, 16 anos, Faxinal do Soturno).

“Agora eu entrei numa sociedade de um aviário. Se eu tivesse terra eu não saía da lavoura. Eu quase entrei em depressão quando saí da roça que é um lugar brabo, mas que eu mandava, na cidade eu sou mandado. Se eu tivesse lavoura, uma terra ‘ajeitada’, que desse para passar máquina, eu ficava, se o trabalho não fosse tão braçal”.

(S. J., sexo masculino, 25 anos, Nova Palma)

“Aqui a vantagem é que tu tem o que quiser de comida, não falta nada. O problema é a instabilidade, o clima, tu nunca sabe se vai colher bem (...) vai todo mundo pra cidade porque aqui não tem condições, lá tem mais condições de vida. Como que vou querer ficar depois de ver meus pais sofrerem uma vida inteira aqui? Tudo que eles trabalharam e hoje eles não tem quase nada” (...) “O trabalho é muito ‘forçado’ e o retorno é muito pequeno”.

(D. S., sexo feminino, 16 anos, Faxinal do Soturno)

“Tá ruim de viver da agricultura porque o produto não ta valendo muito, tinha que ter mais preço (...) tem o lado bom que aqui a gente não tem horário, não tem hora marcada, mas o trabalho é muito sofrido né, o trabalho no sol...”

(Z. B., sexo masculino, 16 anos, Guarda Mor, interior de Faxinal do Soturno).

“É complicado o trabalho na roça, o pai e a mãe têm problemas de saúde. O pai tem diabete, não pode mais ajudar muito, e a mãe está com dores nas costas de trabalhar agachada. Ela toma remédios pra conseguir trabalhar porque tem a horta, os bichos... as condições aqui são ruins, eu vejo pela minha mãe e pelo

meu pai: eu peço alguma coisa e eles nunca podem me dar, por isso dizem para eu estudar” (...) “Eu quero arrumar um emprego bom e dar um futuro melhor para os meus pais”.

(G. C., sexo feminino, 15 anos, Sítio dos Melos, interior de Faxinal do Soturno).

“não tem chance de eu ficar na agricultura, por nada nessa vida. Não quero passar o trabalho que minha família passa, meu pai perdeu tudo várias vezes”. (...) “A mãe acabava sustentando a casa com o dinheiro do queijo. A gente não vivia na miséria, mas sempre com o dinheiro contado. Ou é estiagem ou é enchente! (...) É muito trabalho pra pouco dinheiro, eles (pais) sofrem muito para trabalhar, trabalham como uns burros. Eu quero fazer a minha vida na cidade e ir ‘pra fora’ só pelo lazer, to enjoada de morar pra fora, comer poeira todos os dias, comer barro, passar sufoco”.

(J. L., sexo feminino, 17 anos, Sítio dos Melos, interior de Faxinal do Soturno).

“É muito sofrida a vida de um agricultor, eu vejo pelo meu pai e pela minha mãe, eles nunca têm tempo para nada(...) é secar fumo na estufa, acordar sempre de madrugada, aí final de semana tem festa e nem podem ir. O preço do leite e do fumo estão baixos, se aumentasse seria melhor. Aqui na roça nunca falta alimento, mas prejuízo a gente sempre tem”.

(P. R., sexo masculino, 18 anos, Novo paraíso, interior de Nova Palma)

Verifica-se que a recusa pelo trabalho agrícola parte de uma avaliação negativa do modo de vida dos pais, que são o exemplo profissional mais próximo. A partir do estudo do caso destes jovens agricultores, pode-se afirmar categoricamente que as novas gerações possuem uma avaliação muito negativa do trabalho agrícola, que esta avaliação é resultado da observação do modo de vida de seus pais, e que este se configura como o fator determinante para a elaboração de projetos profissionais direcionados para outras atividades. Este dado diverge do obtido por Weisheimer em 2007, no que se refere às avaliações juvenis sobre o trabalho agrícola e o modo de vida dos pais, como pode ser observado:

Tabela 04. Avaliação dos jovens sobre o trabalho familiar agrícola (f e %).

QUE FRASE SE APROXIMA MAIS DO QUE VOCÊ PENSA SOBRE O TRABALHO FAMILIAR AGRÍOLA?		
	f	%
Trabalho digno, importante para a sociedade	239	35,1
Não é valorizado pela sociedade.	90	13,2
Traz satisfação ver crescer o fruto do próprio trabalho	132	19,4
Trabalho pesado, insalubre e sem descanso	56	8,2
Permite ter independência financeira, ser dono do próprio negócio	138	20,3
Não traz retorno financeiro, apenas prejuízo.	23	3,4
Total	678	99,6
NS/NR	3	,4
Total	681	100,0

Fonte: Relatório: Caracterização dos Jovens na Agricultura Familiar do RS – MDA/FAURGS 2007.

Tabela 05. Avaliação dos jovens sobre o modo de vida dos pais (f e %).

		SEXO:		
		Masculino	Feminino	Total
COMO VOCÊ AVALIA O MODO DE VIDA DE SEUS PAIS?	Ótimo	f 99	47	146
		% 23,2%	18,5%	21,4%
Bom		f 222	124	346
		% 52,0%	48,8%	50,8%
Regular		f 93	69	162
		% 21,8%	27,2%	23,8%
Ruim		f 9	9	18
		% 2,1%	3,5%	2,6%
Péssimo		f 4	4	8
		% ,9%	1,6%	1,2%
NS/NR		f 0	1	1
		% ,0%	,4%	,1%
Total		f 427	254	681
		% 100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Relatório: Caracterização dos Jovens na Agricultura Familiar do RS – MDA/FAURGS 2007.

Conforme indica a tabela acima, a maior parte dos jovens entrevistados (35,1%) considera o trabalho familiar agrícola “digno e importante para a sociedade”, e a segunda opinião mais recorrente se refere à autonomia do trabalho agrícola, “permite ter independência financeira, ser dono do próprio trabalho” (20,3%). A terceira resposta mais obtida afirma que “traz satisfação ver crescer o fruto do próprio trabalho” (19,4%). As três categorias de resposta mais frequentes apontam para aspectos positivos sobre o trabalho, o que é completamente contrário aos dados obtidos nas entrevistas realizadas na Quarta Colônia de Imigração Italiana. Da mesma forma, as avaliações sobre o modo

de vida dos pais são predominantemente positivas (50,8% acham bom e 21,4% acham ótimo), contrariando os depoimentos coletados neste estudo.

Possivelmente esta divergência se estabeleça por dois aspectos: a) os dados gerais apresentados por Weisheimer dizem respeito a um público que possui entre 15 e 29 anos de idade. A utilização de dados da faixa etária superior à faixa em que se concentra o fluxo migratório (entre 15 e 24 anos) faz incluir indivíduos já estabelecidos na agricultura e com projetos profissionais e de vida consolidados, o que afeta as respostas sobre estes temas específicos. Não há sentido, por exemplo, em perguntar a um jovem agricultor de 29 anos e que há 14 anos ocupa-se na atividade agrícola se ele “pretende ser agricultor” ou se “pretende morar no meio rural”. O próprio autor menciona que há variações nas respostas segundo a faixa etária analisada, cabendo aos mais jovens a maior recusa ao trabalho agrícola e avaliações mais negativas sobre o modo de vida dos pais, principalmente entre as mulheres (WEISHEIMER, 2009); b) o segundo aspecto diz respeito ao método utilizado na coleta dos dados: as entrevistas constituídas por perguntas abertas são mais flexíveis e há menor directividade das respostas, ao passo que o fornecimento das categorias de resposta (que ocorre na aplicação do questionário padronizado com questões fechadas) não apenas limita o universo de opiniões que poderiam ser expressas como disponibilizam respostas antes impensadas e que no momento da entrevista, num rápido julgamento, passam a ser consideradas pelo entrevistado.

Patrick Champagne (1986) atribui à recusa do modo de vida dos pais a falta de desejo dos filhos em serem sucessores na propriedade familiar. O autor constata que a atividade agrícola (em comparação com outras atividades) é vista de forma negativa pelos jovens, principalmente pelas moças. Anita Brumer et al (2008) desenvolveram uma pesquisa sobre o tema entrevistando rapazes e moças dos três estados do Sul do Brasil. A partir dessa pesquisa os autores concluem que as avaliações de rapazes e moças acerca do modo de vida no meio rural, assim como sobre o modo de vida de seus pais, configuram-se majoritariamente de forma positiva, no entanto, há um baixo reconhecimento do papel da mulher na unidade produtiva, sobretudo por parte dos homens.

A análise de estudos anteriores sobre esta problemática faz perceber uma significativa segmentação dos fatores explicativos. Não poderia ser diferente, uma vez que o modo de produção familiar pode assumir diversas configurações, e os jovens, categoria social tomada como objeto, é relativamente heterogênea em todos os aspectos

abordados, além de apresentarem padrões comportamentais dinâmicos e suscetíveis a influências das mais diversas ordens.

4.7 A INVISIBILIDADE FEMININA NO TRABALHO AGRÍCOLA

Para iniciar esta discussão, tomamos para análise umas das entrevistas realizadas: β é um jovem rapaz que trabalha na unidade produtiva familiar desde os 10 anos de idade. Atualmente trabalha cerca de 6 horas por dia na agricultura. Entre as principais tarefas que realiza destaca-se o manuseio de máquinas, essencialmente tratores, colheitadeira, plantadeiras e demais atividades que requerem pleno emprego de mão-de-obra. É o responsável também pela aplicação de agrotóxicos, e pelo tratamento de alguns animais (galinhas e porcos). Segundo β , ele e o pai participam de todas as tarefas necessárias para o sustento da família.

Quando este entrevistado se referiu a “todas as tarefas”, não considerou as atividades domésticas. O trabalho realizado dentro de casa, na preparação dos alimentos, na limpeza, organização do estabelecimento, transformação de produtos, ou o cuidado da horta são vistos como secundários e em alguns casos não são considerados um trabalho. Não se reconhece a importância destas atividades para a vocação produtiva da unidade familiar.

Percebemos que as atividades em que as mulheres encontram-se mais intensamente inseridas tendem a ser as menos valorizadas. Adicionalmente, quando a mulher participa das atividades mais importantes, a sua atuação é vista como secundária, ou uma “ajuda”. Os dados de campo corroboram o que outras pesquisas já apontaram sobre a diferenciação por gênero na agricultura familiar (HEREDIA *et al*, 1984; PAULILO, 1987; PAULILO, 2004; BRUMER, 2004) e reafirmam a dificuldade de colocação da mulher dentro de uma esfera produtiva essencialmente gerida por homens.

Esta situação de subalternidade feminina é incorporada pelas próprias mulheres, que reproduzem os discursos masculinos. As relações sociais de produção valem-se da distinção de gênero, construída social e culturalmente, para atribuir papéis sociais que são incorporados por homens e mulheres, o que pode ajudar a entender o fraco

reconhecimento, inclusive por parte das próprias mulheres, da sua participação no trabalho familiar, percebido como trabalho doméstico, auxiliar ao dos homens e freqüentemente caracterizado por elas como “ajuda” (BRUMER; WEISHEIMER, 2006, p. 224). A exemplificação disto se dá nas transcrições de entrevistas abaixo selecionadas:

Quem trabalha na agricultura na tua casa?

- No caso são os meus irmãos e os meus pais, eles que fazem tudo, eu não trabalho, só estudo.

E tu não os ajuda em nada?

- Ah, ajudar sim, eu trato os bichos, pego lenha, os ovos...

Como assim tratar os bichos? O que exatamente tu faz?

- Dou ração pras galinhas, pras vacas, toco as vacas do potreiro, esse tipo de coisa...

E vocês tem horta?

- Sim.

E quem cuida da horta?

- Eu e a mãe.

Tu ajuda a tua mãe também na atividades de casa?

- Sim, sou eu quem cozinha, limpo a casa...

Quanto tempo tu acha que gasta por dia nas atividades de casa ajudando teus pais e irmãos?

- Deixa eu ver... umas cinco, seis horas, da hora que eu chego da escola até a noite.

(Entrevista com T. D., sexo feminino, 16 anos, Faxinal do Soturno).

Eu ajudo, faço de tudo um pouco, mas menos que os meus irmãos porque eu estudo ainda. Eu cuido da casa, vou na roça, na colheita do arroz, faço almoço, limpo a casa (...) ajudo na parte do fumo também, a ‘atar’ fumo, ‘despencar’, fazer fumo de corda...”

(G. C., sexo feminino, 15 anos, Sítio dos Melos, interior de Faxinal do Soturno)

Outro dado interessante para a caracterização do público entrevistado é que na maioria dos lares destes jovens algum integrante da família exerce atividade remunerada

fora da agricultura. Os integrantes que desenvolvem estas atividades são quase sempre mulheres, que trabalham em salões de beleza, como empregadas domésticas, babás, no comércio local (como atendentes, caixas), cuidadoras de idosos, agente de saúde, etc. Estas mães e irmãs dos jovens entrevistados desenvolvem estas atividades em tempo parcial, de modo que se encontram ainda de alguma forma inseridas nas tarefas da unidade produtiva familiar. A necessidade de complementação da renda é a mais citada para a busca de outras ocupações.

4.8 AS CONDIÇÕES DE ENVELHECIMENTO NO MEIO RURAL COMO ELEMENTO DE RECUSA DO TRABALHO AGRÍCOLA

Um importante aspecto que emergiu no transcorrer da pesquisa de campo é relativo às condições de envelhecimento dos indivíduos que dedicaram suas vidas ao trabalho agrícola. Na quase totalidade das entrevistas houve referências a idosos integrantes da família que possuem graves problemas de saúde relacionados ao trabalho na propriedade, principalmente por questões ergométricas (dores crônicas, problemas de coluna como escoliose, lordose, cifose, “bico-de-papagaio”, e traumatismos). Nas propriedades em que não é possível a utilização de máquinas e tratores, como é o caso da maioria das propriedades da região devido às características topográficas, a utilização de mão-de-obra intensiva no plantio, colheita e manutenção da lavoura, imprime aos agricultores jornadas de trabalho em que há repetidos movimentos de agachamento e em que a posição curvada sobre o solo é uma constante. Adicionalmente, é comum no trabalho agrícola levantar grandes pesos, transportar produtos e até arar o solo de forma manual e sob as condições climáticas mais desfavoráveis, o que o caracteriza - nas palavras dos próprios agricultores – com um trabalho ‘duro’, ‘sofrido’, ‘pesado’.

Os idosos em questão são pais, avós e tios dos entrevistados, mas, não raro, os próprios jovens e outros familiares não-idosos possuem problemas de saúde relacionados à atividade laboral na agricultura. Este dado é importante de ser destacado, pois em todas as entrevistas em que o tema “salubridade do trabalho” ou “envelhecimento” emergiu o sentido que lhe era atribuído era o de recusa ao modo de

vida no trabalho agrícola. Os jovens eram enfáticos ao afirmar que não queriam ter ‘o mesmo fim que os pais e ou avós tiveram’, ou “não querem sofrer tanto quanto os pais e ou avós sofrem”.

Observemos as falas abaixo:

“O envelhecimento da população é notório. Há muita divisão da terra e as pessoas acabam saindo. Isso se torna até um problema de saúde pública. Tem que ver os dados do PSF, a quantidade de idosos atendidos que vivem sozinhos”.

(Secretário da Agricultura, Faxinal do Soturno)

“O pai tem vontade de vender a casa, se tivesse alguém que comprasse, ele quer ir pra cidade porque está muito velho. Aí eu vou trabalhar pra fora, na terra dos outros. Tenho parentes em Panambi, poderia plantar junto com eles”.

(S. J., sexo masculino, 16 anos, Faxinal do Soturno).

“Lá em casa eu que faço tudo porque a minha mãe tem labirintite. Ela também usa colete e pescoceira porque ela tem problema na coluna, então ela não vai mais na roça, fica mais no trabalho de casa”.

(S. L., sexo feminino, 16 anos, Faxinal do Soturno, Sítio Alto).

“Meu pai tem problema na coluna, hérnia de disco e bico de papagaio, por causa do trabalho, de carregar sacos de soja nas costas. A mãe tem o pé quebrado, ela colou o pé fora do lugar, aí não colou reto, então ela se aposentou por invalidez”.

(L. S., sexo masculino, 17 anos, Sassonia, interior de Faxinal do Soturno)

“Eu quero ser fisioterapeuta, para ajudar pessoas que tem problemas de saúde como minha mãe (referindo-se à doenças ortopédicas relacionadas ao desgaste no trabalho agrícola)”. A mãe está com desgaste nos ossos da coluna, não consegue nem se mexer. O trabalho na roça dá muita doença porque trabalha direto no sol, na chuva, na humidade. Se eu pudesse tiraria meus pais da lavoura”

(M. L., sexo feminino, 16 anos, Sítio Alto, interior de Faxinal do Soturno).

“Estou pensando em cursar enfermagem porque eu gosto disso. Eu já cuidei do meu avô, ele tinha uma doença no sangue que apodrecia uma parte do pé, e não tinha enfermeira todos os dias então eu aprendi a fazer curativos, a ajudava a dar banho também. (...) se eu tivesse dinheiro eu investia em uma academia, alguma coisa de educação física, porque falta isso no meu rural. Meu pai, por exemplo, tem bico de papagaio, por causa do trabalho na roça”.

(A. M., sexo feminino, 18 anos, Faxinal do Soturno).

“Eu não quero ficar na roça porque eu não quero ter a mesma vida que os meus pais tiveram. Eles sofreram muito, são gente simples. Começaram a trabalhar com 07 anos de idade, deram muito duro, ainda mais que meus avós eram doentes. Minha avó era depressiva, vivia mais na cama, não ajudava, e o avô tinha trombose, problemas na coluna por causa do esforço...”

(C. B., sexo feminino, 19 anos, Faxinal do Soturno)

É necessário que novos estudos dediquem-se sobre a qualidade do trabalho ou qualidade de vida no trabalho agrícola, matéria já bastante desenvolvida em relação ao trabalho na indústria, por exemplo, uma vez que este parece se configurar como o mais importante fator de recusa ao modo de vida dos pais, o que produzirá efeitos sobre a própria reprodução deste modo de vida.

Embora o envelhecimento das comunidades rurais já tenha sido pauta em pesquisas anteriores, pouco se falou sobre as condições de envelhecimento no meio rural, em aspectos mais ligados à qualidade de vida. Os estudos rurais ainda carecem de indicadores apropriados para avaliar as condições de trabalho na agricultura.

O termo qualidade de vida no trabalho baseia-se em uma visão integral das pessoas, que é o chamado enfoque biopsicossocial. Tomada para análise inicialmente em estudos sobre o ambiente organizacional de fábricas, o conceito reúne elementos de mensuração das condições de trabalho dos indivíduos a partir de aspectos como a satisfação que o trabalho produz no trabalhador, a avaliação sobre compensação material auferida, a salubridade, as oportunidades de crescimento e desenvolvimento pessoal na atividade. De acordo com Chiavenato (2004), a qualidade de vida no trabalho envolve tanto aspectos físicos e ambientais como aspectos psicológicos do trabalho,

servindo como indicador das experiências humanas e do grau de satisfação das pessoas que o desempenham.

5. DISCUSSÃO

Partimos do princípio que todos os seres humanos são agentes cognoscitivos, ou seja, possuem considerável conhecimento das condições e conseqüências do que fazem em suas vidas cotidianas. O sociólogo tem como campo de estudo fenômenos que já são constituídos como significativos por estes indivíduos, e a condição de entrada nesse campo é travar conhecimento com o que os atores já sabem, e têm que saber para prosseguir nas atividades cotidianas da vida social (GIDDENS, 1989).

Por isso, quando associamos a avaliação sobre o trabalho agrícola aos projetos profissionais juvenis, e ambos à reprodução do modo de produção familiar, não supervalorizamos o papel do sujeito na racionalização da conduta. Trata-se de uma postura metodológica: a de verificar, na visão dos agentes, quais as possibilidades de incorporação desta estrutura social por meio de disposições para sentir, pensar e agir.

A primeira forma de indagar sobre o projeto profissional de um indivíduo é perguntar-lhe a disposição de investimento educacional. O projeto educacional, na maioria das vezes, está associado ao ideal profissional almejado. No caso dos jovens agricultores de Faxinal do Soturno, o projeto educacional pareceu bastante consolidado e com iminente perspectiva de realização.

Chamou a atenção que a maioria das carreiras almejadas levaria à quebra do vínculo com a atividade agrícola, tanto durante o período de realização dos estudos quanto no exercício profissional na nova formação. Primeiramente, a realização de estudos em nível técnico e superior exige a saída dos jovens de suas comunidades rurais. Ademais, são carreiras ligadas à saúde, indústria e serviços, cujos nichos de atuação concentram-se necessariamente nos centros urbanos. Se as pretensões educacionais destes jovens se concretizarem, em breve estarão gradualmente se desvinculando do trabalho agrícola, vínculo que será totalmente quebrado quando passarem a atuar na nova profissão, que, na maioria dos casos, não apresenta nenhuma relação com o trabalho desenvolvido nas unidades produtivas familiares. Esta é a primeira questão que se coloca no debate sobre a reprodução da agricultura familiar: a quebra no ciclo de reprodução força de trabalho.

Como coloca Althusser, toda sociedade, baseada num dado modo de produção deve reproduzir tanto suas próprias forças produtivas quanto as relações existentes de

produção, o que significa reproduzir não apenas os bens materiais como ferramentas e máquinas, mas também força de trabalho (ALTHUSSER, 1971).

A reprodução da força de trabalho, segundo Althusser, é papel da escolarização formal, uma vez que a escola não apenas ensina habilidades básicas, mas também as regras de comportamento e atitudes apropriadas para as posições na produção para as quais as novas gerações são destinadas. Nos casos dos jovens agricultores familiares a escola parece não cumprir este papel. Pelo contrário, ainda predomina o pensamento de que o conhecimento escolar em pouco contribui para o desenvolvimento da atividade agrícola. As avaliações individuais obtidas sobre o sistema de ensino remetem a uma escola descontextualizada da realidade rural. Há um antagonismo entre a escolarização e a realização da atividade agrícola, como se o investimento em um representasse a negação do outro. Não se estuda para trabalhar na agricultura, se estuda justamente para sair desta atividade.

(...)

Entretanto, se as profissões almeçadas rompem com o trabalho agrícola, não se pode afirmar que elas rompem com o espaço rural. Ainda que as possibilidades de atuação profissional na região sejam limitadas, para muitos dos entrevistados o meio rural é o melhor local para viver e se faz presente nas pretensões de fixação de residência. Se possível, os jovens gostariam de permanecer morando neste local. Há uma relação profunda destes com o ambiente em que foram criados. A terra possui uma marca sentimental, representa, além da fonte de subsistência da família, a preservação de sua memória.

O viver no campo faz referência também a um determinado estilo de vida, associado a hábitos saudáveis, contato com a natureza, ar puro, tranqüilidade, aspectos que são valorizados pelos jovens. Pareceu uma tendência entre as famílias dos entrevistados a gradual desvinculação das atividades agrícolas, mas com a manutenção da propriedade como um local de lazer para a família. Alguns entrevistados aventaram a possibilidade de arrendar as terras no futuro para vizinhos ou parentes, mas na maioria dos casos as propriedades seriam mantidas sem fins produtivos ou, pelo menos, sem a atividade agrícola.

Neste aspecto reside a segunda negativa à reprodução do modo de produção familiar na região: a desvinculação da propriedade da vocação agrícola. Cogitar a

cessação da atividade agrícola em um futuro breve, geralmente vinculado à aposentadoria dos pais e a saída dos jovens para realização dos estudos, foi amplamente freqüente nas entrevistas.

Deve-se abrir um parêntese aqui para apontar um equívoco científico freqüentemente cometido: o dado sobre a cessação da atividade agrícola em estabelecimentos familiares pode ser “maquiado” por outros dados, como manutenção das taxas de produtividade (que ocorre em função do desenvolvimento de tecnologias) e os dados sobre a manutenção da distribuição populacional nos espaços rurais (que deixa de fazer sentido em um contexto de possibilidades de trabalho em profissões não-agrícolas no meio rural, ou de ocupações no meio urbano e domicílio no meio rural). Em todo o Brasil, o número de pessoas ocupadas na atividade agrícola familiar diminuiu 23,3% entre 1985 e 1995, e 7,2% entre 1995 e 2006 (IBGE, 2006).

Segundo Gasson e Errington (1993), a reprodução social de longo prazo, também chamada de reprodução geracional, deve contemplar três etapas: sucessão, herança, retirada ou aposentadoria dos pais. No caso analisado, a retirada ou aposentadoria dos pais e a herança (enquanto transferência legal do patrimônio) são tendências presumíveis. A sucessão, entretanto, materializada com a transmissão do gerenciamento e controle da unidade produtiva, não ocorreria na maioria das propriedades se os projetos profissionais intencionados forem levados adiante.

Mesmo que a terra seja arrendada ou vendida e mantenha a vocação agrícola na mão de outros agricultores, aquela família que a arrendou, vendeu, ou a utiliza apenas para lazer, interrompeu o processo de sucessão do “fazer agrícola”. Este fato é especialmente emblemático se considerarmos a tradição agrícola destas famílias que, a mais de um século, ocupam-se nesta atividade e fazem dela não só seu meio de subsistência, mas sua referência identitária.

Não pareceu uma preocupação entre os jovens entrevistados a questão da continuidade da atividade agrícola e a permanência de um dos herdeiros na propriedade. Parcela significativa dos entrevistados afirmou que a unidade produtiva familiar não terá sucessor. Este dado contraria a afirmação de que a sucessão obedece a uma organização familiar marcada pela autoridade do pai, que define não apenas o sucessor, mas encaminha profissionalmente os demais filhos e garante a continuação da produção e do estabelecimento por mais uma geração (CARRIERI; AGUIAR, 1993; SANTOS, 1984; TEDESCO, 1999).

No caso analisado, se há uma estratégia familiar, ela parece atuar no sentido de encaminhar a escolarização dos filhos para o ingresso no mercado de trabalho urbano. A venda ou arrendamento das terras após a aposentadoria dos pais pode ser um indicativo deste processo, uma vez que gera recursos para prover a velhice destes fora da agricultura e para custear os estudos dos jovens nos centros urbanos. O investimento educacional nas novas gerações, em longo prazo, pode representar ainda a ascensão econômica para a família como um todo, com a alocação dos herdeiros em atividades mais rentáveis. Estas hipóteses, contudo, requerem um estudo longitudinal sobre a ocupação profissional das novas gerações para serem devidamente testadas.

(...)

A preferência pelo rural como local de moradia, entretanto, encontra restrições quando está em jogo a sociabilidade dos jovens agricultores. Vimos que na localidade onde residem há limitadas alternativas de lazer e que o mais efetivo espaço de sociabilidade são os centros comunitários. Presenciamos também certa inquietude dos jovens em expandir a rede de relações, ao passo que valorizam as festas que atraem pessoas de outras localidades e as festas realizadas em outras localidades, em que se encontravam “pessoas diferentes”.

Contudo, a análise das avaliações sobre os espaços de lazer e sociabilidade remeteu a uma questão mais complexa, a do controle social. No âmbito da Sociologia, a expressão "controle social" circunscreve uma temática relativamente autônoma de pesquisa, voltada para o estudo do "conjunto dos recursos materiais e simbólicos de que uma sociedade dispõe para assegurar a conformidade do comportamento de seus membros a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados" (Boudon; Bourricaud, 1993:101). Os problemas relativos à manutenção da ordem social são pautados desde as formulações metodológicas mais gerais de Durkheim, presentes no livro *As Regras do Método Sociológico* (Durkheim, 1978).

Os jovens entrevistados são confrontados com uma estrutura moral rígida, marcada pela religiosidade e por uma organização social fundamentada na unidade familiar. A religião e a família podem ser pensadas como formas de controle social à medida que se ocupam em “fixar e instituir certas maneiras de agir e certos julgamentos que existem fora de nós e que não dependem de cada vontade particular tomada à parte” (FORACCHI; MARTINS, 1980, p. 30). No caso dos jovens agricultores familiares de

Faxinal do Soturno, a moral do grupo em relação às questões afetivas e à sexualidade não é compartilhada plenamente pelos jovens, o que se coloca como mais um dispositivo de rompimento com os laços de controle e proteção familiar.

Este pode se configurar como mais um estímulo à saída dos jovens do trabalho agrícola. Tanto o distanciamento dos pais para a realização de estudos quanto a inserção produtiva no mercado de trabalho urbano conferem ao jovem maior autonomia na administração de questões pessoais, afetivas e financeiras. Os comportamentos dos jovens apóiam-se num fundo de experiências estabelecidas em suas vidas e desenvolvidas historicamente no seio das comunidades, o que faz de seus projetos reflexos também destes conflitos imponderáveis do cotidiano.

(...)

Ainda com base nas entrevistas realizadas, podemos afirmar que a maior parte dos jovens não quer ser agricultor; e não o quer por formularem avaliações bastante negativas a respeito do trabalho agrícola. Este dado pode divergir dos obtidos em outras regiões do país ou mesmo do Rio Grande do Sul, mas é o caracterizador maior do caso dos jovens de Faxinal do Soturno.

Os argumentos juvenis giram em torno da insalubridade do trabalho (que podem levar a problemas de saúde), das baixas compensações financeiras (visto como demérito que afeta até as relações matrimoniais) e da instabilidade gerada pelas variações climáticas. São avaliações negativas referendadas por homens e mulheres, de todas as idades, em todas as entrevistas realizadas. Os discursos parecem muito parecidos, muito “prontos”, beirando a um senso comum. As justificativas, entretanto, remetem a exemplos presentes dentro das próprias famílias e indicam uma reflexão prévia sobre o assunto.

Se analisarmos o caso dos agricultores de Faxinal do Soturno aos olhos da teoria da reprodução social de Pierre Bourdieu, poderíamos afirmar que em alguns aspectos a reprodução da agricultura familiar está sendo encaminhada. Em primeiro lugar, o investimento biológico, da reprodução a curto prazo, não se configure um problema. Embora tenham diminuído as taxas de fecundidade nas populações rurais, a falta de herdeiros para a transmissão da propriedade é uma exceção. Há recursos humanos para

a manutenção do processo produtivo. Em segundo lugar, a transmissão dos saberes e práticas educativas do grupo, instaurada nas relações sociais cotidianas, também se faz presente. Os jovens são socializados desde muito cedo no trabalho agrícola e ao longo de suas vidas “aprendem” a serem agricultores e participam efetivamente das atividades na unidade produtiva familiar.

Entretanto, a sucessão do patrimônio material e a incorporação dos saberes e práticas agrícolas não garante a permanência das novas gerações na agricultura familiar. O *habitus* de agricultor não é suficientemente incorporado a ponto de criar no indivíduo a disposição necessária para a reprodução do modo de produção familiar. Aqui se configura outro importante aspecto para a quebra do ciclo reprodutivo do modo de produção familiar: o enfraquecimento do processo de transmissão-incorporação do *habitus* de agricultor familiar.

Este fenômeno pode ser explicado, entre outros motivos, pela quebra da hegemonia da família no processo de socialização das novas gerações. A centralidade da família que garantia o domínio dos pais em torno da sucessão (CHAMPAGNE, 1986) não é mais um imperativo. Diferentemente do contexto analisado por Bourdieu, em que o universo rural era caracterizado pela escassa “concorrência” da família com outros agentes socializadores devido ao isolamento, ao ponto de impor seus estilos de vida, valores e sua definição profissional (BOURDIEU, 2000, 1996), atualmente, os jovens agricultores entram em contato com uma diversidade de realidades e vivem um processo típico da modernidade, marcado pelo maior acesso a informações, expansão e diversificação dos meios de comunicação.

É possível também que a própria família promova o enfraquecimento do processo de transmissão-incorporação do *habitus* de agricultor ao definir uma estratégia familiar que visa o rompimento com a atividade agrícola. A baixa disposição em reproduzir o modo de produção familiar pode refletir um projeto familiar que não está necessariamente preocupado com a manutenção da vocação agrícola.

Segundo Wanderley, a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subseqüentes (WANDERLEY, 2001, p. 27). Na agricultura familiar as famílias produzem diferentes esforços para assegurar a reprodução das gerações, tais como a constituição de patrimônio fundiário, alocação de diversos membros para trabalhar dentro ou fora do estabelecimento ou associações informais entre parentes e vizinhos (WANDERLEY, 2001).

Ora, se a família pode definir estratégias para assegurar a sobrevivência das gerações futuras na agricultura, é válido verificar até que ponto é possível a existência de estratégias familiares de sobrevivência também fora da agricultura. Os pais podem direcionar seus esforços para a escolarização dos filhos com vistas à ocupação em novas profissões e à mobilidade social de seus herdeiros, o que abriria um novo caminho para a interpretação das condutas individuais, recolocando a família no processo de reprodução social do modo de produção familiar, agora em outro papel. É possível que a avaliação negativa sobre a permanência na agricultura tenha origem nas gerações mais maduras e seja compartilhada por todo o grupo familiar. Assim, a sobrevivência da família se desvincula da reprodução do modo de produção familiar agrícola, num contexto que este não dá mais conta de seus anseios.

6. CONCLUSÕES

Esta Dissertação de Mestrado articula as questões sobre os projetos profissionais juvenis e a reprodução do modo de produção agrícola familiar. A partir do estudo de caso do município de Faxinal do Soturno/RS, cumpriu-se a tarefa sociológica de analisar os elementos explicativos dos projetos profissionais elaborados por estes jovens. A análise dos discursos juvenis permitiu pôr em evidência a leitura que esses indivíduos tecem de sua própria realidade, e as implicações desta leitura sobre as perspectivas de permanência na atividade agrícola.

A contribuição científica deste estudo residiu no detalhamento dos dados obtidos, que captaram as contradições e ambigüidades presentes no processo de sucessão geracional de unidades produtivas familiares. Ao elucidar questões sobre a reprodução social naquele tempo-espaço específico, instrumentaliza-se o debate sobre o desenvolvimento da agricultura familiar em um contexto de condições historicamente adversas às pequenas unidades produtivas, em que as novas gerações de agricultores familiares têm restringidas suas possibilidades de permanência nesta atividade (WOORTMANN, K. 1990; ABRAMOVAY, R. 1998; SILVESTRO et al., 2001; WEISHEIMER, 2004).

Iniciamos a discussão apresentando as principais questões teóricas que envolvem o debate sobre a reprodução social. Aos olhos de Lefebvre, Althusser, Giddens e Bourdieu, viram-se algumas definições do conceito de reprodução social. Posteriormente, procedeu-se à análise das especificidades da reprodução do modo de produção agrícola familiar, destacando o papel dos jovens neste processo.

Para caracterizar o universo da pesquisa, apresentaram-se os dados mais recentes sobre a agricultura familiar no Brasil e no Rio Grande do Sul, em especial os obtidos através do último censo agropecuário (IBGE, 2006). Concomitantemente, revisou-se a bibliografia disponível sobre a reprodução na agricultura familiar indicando-se as contribuições mais relevantes para o entendimento da situação juvenil. Há que se destacar as especificidades regionais que fazem com que os indivíduos conduzam suas ações de maneiras diversas em lugares distintos, o que levou a uma descrição detalhada dos aspectos sociais, culturais e demográficos da localidade em que foram coletados os dados.

A análise foi realizada através do exame do conteúdo das entrevistas. As falas dos entrevistados foram registradas, transcritas e categorizadas em temas. Em cada tema, alocou-se o conjunto de opiniões expressas e verificou-se o sentido atribuído ao discurso. Esta sistematização possibilitou obter as frequências em que cada “tipo” de opinião era expresso e compor um quadro analítico dos elementos considerados na elaboração dos projetos profissionais juvenis. As falas obtidas em algumas entrevistas foram utilizadas como recurso ilustrativo do conjunto de opiniões expressas e permitiu maior contato dos leitores com as categorias elaboradas pelos sujeitos.

Entre os resultados obtidos, os que apresentamos a seguir se destacam pela sua relevância:

- Os jovens agricultores entrevistados apresentam grande familiaridade com as tecnologias da informação disponíveis à medida que se apropriam da utilização de recursos de informática, internet e comunicação. Esta apropriação se traduz em um elevado nível de interatividade com os produtos culturais do urbano, o que deixa de conferir à família o monopólio do sistema de valores local. Com a ampliação do sistema de referências, os valores e modos de vida tradicionais tendem a ser reavaliados, situação da qual podem emergir novas práticas sociais e formas organizativas.
- Os jovens formulam projetos educacionais de nível superior, essencialmente em profissões que rompem com a atividade agrícola. A realização destes projetos implica, necessariamente, no afastamento de suas comunidades para a realização dos estudos e, provavelmente, também para o exercício da profissão (dadas as limitações de atuação na localidade). As disposições de fixação de residência, entretanto, estão direcionadas para o meio rural. Percebe-se uma elevada apreciação por alguns atrativos do lugar, associados ao estilo de vida saudável e à tranquilidade. Destaca-se também a valoração positiva da propriedade em que nasceram e a carga sentimental atribuída a terra, enquanto preservação da memória familiar.
- Verificou-se um conjunto de opiniões negativas sobre os espaços de lazer e sociabilidade disponíveis no meio rural. Estas considerações estão associadas não somente à limitação das atividades de lazer disponíveis, mas também ao tipo de interação que propiciam. Nesse sentido, destaca-

se a valoração positiva dos eventos que ocorrem em outras cidades ou dos eventos que atraem um público diversificado, dando mostras de que o que está implícito à avaliação negativa do lazer em suas comunidades é a própria restrição na rede de sociabilidade.

- As limitações nas redes de sociabilidade e o controle social imprimido pela vida comunitária, marcada pelas tradições familiares e religiosas, produzem efeitos nas relações sociais desenvolvidas pelas novas gerações. A moral do grupo em relação às questões afetivas e à sexualidade não é compartilhada plenamente pelos jovens, o que se coloca como mais um dispositivo de rompimento com os laços de controle e proteção familiar. Este pode se configurar como mais um estímulo à saída dos jovens do trabalho agrícola, na busca de maior autonomia na administração de questões pessoais, afetivas e financeiras, distantes de suas famílias.
- A recusa em permanecer na atividade agrícola está diretamente associada a uma avaliação negativa do trabalho, principalmente por questões referentes à insalubridade, baixos retornos financeiros e instabilidade sobre os resultados da produção. A avaliação negativa do trabalho agrícola por vezes se mescla com a avaliação negativa do próprio modo de vida dos pais, que são o exemplo mais próximo de insatisfação e frustração profissional com a atividade.
- Permeando os temas da insalubridade do trabalho agrícola e da recusa ao modo de vida dos pais, destaca-se a importância verificada nos discursos juvenis em relação às condições de envelhecimento. Se os jovens vislumbram de forma positiva a possibilidade de permanecer residindo no meio rural, apresentam sérias restrições quanto à qualidade de vida que podem obter na maturidade. O exemplo prático vem de suas famílias, em que há elevada recorrência de indivíduos com patologias relacionados à prática agrícola. Este problema, que se constitui um importante fator de recusa à permanência dos jovens na atividade agrícola, deve fazer parte da pauta tanto de pesquisadores quanto de gestores públicos, a fim de melhor avaliar questões de cidadania e saúde pública em comunidades rurais, cada vez mais “envelhecidas”.

Os projetos profissionais revelaram-se a negação de um estado atual, refletido em um modelo ideal de futuro. A aspiração ao pertencimento a este modelo tido como ideal, por sua vez, conduz as ações presentes (as escolhas educacionais, pelo local de moradia, pelas relações sociais desenvolvidas, etc). Trata-se de um processo de projeção pessoal para uma carreira futura por identificação com os membros de um grupo de referência. Dessa forma, com o estreitamento das relações entre o urbano e o rural, os jovens passam a comparar-se aos membros de seu entorno, forjando para si uma identidade constituída não mais a partir de seu grupo de pertencimento, mas por identificação com um grupo de referência. Este processo implica a aquisição antecipada de normas, valores e modelos de comportamento originários dessas referências (DUBAR, 2005), o que torna complexa a tarefa de caracterizar o perfil das novas gerações de agricultores.

O projeto profissional nada mais é do que o reflexo da recusa do modo de vida atual e a aspiração ao pertencimento a um sistema de referência que, desde já, passa a compor a identidade juvenil e a produzir reflexos também nas relações sociais. Em sua elaboração, mais do que aspectos relacionados às necessidades objetivas e materiais necessários para a reprodução de um ofício, identifica-se um universo de elementos específicos da condição juvenil, em que a autonomia, emancipação e realização pessoal se fazem prioritários.

Se, por um lado, esta constatação indica um processo de individuação, em que as aspirações pessoais parecem sobressair à coletividade (quando falamos que a saída dos jovens leva ao desgaste do tecido social do campo ou que leva à crise na sucessão do trabalho agrícola familiar) por outro lado, vislumbra-se um acordo tácito dos jovens com suas famílias, em que a alocação em outras profissões deixa de ser vista pela ótica da “crise na sucessão” e passa a ser vista como uma possibilidade de mobilidade social ascendente, para o jovem e para suas famílias. Para este quadro, contribuem as péssimas condições de trabalho enfrentadas pelos agricultores familiares e as possibilidades de escolarização e mobilidade ocupacional permitidas pelo acesso ao ensino de nível superior.

7. REFERENCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**. Brasília, 1997, 29 p. Mimeografado.

_____. (coord.) **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 101p.

_____. et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: **Anais do congresso brasileiro de economia e sociologia rural**, 39, Recife, 2001 (CDROOM).

ALMEIDA, Elmir de. Políticas públicas para jovens em Santo André. In: SOUTO Anna Luiza Salles. In: **Política Pública e Mercado de Trabalho**. São Paulo: Polis, 2000.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos do Estado. In: **Lenin and Philosophy and other Essays**. Rio de Janeiro, Graal (1971).

BAENINGER, Rosana. Juventude e movimento migratório no Brasil. In. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Ed. 70, p. 42, 1970.

BIAGIONI, Daniel. **Determinantes da Mobilidade por Classes Sociais**: Teoria do Capital Humano e a Teoria da Segmentação do Mercado de Trabalho. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, 18 a 22 de setembro de 2006.

BOUDON, Raymond e BOURRICAUD, François. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3ª ed. Trad. de Sergio Miceli et. al. São Paulo. Editora Perspectiva, 1992.

_____. O Espírito da família. In: **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996. P. 124-135

_____. Reprodução Proibida: a dimensão simbólica da dominação econômica. In: **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papirus, 2000. P. 93-119

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

_____. **El baile de los solteros**: La crisis de la sociedad campesina em el bearne. Barcelona: Anagrama, 2004.

BOUTNET, Jean-Pierre. **Antropologia do Projeto**. Porto Alegre: Artimed, 2002.

BRUMER, Anita. **Produção Familiar e modernização da agricultura**. Porto Alegre: UFRGS-PPGS Rural, 1989, 30p. (texto não publicado).

_____. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004. p. 205-27.

_____; WEISHEIMER, Nilson. **Agricultura e políticas públicas para as mulheres rurais no Mercosul**; documento síntese. Trabalho preparado para o Seminário Preparatório da In.BRASIL / MDA. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. Brasília: NEAD / MDA, 2006. (p. 189-256).

_____; SPANEVELLO, Rosani Marisa. **Jovens agricultores familiares da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.

_____ ; CORADINI, Lucas; PANDOLFO, Graziela. **Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil**. In: Seminário Fazendo Gênero 8. Florianópolis: **Anais**, 2008.

_____ ; ROSAS, Eduardo Nunes L.; WEISHEIMER, Nilson. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: **X Congresso da International Rural Sociology Association (IRSA)**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST3/Brumer-Pandolfo-Coradini_03.pdf
Acessado em 17 de dezembro de 2010.

BURTON, R; WALFORD, N. Multiple succession and land division on family on the South east of England: A counterbalance to agricultural concentration? **Journal of Rural Studies**, Londres, v. 21. 2005.

CAMARANO, Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1997, Caxambu, MG. **Anais**.

CARNEIRO, Maria José. *O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais*. In: SILVA, Francisco C; SANTOS, Raimundo; COSTA, Flavio de C., (org) **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 97-117.

_____. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. Herança e Gênero entre agricultores familiares. In: **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro. Segundo semestre, 2001, vol. 9, n. 1, p. 22-55.

_____ ; CASTRO, Elisa Guaraná (org.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro, 2007.

CARRIERI, A, P; AGUIAR, A. R. C. 199^a transferência de gestão em unidades de produção familiar: a sucessão e a herança no bairro rural de Cardoso (M.G.). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. **Anais**. Salvador: Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Administração, 1993. Mídia digital.

CHAMPAGNE, Patrick. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne **Cahiers d'Économie et Sociologie Rurales**, n.3, décembre 1986, p. 73-89.

_____. **Ampliação do espaço social e crise da identidade camponesa**. (tradução do texto 'Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne'. Cahier d'Économie et Sociologie Rurales, n. 3, déc. 1986. p.73-89.

_____. **L'héritage refusé**: La crise de La reproduction sociale de La paysannerie française. Paris: SEUL, 2002

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J Graziano da. E STOLCKE, Verena (orgs). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHIAVENATO, Idalberto. **Qualidade de vida nas organizações**: uma estratégia na gestão de pessoas. São Paulo: 2004.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DOERINGER, Peter; PIORE, Michael J. **Internal Labor Markets and Manpower Adjustment**. New York: D.C. Heath and Company, 1971.

DUBAR, Claud. **A Socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, Ministério do desenvolvimento Agrário, 2000.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FICHTE, Johann Gottlieb. **A doutrina-da-ciência de 1794 e outros escritos**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade** (Leituras de introdução a Sociologia). São Paulo. Ed. Livros Técnicos e Científicos S.A., 1980.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Resumo estatístico do RS: municípios. Porto Alegre : FEE, 2000. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Faxinal+do+Soturno. Acesso em 19 de dezembro de 2010.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Resumo estatístico do RS: municípios. Porto Alegre : FEE, 2007. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Faxinal+do+Soturno. Acesso em 19 de dezembro de 2010.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The Farm Family Business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GIDDENS, Antony. A teoria da estruturação, pesquisa empírica e crítica social. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2004. v. 2.

HEREDIA, Beatriz M. A.; GARCIA , Maria F.; GARCIA JR. Afrânio. O lugar das mulheres em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (coord.) **Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Análises Qualitativas**. Petrópolis: Vozes, p. 29-44,1984.

HUSSERL, Edmund. **Meditações cartesianas**: introdução à fenomenologia. Porto: Madras, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, 1985**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico, 1991**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem Populacional, 1961**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, 1995**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico, 2000**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, 2006**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem Populacional, 2007**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades, 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2010 (b).

LAMARCHE, Hugues (coord). **A agricultura familiar: comparação internacional**. V.1. Campinas: Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues (coord). **A agricultura familiar: comparação internacional - do mito à realidade** V. 2. Campinas: Unicamp, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **A Re-Produção das Relações de Produção**. Porto, Escorpião (1ª parte de *La Survie du Capitalisme*). Paris: Anthropos, 1976.

_____. Estrutura Social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, Marialice; MARTINS, José de Souza. (orgs) **Sociologia e Sociedade** (leituras de introdução a Sociologia). Rio de Janeiro: LTC, 1994.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO Sulamita de. **Sociologia da Juventude I**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 69-94.

_____. O problema sociológico das gerações. In. FORACHI, Maria Alice (org). **Mannheim, Grandes Cientistas Sociais**. n. 25. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.

MAFROI, O. Italianos no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, L.A.(Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 169-186.

MARIN, M. **As transformações no espaço agrário e seus reflexos na agricultura familiar e na sustentabilidade ambiental em Nova Palma, RS**. Santa Maria: UFSM, 2000. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, 2000.

MARSHALL, Gordon, SWIFT, Adam e ROBERTS, Stephen. (1997), **Against the odds: social class and social justice in industrial societies**. Oxford, Oxford University Press.

NARDI, Oni. **O meio rural da Quarta Colônia de Imigração Italiana como tema e cenário turístico**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

NEUMANN, P. S. **O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção**. Florianópolis: UFSC, 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

PASTORE, J. ; SILVA, N. V. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo, Macron Books, 2000. 98p.

PAULILO, Maria Ignez. “**O peso do trabalho leve**”. *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: SBPC. V.5, n.28, p.64-70, 1987.

_____. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. *Revista Estudos Feministas*. Universidade Federal de Santa Catarina, v.12, n.1, p. 229-252, 2004.

PUGLISI, M.L.; FRANCO, B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005

RIBEIRO, Carlos Antonio C. **Dois estudos de mobilidade social no Brasil**. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, nº44, São Paulo, 2000.

RIBEIRO, Tereza Cristina Almeida. **A pluriatividade: uma alternativa de reprodução social da agricultura familiar?** Recife: UFP, 2000. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

COSTA-RIBEIRO, A. e SCALON, M. (2001) **Mobilidade de Classe no Brasil em Perspectiva Comparada**. Rio de Janeiro. *Dados*, vol. 44, nº 1.

SANTIN, S. A dimensão social do trabalho e da propriedade do imigrante italiano na ex-colônia de Silveira Martins. In: DE BONI, L.A.(Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 447-461 (a).

_____. Os imigrantes italianos na serra de São Martinho. . In: DE BONI, L.A.(Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 251-257 (b).

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SAQUET, M. A. Alguns aspectos da formação econômica da ex-colônia de Silveira Martins (1878-1925). In: MARIN, J. R. **Quarta Colônia: novos olhares**. Porto Alegre: EST, 1999.

SCALON, M. (1999) **Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro. Revan/ Iuperj – UCAM.

SCHULTZ, Theodore W. **A transformação da agricultura tradicional**. Connecticut, EUA. 1964.

SCHÜTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SILVEIRA, P. R. C. et al. A produção artesanal de vinho na região da Quarta Colônia/RS: recriação e transformação do circuito de produção-distribuição-consumo. . In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45. 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, 2007. CD ROM.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os Impasses sociais da sucessão hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis: Epagri, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. v. 1. 120 p.

SPANEVELLO, Rosani Maria; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45. 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, 2007. CD ROM.

_____. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2008. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. “**O Mundo Rural No Horizonte Dos Jovens**”: O caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC. Florianópolis: UFSC, 2002. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

_____. **O valor (do) casamento na agricultura familiar.** Revista Estudos Feministas / Universidade Federal de Santa Catarina, v. 12, n. 1, p.253-267, 2004.

TEDESCO, João C. **Terra, Trabalho, Família: racionalidade produtiva e ethos camponês.** Passo Fundo: UPF, 1999.

VEIGA, José E. **O desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Hucitec, 1991.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metarmofose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, Maria I. Mendes de; EUGENIO, Fernanda (orgs). **Culturas juvenis: novos mapas do afeto.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O agricultor e a vida local. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, v.2, 1998.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 21-55.

_____. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abril 2009, vol. 17, n. 1, p.60-85.

WEISHEIMER, Nilson. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

_____. **Caracterização dos jovens na agricultura familiar do Rio grande do Sul**. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2007. Relatório.

_____. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Tese (Doutorado), Progra de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

WELLER, Jürgen. **La inserción laboral de los jóvenes; características, tensiones y desafíos**. Revista de la CEPAL, 1992, agosto 2007, p.61-82.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**. Brasília: UNB, 1997.

WOORTMANN, Klass. "Com parente não se neguceia": o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, n. 87, 1990.

ANEXO I - QUADRO SÍNTESE DAS DIMENSÕES TEMÁTICAS E ANALÍTICAS DA PESQUISA

Dimensões	Temas	Aspectos analisados	Sentidos atribuídos	
Mundo da vida	Lazer	festas da comunidade	Ausência de lazer, monotonia, baixa diversidade de atividades de lazer e limitadas redes de sociabilidade. Festas boas são as festas que atraem "pessoas de fora". Festas em outras cidades são mais atrativas.	
		festas da igreja		
		reunião dançante		
		baile		
		futebol		
		barsinhos		
	Moradia		Morar "pra fora" é melhor. Mais "tranquilo", "seguro", "saudável". Exaltação das belezas naturais e contato com a natureza. Valorização da terra natal, terra em que os pais viveram, memória familiar. Morar na "cidade" é relacionado à insegurança, violência e poluição.	
		morar "pra fora"		
		morar na "cidade"		
	Matrimônio		Os homens dizem que as mulheres preferem os rapazes "de fora". As mulheres não confirmam a afirmação. Ambos vêm poucas alternativas matrimoniais na localidade. A rigidez das regras de conduta determinadas pelos pais e a coerção social do "ficar falado", "sujar o nome" são citados como impecilhos.	
		namorar com "pessoal daqui"		
		namorar com pessoa "de fora"		
	Projeto educacional		A pretensão de cursar nível superior é uma constante em todas as entrevistas. Destaque para carreiras ligadas à área da saúde. Predominância de profissões que não apresentam vínculo com a agricultura e com limitadas oportunidades de atuação na localidade.	
		Cursar faculdade		
	Envelhecimento		A baixa qualidade de vida na velhice como argumento para a recusa em seguir a profissão dos pais. Problemas de saúde relacionados ao trabalho na agricultura. Situação de abandono de muitos idosos.	
problemas de saúde				
solidão				
Mundo do trabalho	Penosidade do trabalho	trabalho "sofrido", "pesado"	Avaliação negativa do trabalho na agricultura, insalubridade do trabalho associada a patologias, problemas ergométricos, intoxicação pelo uso de agrotóxicos, etc.	
		calor, sol, humidade		
		"passar veneno"		
	Retorno financeiro		Recorrentes manifestações sobre a desvalorização da atividade agrícola e os baixos rendimentos obtidos. Importante argumento para desconsiderar a atividade agrícola como meio de vida.	
		o produto "não tem preço"		
		"muito trabalho para pouco retorno"		
	Instabilidade		Referência à instabilidade climática, vulnerabilidade a estiagens, enchentes e imprevisibilidade dos resultados.	
		"num ano dá e no outro ano não dá"		
	Invisibilidade feminina		A "ajuda em casa"	Desvalorização do papel da mulher na unidade produtiva, visto como auxiliar ou "ajuda" (inclusive pelas próprias mulheres). Baixa disposição das moças em reproduzir o modo de vida das mães. Limitadas perspectivas de realização profissional na agricultura.

ANEXO II - A QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA: ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E DEMOGRÁFICOS

Segundo estimativas da embaixada italiana no Brasil, vivem no país cerca de 25 milhões de descendentes de imigrantes italianos, o que é considerado a maior população de descendentes italianos fora da Itália. Motivados pelas propagandas que apresentavam o Brasil como uma terra de oportunidades, os italianos chegaram ao país em busca de prosperidade. O ápice da imigração ocorreu entre 1880 e 1930 e a maior parte da população migrante se estabeleceu nas regiões sul e sudeste brasileira.

A maioria dos colonizadores italianos era oriunda do norte deste país, região caracterizada pela pobreza e pelas disputas de terras entre os agricultores. Muitos agricultores não possuíam propriedade e trabalhavam para senhores de terras em busca do sustento de suas famílias. Além das dificuldades sociais e econômicas, os problemas climáticos também dificultavam o desenvolvimento agrícola e a sobrevivência da população camponesa, assim, a divulgação da necessidade de agricultores para trabalhar em terras não ocupadas no sul do continente americano e a promessa de doação de 25 hectares de terra por família, foi uma alternativa para muitos italianos que enfrentavam dificuldades de sobrevivência. Para o governo da Itália a emigração serviu como uma válvula de escape para os problemas sociais e econômicos pelos quais o país vinha passando (MARIN, 2000).

Em 1875 chegaram ao Rio Grande do Sul os primeiros imigrantes italianos, os quais estabeleceram três colônias na região serrana do Estado: Conde D'Eu, Dona Isabel e Campo dos Bugres, hoje denominadas como Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, respectivamente. A Quarta Colônia foi o último núcleo de colonização deste grupo étnico no Estado (SPANVELLO, 2008).

Antes da chegada dos imigrantes italianos essa região já era habitada por indivíduos de outras etnias, como os indígenas, os portugueses e os alemães. A primeira tentativa de povoamento ocorreu com os imigrantes russos e alemães em 1877, porém, poucos permaneceram no local e exigiram do governo brasileiro a transferência para terras planas de acordo com o que lhes fora prometido (SPANVELLO, 2008).

A colonização italiana e alemã se deu em terras públicas não utilizadas, nas zonas de mata não aproveitadas pelos criadores de gado. Ao se estabelecerem primeiro,

as famílias alemãs receberam os lotes nas áreas mais baixas e planas, restando aos italianos as terras mais altas e acidentadas geograficamente (SPANVELLO, 2008).

Com o esgotamento das terras na região serrana, os italianos começaram a ser trazidos para a Quarta Colônia. Em 1877 foi fundada a cidade de Silveira Martins, que recebeu este nome em homenagem ao senador gaúcho Gaspar Silveira Martins, defensor da causa migratória (NARDI, 2007).

Segundo Manfroi (1990), o primeiro grupo de italianos a chegar à localidade era composto por 70 famílias, poucos meses depois outro grupo contendo 70 famílias chegou à região. Em abril de 1978 chegaram mais 50 famílias e em maio do mesmo ano mais 150.

Enquanto aguardavam a demarcação e a distribuição dos lotes, efetuada somente dois anos após a chegada dos primeiros colonizadores, os italianos ficaram instalados num alojamento coletivo denominado de Barracão de Val de Buia. Nesse Barracão as famílias italianas enfrentaram muitas dificuldades, houve um período no qual havia até 400 pessoas abrigadas em uma área de 240m². Privados de assistência médica e com poucos recursos alimentícios, muitos imigrantes faleceram vítimas de infecções e epidemias (SANTIN, 1990a).

Ao iniciar a distribuição das terras, cada família recebeu o correspondente a 22 hectares. Apesar das dificuldades enfrentadas mesmo após o assentamento, o estabelecimento da família no lote significava a realização de um sonho, pois na visão dos colonos, a posse de um território proporcionaria a reprodução socioeconômica do grupo familiar (SANTIN, 1990b). O imigrante italiano tinha muita fé em sua capacidade de trabalho, tamanha fé era explicada por religiosidade cristã e o trabalho era um dever de todo homem cristão. Para os italianos, a importância do trabalho não estava somente em suas dimensões produtivas e econômicas, mas também em seu aspecto cultural, ser um trabalhador representava uma virtude e creditava ao homem qualidades reconhecidas pelos seus pares (SANTIN, 1990b).

Após o esgotamento das terras próximas a sede em Silveira Martins foi necessária a expansão do povoamento a outros núcleos próximos (NARDI, 2007). Os núcleos começaram a se estender, ocupando desde a várzea do Vacacaí, até o rio Soturno. Aos poucos as novas regiões colonizadas iam adquirindo características de cidades, ao lado da igreja eram construídas as casas que se tornariam centros comerciais, onde seriam comercializados os produtos coloniais e as mercadorias

provenientes da capital, assim iniciou as relações comerciais com outras regiões (SANTIN, 1990b).

Os novos habitantes desenvolveram a produção agrícola na região, porém os problemas de transporte e energia tornavam trabalhosa a comercialização dos produtos. Apesar das dificuldades de comercialização da produção, os imigrantes conseguiram garantir boa lucratividade com a venda de seus produtos. Uma parte dos recursos obtidos era destinada à construção da igreja. Na cultura desses imigrantes, uma bela igreja representava progresso e supremacia (NARDI, 2007).

Em 1886, um decreto Imperial dividiu o território da colônia entre os municípios de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Vila Rica (atual município de Júlio de Castilhos). A fragmentação política do território resultou na perda do ideário de italianidade, porém, a vida econômica e social dos imigrantes continuou em ascensão (NARDI, 2007).

Nessa época, a agricultura da região atingiu excelentes índices e suas necessidades motivaram o desenvolvimento de pequenas indústrias destinadas a construir os implementos básicos para a produção, como moinhos, serrarias e ferrarias. Entretanto, algumas indústrias alcançaram projeções importantes, como as do núcleo de Faxinal do Soturno que impulsionaram o desenvolvimento econômico da região: a fábrica de trilhadeiras Tigre que teve seus produtos exportados para diversos países da América Latina e a Usina Hidrelétrica Nova Palma que dava suporte à fábrica de trilhadeiras e gerava energia para toda zona rural próxima (NARDI, 2007).

Apesar dos avanços obtidos pelos migrantes italianos, o desenvolvimento econômico dessa região não foi igual ao das demais colônias italianas no estado, Saquet (1999) cita como principais fatores explicativos do baixo desenvolvimento econômico da região a fragmentação administrativa do território, o deslocamento de indústrias e comércio para Santa Maria, as dificuldades topográficas, o desgaste do solo, a falta de vocação agrícola de muitos colonizadores e o crescimento das famílias e constante necessidade de alocação de seus filhos em novas áreas.

Hoje a região é formada por nove municípios: Faxinal do Soturno, Agudo, Nova Palma, Ivorá, Silveira Martins, Dona Francisca, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine, etc. (NARDI, 2007).

A agricultura na região da Quarta Colônia é caracterizada por ser composta por uma base familiar de trabalho, pela diversificação da produção e pelo processamento dos produtos agrícolas na própria unidade de produção familiar (NEUMANN, 2003). Por quase cem anos predominou a produção diversificada de alimentos, que garantia a

auto-suficiência alimentar das famílias e as protegia das oscilações dos preços dos alimentos na época, os principais produtos cultivados eram: feijão, milho, tabaco, arroz, cana-de-açúcar, batata, trigo, alfafa e a criação de suínos para a obtenção de banha.

Atualmente a região é composta por pequenas e médias propriedades e agricultura diversificada. No entanto, de acordo com Neumann (2003), é possível observar na Quarta Colônia diferentes situações de tecnologia, recursos e produção diversificada, consequência do atual processo de transformação sofrido pelo meio rural e pela região. Com base em 120 variáveis, tais como, estrutura fundiária, produção e diversificação agrícola, PIB, PIB per capita, etc. – o autor constrói subgrupos compostos por municípios com características semelhantes, facilitando sua classificação:

O grupo I, do qual fazem parte os municípios de Pinhal Grande, Nova Palma e Ivorá, apresenta uma matriz produtiva diversificada, incluindo o cultivo de milho, feijão, leite, fumo, soja e pecuária de corte. Propriedades com até 20 hectares são representadas por apenas 13,7% das unidades produtivas da região, a maioria das unidades produtivas (31,9%) possui entre 20 e 50 hectares e 22,7% possuem entre 51 e 100 hectares. Este grupo possui o menor PIB per capita (R\$ 4.372) e um crescimento rural negativo (-2,1).

O grupo II, representado unicamente pelo município de Silveira Martins, possui uma matriz produtiva composta basicamente pela produção de batata inglesa e pela atividade leiteira. Cerca de 22% das unidades produtivas possuem até 20 hectares, 44% tem entre 21 e 50 hectares e 28% entre 51 e 100 hectares. No que se refere aos indicadores sociais, destacam-se o PIB agropecuário (58,8%) e o PIB per capita (R\$ 7.820) como os mais altos da Quarta Colônia.

No grupo III estão presentes os municípios de Dona Francisca, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine. O arroz configura-se como o principal produto da região, seguido da produção fumageira. Um quinto das propriedades agrícolas possui no máximo 20 hectares, a maioria das unidades produtivas (49,9%) tem entre 21 e 50 hectares e o restante (30,1%) possui área superior a 50 hectares. Este grupo apresenta os melhores índices de IDH (0,72) e o segundo melhor PIB per capita (R\$ 5.040), no entanto, possui o menor crescimento rural (-3,98).

Ao grupo IV pertence o município de Agudo¹, apresentando uma matriz produtiva na qual predomina a produção de fumo, seguida da produção de arroz irrigado. Propriedades com até 20 hectares são representadas por 35,7% das unidades produtivas da região, 41% das propriedades possuem entre 21 e 50 hectares e as demais (23,3%) tem mais de 50 hectares. O grupo possui o maior percentual de população rural (78%) e apresenta o segundo maior PIB agropecuário da região (48%).

As cooperativas agrícolas destacam-se no que se refere à comercialização da produção na Quarta Colônia. Elas foram fundadas a partir da década de 60 e aos poucos foram se inserindo nos mais diversos negócios com o objetivo de acompanhar as crescentes necessidades de seus associados (SPANEVERELLO; LAGO, 2007). Além da comercialização da produção agrícola, as cooperativas auxiliam os produtores atuando em outras áreas, tais como: oferta de insumos agrícolas e veterinários, assistência técnica agrônômica e veterinária, comercialização de confecções e mantimentos, peças e ferragens, secadores e armazéns para o recebimento da produção e da frota de caminhões para o recolhimento da produção dos agricultores menos capitalizados (SPANEVERELLO, 2008). Outras áreas de investimento das cooperativas têm sido a agregação de valor aos produtos agropecuários através da agroindustrialização e comercialização com marcas próprias (SPANEVERELLO; LAGO, 2007).

Desde a década de 1990, novas dinâmicas produtivas vêm sendo implementadas na região com o apoio do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – CONDESUS, através do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia de Imigração Italiana – PRODESUS e COREDE. Essas entidades visam à sustentabilidade econômica do agricultor pela diversificação da produção (SILVEIRA et al, 2007). Essas novas práticas produtivas concentram-se na produção artesanal de vinhos coloniais, no processamento de alimentos para a comercialização e no turismo rural, religioso e gastronômico.

O Instituto Riograndense do Arroz – IRGA, em parceria com as cooperativas locais também tem atuado na região através do PROJETO 10, que busca aliar produção e qualidade na cultura do arroz (SPANEVERELLO, 2008).

Atualmente, a região conta com 60.711 habitantes (IBGE, 2010). A população está homogeneamente dividida entre o meio rural e o urbano, 30.386 pessoas (50,1%) residem em áreas rurais enquanto 30.325 (49,9%) residem em centros urbanos.

¹ Também fazem parte deste grupo os municípios de Cerro Branco, Paraíso do Sul e Novo Cabrais.

No entanto, a divisão populacional nem sempre foi dessa mesma forma, o que se observa é uma migração da população rural em direção às áreas urbanas. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2000, neste ano residiam em zonas rurais da Quarta Colônia de Imigração Italiana 36.210 pessoas, correspondente a 57,1% da população total da região.

Quadro 02. Distribuição populacional da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

	2000		2010	
	Pop. Absoluta	%	Pop. Absoluta	%
População urbana	27.236	42,9	30.325	49,0
População rural	36.210	57,1	30.386	50,1
Total	63.446	100,0	60.711	100,0

Fonte: IBGE, Censo Populacional 2000 e 2010.

Observa-se que a população rural da região sofreu uma diminuição de 16,1% ao longo dos dez anos observados, enquanto que a população total da região diminuiu 4,3% e a população urbana cresceu 11,1% (IBGE, 2000; 2010).

Entre os municípios da Quarta Colônia, Nova Palma foi o único que apresentou crescimento populacional positivo (0,5%). No que se refere à população rural, todos os municípios tiveram crescimento negativo, São João do Polêsine foi a cidade com maior crescimento negativo (-23,9%), enquanto Faxinal do Soturno apresentou o menor índice de crescimento negativo da população rural na região (-9%) (IBGE, 2000; 2010).

Quadro 03. Distribuição populacional nos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Município	População					
	Pop. total em 2000	Pop. total em 2010	Cresc. Pop. 2000/2010	Pop. rural em 2000	Pop. rural em 2010	Cresc. Pop. rural 2000/2010
Agudo	17.455	16.729	-4,2	11.800	9.835	-16,7
Dona Francisca	3.902	3.401	-12,8	1.578	1.255	-20,5
Faxinal do Soturno	6.841	6.672	-2,5	2.744	2.497	-9,0
Ivorá	2.495	2.156	-13,6	1.797	1.451	-19,3
Nova Palma	6.312	6.345	0,5	3.648	3.262	-10,6
Pinhal Grande	4.725	4.471	-5,4	3.219	2.576	-20,0
Restinga seca	16.400	15.850	-3,4	8.213	6.868	-16,4
São João do Polêsine	2.745	2.635	-4,0	1.684	1.281	-23,9
Silveira Martins	2.571	2.452	-4,6	1.527	1.361	-10,9
Total Quarta Colônia	63.446	60.711	-4,3	36.210	30.386	-16,1

Fonte: IBGE, Censo Populacional 2000 e 2010.

Em comparação com os resultados gerais do Estado do Rio Grande do Sul, a região da Quarta Colônia apresentou uma diferença acentuada em termos de crescimento populacional total. Enquanto a população do Rio Grande do Sul cresceu 5% entre os anos de 2000 e 2010, a Quarta Colônia apresentou crescimento populacional negativo (-4,3%). Quando se trata da população rural, o estado apresentou crescimento de -14,8% no período analisado, ainda assim, o decréscimo populacional da Quarta Colônia superou o índice estadual, atingindo -16,1% (IBGE, 2000; 2010).

A população rural da região da Quarta Colônia conta com 5.835 habitantes com idade entre 15 e 24 anos, o que representa cerca de 16% da população rural da região (IBGE, 2010).

Nas zonas rurais dos municípios existem escolas de educação básica que normalmente oferecem apenas as séries do Ensino Fundamental. Para cursar o Ensino Médio, os jovens necessitam se deslocar até a sede do município no qual residem. E para aqueles que desejam cursar o Ensino Superior, a principal opção é o município de Santa Maria que é sede algumas universidades, entre elas a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Outra opção para quem reside na região e deseja ingressar num curso de graduação ou pós-graduação é a modalidade de ensino a distância, oferecida por diversas instituições de Nível Superior públicas e privadas (SPANEVERELLO, 2009).

As oportunidades de trabalho fora da agricultura familiar ainda são poucas, concentram-se no turismo, nas agroindústrias familiares, nas cooperativas agroindustriais e nos setores de comércio e serviços (SPANEVERELLO, 2009).

A sociabilidade na região ocorre em torno do centro comunitário de cada comunidade, onde ocorrem atividades religiosas e de lazer, sobretudo nos finais de semana. Os grupos formados por pessoas da terceira idade, por mulheres e associações de produtores também representam uma prática social comum da região (SPANEVERELLO, 2009).

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DO SOTURNO

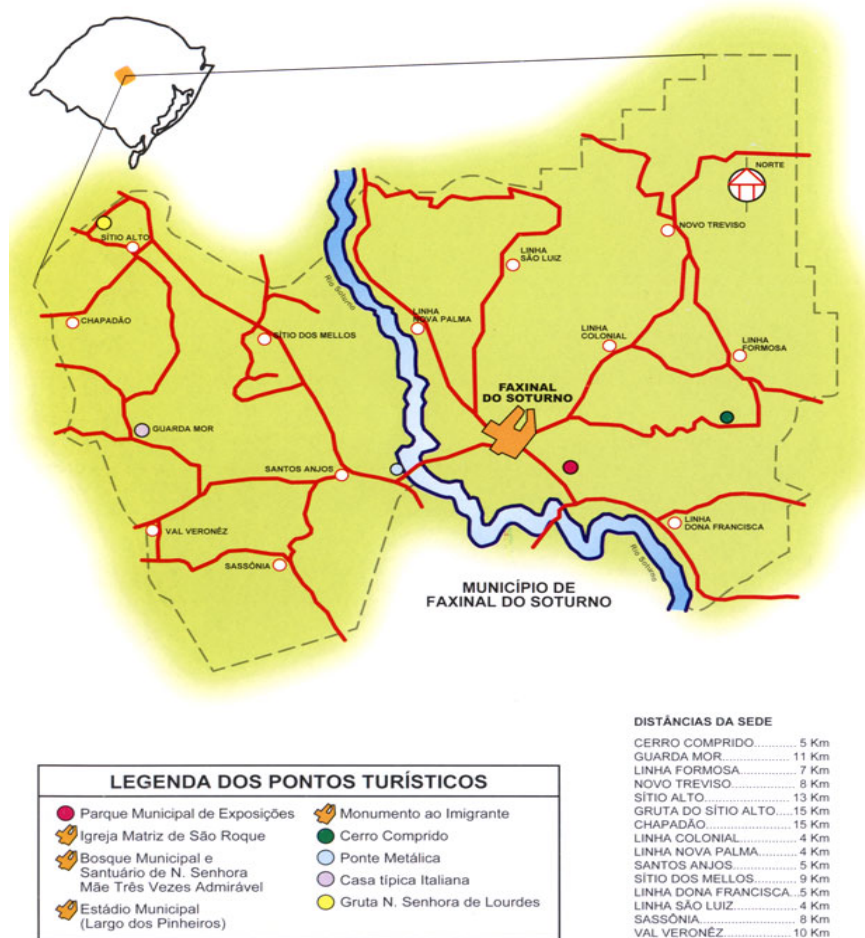
Situada na Depressão Central do estado do Rio Grande do Sul, a cidade de Faxinal do Soturno compõe o grupo de nove municípios pertencentes à Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana (IBGE, 2010b). Sua colonização teve início por volta de 1884, através do assentamento de imigrantes vindos do núcleo inicial de Silveira Martins (NARDI, 2007).

A composição de seu nome possui duas origens: “Faxinal” originou-se da denominação dada à vegetação que cobria a região na época da colonização, uma vegetação rasteira (tipo pastagem) com grupo de árvores esguias; e “Soturno” teve origem por ocasião da elaboração da carta geográfica da região para verificar a navegabilidade dos afluentes do Rio Jacuí. Ao chegar ao atual Rio Soturno, o grupo responsável pela elaboração da carta geográfica deparou-se com pantanais ribeirinhos ao rio, cobertos de mato cerrado e escuro, conferindo ao local e ao rio um aspecto soturno e perigoso (IBGE, 2010b).

A emancipação de Faxinal do Soturno ocorreu em 1959, através da lei estadual nº 3711, de 12 de fevereiro daquele ano, antes desta data uma parte de sua área pertencia ao município de Cachoeira do Sul e outra parte à cidade de Júlio de Castilhos. A decisão da emancipação se deu por conta de um plebiscito realizado no dia 30 de novembro de 1958, data que hoje comemora o dia do município (IBGE, 2010b).

Faxinal do Soturno faz divisa com os seguintes municípios: Ivorá e Nova Palma ao norte, São João do Polêsine (sul), Dona Francisca (leste) e Silveira Martins (oeste). Sua distância em relação à capital do Estado é de 219,6 km (IBGE, 2010b).

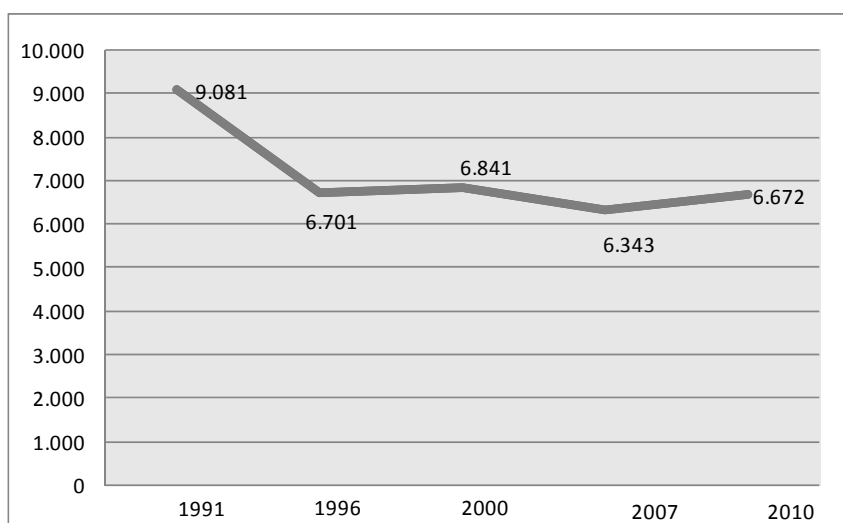
Figura 01. Mapa do município de faxinal do Soturno.



Fonte: <http://www.faxinal.com/o-municipio/mapa-do-municipio>

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, Faxinal do Soturno conta com 6.672 habitantes distribuídos em uma área de 170km², o que representa uma densidade demográfica de 39,2 hab/km² (IBGE, 2010). Os dados dos últimos Censos Demográficos e das Contagens Populacionais realizadas pelo IBGE demonstram que a população do município sofreu uma redução em seu contingente populacional. Em 1991, residiam em Faxinal do Soturno 9.081 pessoas (IBGE, 1991), representando, em comparação com os dados atuais, uma redução de 26,5% no número de habitantes (IBGE, 2010). O gráfico abaixo ilustra a evolução populacional do município no período citado:

Gráfico 01. Evolução populacional em Faxinal do Soturno.



Fonte: IBGE, Censo Demográficos de 1991, 2000 e 2010; IBGE, Contagem Populacional de 1996 e 2007.

O decréscimo populacional ocorreu de forma mais acentua na zona rural do município, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, viviam no perímetro rural de Faxinal do Soturno 40,1% do total de sua população (ou 2.744 pessoas), o Censo de 2010 constatou que a população rural do município corresponde atualmente a 37,4% dos habitantes (ou 2.497 pessoas).

No ano de 2000, a estrutura etária de Faxinal do Soturno era composta da seguinte forma: a população com idade inferior a 15 anos representava 24,6% do total de habitantes (ou 1.685 habitantes), pessoas com idade entre 15 e 29 anos correspondiam a 24,8% do contingente populacional (ou 1.696 pessoas), a população com idade entre 30 e 44 anos compunham 21% do total (ou 1.437 habitantes), os habitantes com idade entre 45 e 59 anos eram 16,2% (ou 1.108) e a população com idade equivalente a 60 anos ou mais representavam 13,4% do total - ou 916 habitantes – (IBGE, 2000).

Quanto aos indicadores sociais, o município de Faxinal do Soturno apresenta resultados inferiores aos dos dados totais do estado do Rio Grande do Sul, conforme tabela abaixo:

Quadro 04. Comparação de indicadores sociais.

Indicadores Sociais	Faxinal do Soturno	Rio Grande Sul
Taxa de analfabetismo em 2000 (%)	7,23	6,65
Expectativa de vida ao nascer em 2000 (por ano)	71,4	72,05
Coefficiente de mortalidade infantil em 2007 (por mil nascidos vivo)	20,83	12,73
PIB per capita em 2007 (R\$)	13.434	15.813

Fonte: FEE, 2000; 2007.

A economia de Faxinal do Soturno está alicerçada na produção agropecuária (NARDI, 2007). Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, havia em Faxinal do Soturno 527 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área total de 13.635 hectares, o que corresponde a uma média de 25,89 hectares por estabelecimento. Do total de unidades agrícolas, 90,9% estavam sob o comando de um produtor do sexo masculino, enquanto apenas 9,1% das unidades produtivas do município eram chefiadas por mulheres.

ANEXO III – ROTEIRO DA ENTREVISTA

ENTREVISTA Nº: _____ DATA: ___/___/___ LOCALIDADE: _____

BLOCO I – CARACTERIZAÇÃO

1 – Nome: _____ 2 - Idade: _____

3 – Sexo: () Masculino () Feminino 4 – Estado Civil: _____

5 – Com que você reside? () Sozinho
() Cônjuge
() Pais e/ou irmãos
() Pais e cônjuge
() Cônjuge e sogros

6 – Qual o tamanho da propriedade? () menos de 10ha
() de 10ha a 20ha
() de 20ha a 30ha
() de 30 a 40ha
() mais de 40ha

7 – Quais os principais produtos cultivados (POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA NA UPF):

_____ ; _____ ; _____ ;
_____ ; _____ .

8 – Com que idade começou a trabalhar na UPF? _____

9 – Quantas horas trabalha por dia atualmente na UPF? () até 4h

() de 4h a 6h

() de 6h a 8h

() de 8h a 10h

() mais de 10h

10 – Quais AS PRINCIPAIS atividades que você realiza?

_____ ; _____ ; _____ ;
_____ .

11 – Descreva como ocorre a divisão de tarefas na unidade produtiva de sua família:

12 - Você utiliza computador em sua casa ou na escola? Com que frequência?

13 - Você acessa a internet?

14 - Para que fins você costuma utilizar o computador? Se você utiliza a internet, que sites ou tipos de conteúdo acessa?

BLOCO II - PROJETOS PROFISSIONAIS E EDUCACIONAIS E AS PERSPECTIVAS DE SUCESSÃO GERACIONAL NA UNIDADE PRODUTIVA FAMILIAR

15 – Que profissão você gostaria de exercer no futuro? Por que?

16 – Há possibilidade em estabelecer-se como produtor familiar? Por quê?

17 – O que precisaria mudar para a agricultura se tornar uma profissão mais interessante?

18 - Quais as principais vantagens e desvantagens da profissão de agricultor?

19 - Quais as principais vantagens e desvantagens de uma profissão não-agrícola?

20 - O que você entende por realização profissional? O que você considera um bom trabalho?

21 – Qual você acha que será a profissão do futuro? Por que?

22 – No futuro, pretende morar no meio urbano ou no meio rural? Por que?

23 - Alguém dará continuidade à atividade agrícola na propriedade de sua família?

24 - Na sua família já se conversou sobre a sucessão da propriedade? Há alguma expectativa de você herdar a propriedade?

25 - Qual você acha que será o futuro da unidade produtiva de sua família?

26 - Como você avalia o futuro da agricultura familiar?

27 - Atualmente, você acha que é melhor viver como agricultor ou em outra profissão? Por que?

28 - Você está estudando atualmente? Em caso afirmativo, em qual série?

29 - Você pretende estudar até quando?

30 - Os conhecimentos que você adquire na escola serão importantes para a profissão que pretende exercer no futuro? Por quê?

31 - Os conhecimentos adquiridos na escola são importante para quem deseja estabelecer-se como agricultor? Por quê?

BLOCO III – LAZER, SOCIALIZAÇÃO E AVALIAÇÕES SOBRE O MODO DE VIDA

32 - O que há de interessante para um jovem no meio rural? O que costuma fazer para se divertir?

33 - Como é sua vida social? Tens amigos?

34 - Qual o melhor lugar para conhecer pessoas e fazer amigos no meio rural?

35 - Você acha que sua vida social seria diferente se trabalhasse em outra profissão? Por que?

36 - Você acha que sua vida social seria diferente se morasse no meio urbano? Por que?

37 - Que lugares frequenta no seu dia-a-dia?

38 - Quais os principais pontos de encontro dos jovens no meio rural?

39 - Qual sua opinião sobre as atividades de lazer disponíveis no meio rural?

40 - O que precisaria mudar para o meio rural ser mais atrativo para os jovens?

41 - Como é a relação com sua família?

42 - Seus pais o incentivam a casar-se? O que eles falam sobre isso?

43 - Como é sua vida afetiva (possui namorada, parceiros(as) eventuais?)

44 - Seus pais permitem que leve a namorada(o) ou parceiros eventuais em casa?

45 - Seus pais aprovam seu estilo de vida?

46 - Na sua família conversam sobre sexo? Em torno de que giram estas conversas?

47 - Considera seus pais conservadores ou liberais? Teria outro estilo de vida se morasse em outro lugar? O que você faria de diferente?

48 - Você acha considera que os rapazes(moças) valorizam mais as moças (rapazes) da cidade ou do meio rural? Por quê?

49 - Seus pais permitem que vá a festas? E festas em outra cidade? Sob quais condições?

50 - Quais são as orientações de seus pais sobre seu relacionamento afetivo? O que eles pensam a respeito?

51 - Quais as principais vantagens e desvantagens de morar no meio rural?

52 - Quais você imagina que sejam as principais vantagens e desvantagens de morar no meio urbano?

53 - Você gostaria de viver do mesmo modo que seus pais? Por quê? O que você mudaria?

54 - Você considera seus pais bem sucedidos profissionalmente? Por quê?

55 - Você acha que a vida do jovem é melhor no meio rural ou no meio urbano? Por quê?